

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCSoc

ANA LUIZA SOUSA ROMEIRO

A METAMORFOSE DA NATUREZA:
implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo no Parque Nacional dos
Lençóis Maranhenses

SÃO LUÍS

2023

ANA LUIZA SOUSA ROMEIRO

A METAMORFOSE DA NATUREZA:
implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo no
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/PPGSOC da Universidade Federal do Maranhão, para fins de obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

SÃO LUÍS

2023

A METAMORFOSE DA NATUREZA:

implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo no
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/PPGSOC da Universidade Federal do Maranhão, para fins de obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benedito Souza Filho (Orientador)
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFMA

Profa. Dra. Andréa Dalledone Siqueira
School of Global and International Studies – Indiana Univesity
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFMA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sousa Romeiro, Ana Luiza.

A METAMORFOSE DA NATUREZA: : implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses / Ana Luiza Sousa Romeiro. - 2023. 108 f.

Orientador(a): Benedito Souza Filho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Commoditização da natureza. 2. Comunidades tradicionais. 3. Formas de resistência. 4. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 5. Turismo. I. Souza Filho, Benedito. II. Título.

A todas as famílias de Atins e Canto do Atins.

AGRADECIMENTOS

As famílias de Atins e Canto do Atins pelos momentos, aprendizagens e, principalmente, por me permitirem entrar em suas casas, memórias e vidas. Sou muito grata pela possibilidade de conhecer e aprender muito com cada um de vocês.

A toda equipe de pesquisadores e pesquisadoras do Gerur. Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas (STTR) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que me permitiu cursar o mestrado e realizar a pesquisa que deu origem à presente dissertação.

Ao Professor Dr. Benedito Souza Filho, por orientar a realização desse trabalho desde o início, pela paciência, disponibilidade, pelas reuniões de pesquisa e correções de trabalhos.

A minha família por aguentar a saudade e a distância, por fazer dos meus sonhos os seus sonhos, por acreditar em mim.

A Thimóteo e Jolene pela paciência, carinho e apoio.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
PNLM	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
MMA	Ministério do Meio Ambiente
GERUR	Grupo de Estudos Rurais e Urbanos
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
PUP	Plano de Uso Público

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Pousada Casa de Jujá, localizada em Atins.....	22
Foto 2 – Placa de venda de terreno em Atins e Santo Inácio.....	23
Foto 3 – Placa de construção do condomínio Atins Dunas Beach.....	23
Foto 4 – Carro com turistas indo em direção ao portal de entrada de Atins.....	24
Foto 5 – Turistas caminhando até os carros após travessia do Rio Preguiças de balsa.....	25
Foto 6 – Obra de construção da Ponte sobre o Rio Preguiças em Barreirinhas	26
Foto 7 – Turistas chegando na praia de Atins.....	27
Foto 8 – Turistas embarcando em uma lancha em Atins.....	28
Foto 9 – Turista montando pipa para prática de <i>kitesurf</i>	28
Foto 10 – Turistas comprando artesanato.....	29
Foto 11 – Frente da Pousada Tia Rita.....	66
Foto 12 – Entrada da Pousada do Melo.....	69
Foto 13 – Entrada do Comercial Terezinha.....	71
Foto 14 – Entrada do Restaurante da Sessé.....	75
Foto 15 – Frente do primeiro restaurante Cabana Pôr do Sol.....	81
Foto 16 – Pescadores mostrando uma arraia.....	84
Foto 17 – Pescadores mostrando um peixe serra.....	84
Foto 18 – Dona Luza e Neinha escolhendo os peixes.....	84
Foto 19 – Neinha segurando os peixes comprados.....	84
Foto 20 – Preparo do camarão e recepção de turistas no Restaurante Cabana Pôr do Sol.....	85
Foto 21 – Entrada da Agência do Everton.....	86
Foto 22 – Famoso camarão escalado preparado e servido no Restaurante do Antônio.....	89
Foto 23 – Pousada construída a beira da praia em Atins sendo invadida pelo mar.....	100

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Divisão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses por municípios.....	35
Mapa 2 – Disposição das <i>comunidades tradicionais</i>	37
Mapa 3 – Pólos de Uso Público do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	43
Mapa 4 – Limite atual e limite proposto no PLS 465/2018	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Períodos de trabalho de campo.....	21
Quadro 2 – Calendário do Turismo no PNLN.....	42
Quadro 3 – Iniciativas locais de atendimento ao turismo em Atins.....	64
Quadro 4 – Implicações positivas e negativas do turismo em Atins e Canto do Atins.....	92
Quadro 5 – Respostas dadas pelas meninas.....	97
Quadro 6 – Respostas dadas pelos meninos.....	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico de visitantes do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	44
Figura 2 – Exemplo de arranjo familiar na alta temporada do turismo.....	60
Figura 3 – Exemplo de arranjo familiar na baixa temporada do turismo.....	62
Figura 4 – Representação de Atins localizada dentro dos limites do PNLN	63

RESUMO

A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses pelo Estado, em 1981, desconsiderou a anterioridade da ocupação desse território por *comunidades tradicionais* que historicamente manejam e se apropriam dos elementos da natureza presentes em diferentes ambientes dessa unidade de conservação de proteção integral. Em razão de múltiplos interesses em jogo, essa ampla área tem sido objeto de disputas por diferentes agentes, que visam a exploração do seu potencial turístico. Esse quadro possibilita a emergência de uma arena de disputa desigual envolvendo famílias de *comunidades tradicionais* que lutam pelo direito de continuar reproduzindo seu modo de vida; empresários que visam a exploração do turismo nessa região; turistas que buscam contemplar a natureza, e o próprio Estado, que limita o modo de vida tradicional dessas famílias, e incentiva o turismo em bases empresariais. Tomando esse cenário como referência, as análises empreendidas na dissertação buscam compreender as implicações sociais, econômicas e socioambientais positivas e negativas do turismo no PNLN, tomando como referência a movimentação dos agentes envolvidos. A presente dissertação é resultado de investimentos de pesquisa realizados em duas localidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), no município de Barreirinhas: Atins e Canto do Atins. *Comunidades tradicionais* que viviam fundamentalmente da pesca e da *mariscagem*, mas que após a requalificação de seus territórios em unidade de conservação passaram a desenvolver também, como forma cotidiana de resistência, atividades relacionadas ao turismo de acordo com a sazonalidade. Baseada em uma metodologia qualitativa, contempla informações etnográficas de trabalho de campo consolidado por meio da observação direta e participante, o que permitiu identificar as estratégias acionadas pelas famílias para permanência no território.

Palavras-chave: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Comunidades tradicionais. Turismo. Commoditização da natureza. Formas de resistência.

ABSTRACT

The creation of the Lençóis Maranhenses National Park by the State, in 1981, disregarded the previous occupation of this territory by traditional communities that historically manage and appropriate the elements of nature present in different environments of this integral protection conservation unit. Due to multiple interests at stake, this vast area has been the subject of disputes by different agents, who aim to explore its tourist potential. This framework enables the emergence of an arena of unequal dispute involving families from traditional communities that fight for the right to continue reproducing their way of life; entrepreneurs who aim to explore tourism in this region; tourists who seek to contemplate nature, and the State itself, which limits the traditional way of life of these families, and encourages tourism on a business basis. Taking this scenario as a reference, the analyzes carried out in the dissertation seek to understand the positive and negative social, economic and socio-environmental implications of tourism in the PNLN, taking as reference the movement of the agents involved. This dissertation is the result of research investments carried out in two locations in the Lençóis Maranhenses National Park (PNLN), in the municipality of Barreirinhas: Atins and Canto do Atins. Traditional communities that basically lived off fishing and shellfishing, but that after the reclassification of their territories into conservation units also started to develop, as a daily form of resistance, activities related to tourism according to the seasonality. Based on a qualitative methodology, it includes ethnographic information from consolidated field work through direct and participant observation, which allowed identifying the strategies used by families to remain in the territory.

Key-words: Lençóis Maranhenses National Park. Traditional Communities. Tourism. Commoditization of Nature. Forms of Resistance.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	16
Problemática da pesquisa e objeto de estudo	17
Contexto de realização da pesquisa e etapas de campo	20
Metodologia utilizada	31
CAPÍTULO 1	33
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	35
Canto do Atins e Atins – Elementos para uma caracterização geral	37
Imposição de um modelo de natureza ao modo de vida das famílias	45
Turismo e comoditização da natureza	49
Projeto de lei nº 465, de 2018	51
Projeto Básico: Concessão de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	52
CAPÍTULO 2	57
Estratégias acionadas pelas famílias para permanência no território	57
Atividades desenvolvidas em estruturas de empresários externos a essas comunidades	58
Iniciativas locais de atendimento ao turismo	63
CAPÍTULO 3	92
Implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo em Atins e Canto do Atins	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

APRESENTAÇÃO

A criação de Parques Nacionais no Brasil remonta ao início do século XX e baseia-se em um modelo de conservação da natureza importado dos Estados Unidos, país que desde 1872 instituiu o primeiro parque nacional do mundo, o Parque de Yellowstone. Sob a máxima do conservacionismo (DIEGUES, 2008; FERNANDES, 2014), tais unidades de conservação (UC) surgem em um período de intensa degradação da natureza devido ao processo de industrialização e crescimento das cidades. Sua instituição visou o controle do território nacional, a proteção de porções de natureza para gerações futuras e o lazer de populações urbanas.

Criado em 1981 por meio do Decreto 86.060 (BRASIL, 1981), com uma área de 156 mil hectares, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) abarca os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz. Por ser uma unidade de conservação federal de proteção integral, a legislação proíbe a presença de humanos dentro dos limites dessa UC, por serem vistos como incompatíveis com o objetivo de criação de tais unidades. Entretanto, quando da criação do PNLM, foi desconsiderada a existência de famílias de *comunidades tradicionais*¹ nesse território. A presença das famílias nesse território, em alguns casos, remonta ao século XIX.

Segundo informações fornecidas pelos nativos (PAULA ANDRADE e SOUZA FILHO, 2017), existem 23 *comunidades tradicionais* na porção do PNLM referente ao município de Barreirinhas, distribuídas em duas grandes regiões: a *região das praias* e *região das areias*. Atins e Canto do Atins, universo empírico da pesquisa que deu origem a esta dissertação, estão situados na *região das praias*, juntamente com as *comunidades tradicionais* de Ponta do Mangue e Santo Inácio.

As *comunidades tradicionais* de Atins e Canto do Atins têm como primeira interferência que modifica sua reprodução social e material e ameaça sua permanência no território, as regulações impostas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a respeito dos usos dos recursos naturais, antes por elas manejados. Essa interferência acaba por cercear atividades historicamente realizadas, a exemplo da pesca, *mariscagem*² (PAULA ANDRADE e SOUZA FILHO, 2017; SANTOS, 2018) e criação de

¹Adotaremos a categoria “*comunidades tradicionais*” para nos referir às unidades sociais e territoriais presentes no PNLM. Esse entendimento segue as caracterizações feitas por Cunha (2009) e Barreto, F. (2006), definidoras de um modo de vida específico a partir de formas particulares de uso dos recursos e de interação com a natureza.

² É uma atividade associada à pesca artesanal, consiste na coleta de moluscos e crustáceos por pescadoras. Para melhor entendimento sobre essa modalidade de pesca, ver a monografia de conclusão de curso de Lícia Cristina

animais, além de impedir a construção de novas casas para os recém-casados. São muitas as reclamações por parte das famílias a respeito da atuação dos agentes desse órgão. Quanto mais próximos da rota do turismo, mais as famílias são vigiadas e punidas, conforme já apontaram outros pesquisadores (PAULA ANDRADE E SOUZA FILHO, 2017; DIAS, 2017; ROCHA, 2018).

A segunda modalidade de interferência no modo de vida dessas comunidades decorre da incapacidade do poder público em planejar, organizar e gerenciar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo na região, que se estabelece de forma predatória, orquestrada por empresários³ externos a essas comunidades. Construção de pousadas, casas de veraneio, restaurantes, bares e escolas de *kitesurf* à beira da praia privatizam o mar e criam limites entre os visitantes excursionistas e os nativos. Além disso, problemas como especulação imobiliária, poluição da paisagem devido ao excesso de construção de estruturas, deterioração da mão de obra, inflação e acréscimos no custo de vida das famílias, sentimento de insegurança devido ao aparecimento de drogas e roubos nessas comunidades, poluição de locais de pesca, também são observadas em decorrência das atividades turísticas. Desta forma, as famílias sentem-se desprotegidas, vivendo clima de insegurança e temor.

Nesse sentido, a metamorfose, ou seja, os processos de transformações sociais, econômicas e socioambientais que estão em curso em Atins e Canto do Atins devido ao estabelecimento do turismo nessa região, são aqui compreendidos em função de variáveis empiricamente observadas tais como: alterações da paisagem devido ao processo de gentrificação que tem se estabelecido em Atins, comprometimento do modo de vida das famílias dessas comunidades decorrente de alterações na prática de atividades tradicionalmente realizadas devido a necessidade de envolvimento com as atividades relacionadas ao turismo e uma apropriação contraditória da natureza como exótica pelo turismo.

Em função desse quadro ambiental e da dupla interferência sofrida pelas famílias se faz necessário perceber, levando em consideração tanto o turismo permitido e incentivado pelo Estado que é desenvolvido por empresários externos a essas comunidades, nos entornos

Viana Silva Santos “A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso da *mariscagem* em Atins” (SANTOS, 2018).

³Essa categoria sociológica é aqui utilizada para classificar um grupo de agentes que se reconhecem e são reconhecidas como empresários por possuírem estruturas de atendimento ao turismo em Atins e não serem pertencentes a essa *comunidade tradicional*. Estes são oriundos de outras regiões do país ou de outros países e sua relação com Atins decorre da construção de uma estrutura para exploração do potencial turístico dessa região, principalmente durante a alta temporada do turismo no PNLM.

do parque, quanto às iniciativas locais de atendimento aos turistas, que são desenvolvidas pelas famílias pertencentes a essas *comunidades tradicionais*. Quais são as implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo nas *comunidades tradicionais* de Atins e Canto do Atins?

Para tanto, além da apresentação e as considerações finais, essa dissertação conta com uma Introdução e mais três capítulos. Na introdução são discutidas a problemática da pesquisa e o objeto de estudo, o contexto de realização da pesquisa, as etapas de campo e a metodologia utilizada no processo de pesquisa que deu origem ao presente estudo.

No capítulo 1, discorro sobre o contexto de criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e destaco os elementos para uma caracterização geral de Atins e Canto do Atins. Abordo a imposição da concepção de natureza do Estado ao modo de vida das *comunidades tradicionais* existentes nesse território, e discuto a relação entre turismo e *comoditização* da natureza no atual cenário em que as unidades de conservação encontram-se submetidas. Para isso, analiso as iniciativas voltadas para exploração do potencial turístico do PNLN – o Projeto de lei nº 465 de 2018 de autoria do Senador Maranhense Roberto Rocha e o Projeto básico de concessão de serviços de apoio à visitação no PNLN, elaborado no período do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

No capítulo 2, diante do quadro ambiental apresentado na introdução e capítulo 1, trato das estratégias acionadas pelas famílias de Atins e Canto do Atins para visando assegurar a permanência nesse território. Além das atividades tradicionalmente realizadas, analiso aquelas relacionadas ao turismo – seja os trabalhos realizados em estruturas de empresários do turismo, seja em iniciativas locais de atendimento ao turismo, desenvolvidas pelas famílias dessas *comunidades tradicionais*.

Por fim, no capítulo 3, analiso as implicações sociais, econômicas e socioambientais positivas e negativas do turismo para as famílias de Atins e Canto do Atins.

INTRODUÇÃO

De acordo com Martinez Alier (2015), a principal corrente do movimento ambientalista responsável por orientar a criação de reservas nacionais livres da interferência humana é a do “culto ao silvestre”. Neste caso, a preservação de porções de natureza a partir da exclusão de habitantes humanos se justificaria pelo direito à vida de outras espécies. Entretanto, a representação dicotômica da natureza como sendo exterior a sociedade, embora naturalizada, não é natural. Tal separação é fruto da consolidação e expansão da dominação exercida pelo capitalismo industrial sobre a natureza (MATTEDI, 2015). Ela depende do modo como distintas racionalidades operam e compreendem o mundo em que estão inseridas.

A partir de uma análise das noções de “natureza” e “cultura” presentes na obra de Lévi-Strauss, Phillipe Descola (2011) ressalta que a visão dicotômica entre “natureza” e “cultura” teve início no século XVIII com o Filósofo René Descartes. Segundo o autor, epistemologicamente, essa separação é possível. Entretanto, ao observarmos realidades empíricas, percebemos que essa divisão, embora naturalizada em nossa sociedade, não é natural. Ela depende do modo como distintas racionalidades – nesse caso, a das *comunidades tradicionais* ou a do Estado, operam e compreendem o(s) mundo(s) em que estão inseridas.

Simultaneamente a disputa travada pela apropriação material da área hoje identificada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), existem lutas simbólicas e culturais onde o conflito entre distintas concepções de natureza se instaura.

Pierre Bourdieu (1996), apresenta a dificuldade das ciências sociais de pensar o Estado, tendo em vista que tendemos a assumir categorias de pensamento que são produzidas e garantidas pelo próprio Estado. O autor propõe como alternativa, a aplicação de uma “dúvida hiperbólica” ao Estado e ao pensamento de Estado através da reconstrução da gênese deste. O capital simbólico concentrado pelo Estado, em específico, o permite constituir o que Bourdieu (1996) denomina de “instância central de nomeação”. A capacidade de nomeação ou atestado que o Estado e todos aqueles autorizados por ele possuem, o torna capaz de criar visões e divisões no mundo social.

O Estado possui o poder decisivo nas disputas travadas pelo território em Atins e Canto do Atins, alternando entre a negação da anterioridade de ocupação desse território por essas famílias – operando assim com a ideia de “vazio demográfico”, e a nomeação destas comunidades como invasoras e, portanto, considerando suas existências e práticas tradicionalmente realizadas como deslegítimas, condenáveis, frente a outras formas de apropriação da natureza.

Rosirene Lima (SOUZA FILHO, 2017), na apresentação do livro *Dinâmicas Territoriais e Conflitos Socioambientais* explicita que as lutas travadas pelas *comunidades tradicionais* por seus territórios se justificam por fatores econômicos, simbólicos e afetivos que são necessários para a sua reprodução social e material.

Desse modo, a justificativa das *comunidades tradicionais* de Atins e Canto do Atins para lutar por seus territórios difere do objetivo de criação do PNLN. Tendo em vista, que no primeiro caso, a conservação da natureza está intimamente relacionada à reprodução social e material de um modo de vida específico que só existe devido a uma relação consorciada com a natureza. Já no segundo caso, a proteção integral da natureza através da exclusão do humano, se justifica pelo objetivo de proteção de uma natureza “intocada”, “domesticada”, “sacralizada”.

Problemática da pesquisa e objeto de estudo

A escolha de pesquisar as implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo em Atins e Canto do Atins, *comunidades tradicionais* que viviam fundamentalmente da pesca e da *mariscagem*, mas que após a requalificação dos seus territórios em unidade de conservação de proteção integral (BRASIL, 1981) passaram a desenvolver também atividades relacionadas ao turismo de acordo com a sazonalidade (MAUSS, 2003), inicialmente se deu no âmbito de minha participação em projetos⁴ desenvolvidos pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (ANDRADE; SOUSA FILHO, 2017) e, posteriormente, no contexto de realização da minha monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (ROMEIRO, 2019) junto as famílias da *comunidade tradicional* de Atins.

Como estou me referindo a categoria família ao longo do trabalho, convém problematizar aqui essa categoria de modo a não tomá-la como pré-dada. Longe de representar algo natural ou naturalizável, são produtos de construção social em contextos sociais específicos de significados.

Villela e Marques (2017), percebem que a concepção de família para as pessoas do sertão pernambucano está ligada ao parentesco e a afinidade que varia em função de sua vida cotidiana, de processos continuados de socialidade. Em Atins e Canto do Atins, o conceito de

⁴ Projeto “A disputa pela natureza: territorialidades e conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, coordenado pelo Professor Benedito Souza Filho. Esse projeto deu continuidade às pesquisas desenvolvidas pelo GERUR relacionadas com o projeto de cooperação internacional “Ação estatal de conservação da natureza e populações tradicionais no Brasil: conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, coordenado pelos professores doutores Maristela de Paula Andrade e Benedito Souza Filho.

família ultrapassa os laços de consanguinidade e o espaço físico ao qual a casa está localizada. Podem ser considerados como parte da família um vizinho próximo, chamado de tio, que ajuda a cuidar das crianças quando os pais saem para trabalhar numa pousada, quando precisam ir para Barreirinhas, ou um morador mais velho do povoado que é conhecido do núcleo familiar. Parentes, família, são aqueles que os pais ensinam os filhos a “tomar” a benção.

No contexto de realização da minha monografia, decidi trabalhar com questões relacionadas a infância e a juventude no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) porque durante as reuniões de pesquisa do GERUR me chamava atenção os relatos do meu orientador Professor Benedito e de minha colega de pesquisa Lícia sobre um menino que morava em Atins e que com apenas seis anos de idade dominava vários saberes que permitiam que conseguisse enxergar à longa distância siris na beira da praia e capturá-los com grande habilidade utilizando um *jeré*⁵.

A relação e respeito que esse menino tinha – e ainda tem, com a natureza eram demonstrados, por exemplo, quando devolvia ao mar os siris pequenos que ele considerava que ainda não estavam aptos para serem consumidos. Fazia isso, segundo me explicou, para que pudessem crescer e serem capturados em outra oportunidade.

As atitudes desse menino são representativas de um modo de vida com valores próprios de uma ética ambiental (FLORIANI, 2015) que vão sendo compartilhados por diferentes gerações levando em consideração os vínculos culturalmente estabelecidos entre humanos e não humanos (DESCOLA, 2013; INGOLD, 2000).

Em uma perspectiva diametralmente oposta à concepção de natureza com a qual as *comunidades tradicionais* residentes no PNLM operam, está o modelo de proteção integral defendido pelo Estado, que se fundamenta em uma racionalidade dicotômica, ou seja, que caracteriza a natureza como sendo tudo aquilo que é exterior ao humano (DESCOLA, 2011).

Essa perspectiva, ao adotar como política pública de preservação ambiental um modelo de unidade de conservação orientado por uma perspectiva de contemplação da natureza, contribui para classificar como invasoras as famílias que historicamente ali vivem e trabalham. Essa equivocada classificação, aliada à política de gestão da unidade de conservação, gera conflitos em torno das concepções (LITTLE, 2004) dos usos dos espaços já

⁵Apetrecho de pesca composto por uma espécie de vara de madeira de aproximadamente 1,5 metros, tendo em uma extremidade um pequeno aro de metal de cerca de 30 centímetros de diâmetro com uma pequena rede afunilada. É utilizado para capturar siris na beira da praia.

territorializados por aquelas famílias (LITTLE, 2002). Neste caso, o próprio Estado, que deveria ser o protetor dos direitos, causa os conflitos que ali se instauram.

Assim, no contexto de realização da minha monografia, enquanto me dedicava a compreender a participação de *crianças e jovens*⁶ nos arranjos familiares, entendidos a partir de uma realidade empiricamente observada, como formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002) que visam garantir a reprodução social e material das famílias e suas permanências em um parque nacional (ROMEIRO, 2019), eram recorrentes os relatos das famílias de Atins sobre a proibição por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁷ de construção de casas para recém-casados, confisco de apetrechos de pesca, ameaças de aplicação de multas pela criação de ovelhas e gado bovino solto, além de relatos sobre as implicações do turismo para as famílias tais como alteração da economia local, inflação nos preços dos itens básicos para consumo familiar, péssimas condições de trabalho, poluição de locais de visitação, contaminação de peixes, prática irresponsável do *kitesurf*, entre outros que serão trabalhados ao longo dessa dissertação.

Baseados nessa perspectiva de proteção de uma “natureza intocada” (ALIER, 2015), o Estado, na figura do ICMBio, interfere na vida das famílias através do investimento em estratégias graduais de expulsão desses grupos. Proibições e sanções referentes às práticas econômicas tradicionalmente realizadas pelas famílias, mas não admitidas em uma Unidade de Conservação de tipo proteção, passam a afrontar o modo de vida das famílias. Por outro lado, a liberação de atividades caracterizadas como de uso indireto dos recursos naturais, a exemplo do turismo e práticas a ele relacionadas (DIAS, 2017) são admitidas.

Percebi que devido as interferências do Estado na figura do ICMBio e do crescente estabelecimento do turismo na região e suas implicações, a reprodução social e material das famílias de Atins depende da realização de atividades tradicionais, mas também daquelas relacionadas com o turismo, envolvendo adultos, *jovens e crianças* em diferentes arranjos familiares.

Historicamente, as famílias que moram e trabalham no PNLM manejam e se apropriam dos elementos da natureza, gestando uma organização social e econômica que coevolui com os distintos ambientes que compõe o PNLM. Entretanto, há uma disputa desigual entre as *comunidades tradicionais* que lutam pelo direito de permanência no lugar onde elas e seus ancestrais nasceram, os empresários que são externos a essas comunidades

⁶*Crianças e jovens* aparecem aqui grafadas em itálico propositalmente. Isso porque não devem ser consideradas como pré-dadas ou naturalizadas, mas sim como produto de construções sociais (LENOIR, 1998). Para mais informações sobre o que significa ser *criança e jovem* em Atins consultar (ROMEIRO, 2019).

⁷ Órgão criado pela Lei nº 11.516 de agosto de 2007.

(donos de pousadas, casas de veraneio, bares, restaurantes, escolas de kitesurf, localizadas nas áreas de entorno do parque), as populações urbanas que visam a contemplação da natureza e o próprio Estado que limita o modo de vida tradicional dessas famílias, mas incentiva o turismo e atividades a ele relacionadas.

Em função desse quadro ambiental e da dupla interferência sofrida pelas famílias em função da demanda do turismo nessa região, esse trabalho tem como objeto de estudo as implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo em Atins e Canto do Atins. Escolhidos por possuírem características geoambientais – tais com a proximidade ao campo de dunas, de lagoas e do mar, que os transformam em um dos principais destinos do turismo na região, por já existir tanto as iniciativas locais que atendem os turistas e, em alguns casos, que sem elas seria impossível o desenvolvimento do ecoturismo⁸, quanto iniciativas de empresários externos a essas comunidades e pelo estabelecimento de laços com as famílias durante a realização da minha monografia.

Para dar conta desse objeto de estudo alguns objetivos foram definidos de modo a entender em que medida as implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo para as *comunidades tradicionais* de Atins e Canto do Atins são orientadas pelos distintos modelos de natureza conflitantes. Tais objetivos são: a) Verificar o impacto do envolvimento com a realização de atividades relacionadas ao turismo para organização familiar; b) Mapear todas as estruturas locais voltadas para o atendimento do turismo e identificar as características e concepções arquitetônicas de tais estruturas; c) Identificar os serviços alternativos oferecidos aos turistas pelos responsáveis por essas iniciativas locais para fins de caracterização da diferenciação interna de tais iniciativas.

O problema central desse estudo, portanto, é compreender quais são as implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo em Atins e Canto do Atins? Levando em consideração tanto o turismo permitido e incentivado pelo Estado que é desenvolvido por empresários externos a essas comunidades nos entornos do PNLM, quanto às iniciativas locais de atendimento aos turistas que são desenvolvidas por nativos.

Contexto de realização da pesquisa e etapas de campo

Seguindo o exemplo de outros Parques Nacionais do país, o PNLM foi fechado para visitação em março de 2020. Embora tenha voltado a ser reaberto, com algumas restrições, em julho do mesmo ano, o clima de insegurança, incertezas e preocupação com a saúde das famílias dessas *comunidades* me fizeram retornar para o PNLM apenas em fevereiro de 2022

⁸ Modalidade de turismo permitida por Unidades de Conservação de tipo integral.

quando o processo de vacinação contra covid-19 já estava em andamento no Estado do Maranhão.

Quadro 1 – Períodos de trabalho de campo.

INCURSÕES DE PESQUISA		
Etapas	Período	Duração
01	07/02/2022 à 13/02/2022	06 dias
02	10/06/2022 à 13/06/2022	03 dias
03	02/08/2022 à 07/08/2022	05 dias

Elaborado pela autora a partir de dados de pesquisa.

Após ter realizado levantamento bibliográfico atinente a temática de estudo e ter participado de reuniões de planejamento de etapa de campo, fiz minha primeira incursão em Atins em fevereiro de 2022. Devido ao estabelecimento de laços com as famílias de Atins, especialmente com a família de Dona Luza, no contexto de realização da minha monografia e a manutenção de contato por ligações e mensagens com as famílias durante a pandemia, o meu retorno para Atins em 2022 não foi dificultado. Durante as etapas de pesquisa, a família de Dona Luza me recebeu novamente em Atins. Na ocasião, fui de *voadeira*⁹ de Barreirinhas até Atins, a embarcação estava com sua lotação máxima e a maioria das pessoas não estavam usando máscaras, mesmo com os cartazes de aviso presentes indicando a necessidade e os riscos de sua não utilização.

Ao longo do trajeto, fui percebendo as transformações que ocorreram na paisagem entre os anos 2020 e 2021 em que não pude visitar o PNLN. Embora o país estivesse passando por uma pandemia de covid-19, o turismo diminuiu por um breve período nessa região. Depois disso, durante toda a pandemia, as pessoas visitaram o parque como uma espécie de refúgio da situação caótica presente nas cidades. Isso acarretou a rápida e crescente construção de novas estruturas voltadas para o atendimento do turismo. As margens do Rio Preguiças, por exemplo, estão repletas de novas construções de casas, pousadas e até condomínios fechados. Um desses condomínios carrega o seguinte slogan: “Um paraíso para chamar de seu”.

Em Atins, o mesmo aconteceu. Dona Luza, uma das minhas principais interlocutoras, comentou que no futuro não haverá mais alta temporada e baixa temporada do turismo porque “o tempo todo têm turistas chegando e saindo do Atins”, durante a pandemia o turismo não parou, segundo ela “o tempo todo tinha turistas andando no parque”. Isso fica ainda mais

⁹ Embarcação pequena que realiza o transporte por via fluvial de passageiros de Barreirinhas até Atins passando por Mandacarú.

notório quando observamos as novas construções para atendimento do turismo feitas em Atins e comunidades próximas por empresários.

Foto 1 – Pousada Casa de Jujá, localizada em Atins.



Foto: Ana Luiza Romeiro, Atins, 12 de junho de 2022.

Essa foto, por exemplo, é de uma pousada que estava sendo construída na parte do povoado de Atins que está localizado fora dos limites do PNLM, mas que é classificada pelos moradores da comunidade como o “centro do Atins”. Podemos perceber com essa imagem o quanto essa estrutura destoa da paisagem local. Apesar de ser apresentada como uma “construção ecológica” pelos materiais utilizados, ela possui dois andares e não se compara a nenhuma outra estrutura presente nesse local.

Outra coisa que me chamou atenção durante esse retorno para o PNLM, caminhando pelas ruas do povoado de Atins, foi o aumento significativo da especulação imobiliária nessa região. Impressiona a quantidade de placas de venda de terrenos, de aluguel de estruturas já construídas, de projetos de construção de condomínios na parte do povoado de Atins que fica fora dos limites do PNLM. Segundo os moradores, os preços começam em 150.000,00 reais e esse valor aumenta quanto mais os terrenos se aproximam da praia.

Foto 2 – Placa de venda de terreno em Atins e Santo Inácio



Foto 3 – Placa de construção do condomínio Atins Dunas Beach



Fotos: Ana Luiza Romeiro, Atins, 09 de junho de 2022.

Tanto a placa da foto 2 quanto a placa da foto 3 estão localizadas, de acordo com a classificação nativa, no centro de Atins.

Por coincidência, durante a realização dessa etapa de campo, as pessoas da comunidade me relataram que estavam apreensivas porque no dia 10 de fevereiro o ministério público teria ordenado a retirada de cercas, de plantas e embargado algumas construções na parte do povoado de Atins que fica fora dos limites do PNLM. Passando por essa área, pude observar que algumas estruturas estavam cheias de fitas e placas com o aviso: “ATENÇÃO: Área embargada” e, logo abaixo, a logomarca da Prefeitura de Barreirinhas.

Nesse dia em questão, quando estava voltando para a casa de Dona Luza, acompanhamos os funcionários da Prefeitura de Barreirinhas colocando um portal em Atins.

Foto 4 – Carro com turistas indo em direção ao portal de entrada de Atins



Foto: Ana Luiza Romeiro, Atins, 11 de junho de 2022.

Isso gerou uma divisão de opiniões entre as famílias da comunidade. Uns ficaram felizes porque “Atins estava ficando mais bonita” enquanto outros viram isso como uma tentativa de disfarçar as ameaças de derrubada de algumas estruturas de atendimento ao turismo que estavam sendo construídas por nativos.

Durante a realização dessa etapa de pesquisa, pude georreferenciar todas as estruturas locais de atendimento ao turismo. Percebendo com isso que a maioria delas fica localizada na parte do povoado de Atins que fica fora dos limites do PNLN.

A minha segunda incursão se deu em junho de 2022, na ocasião, por já estar no início da alta temporada do turismo, era notória a dificuldade para se conseguir passagens de Barreirinhas para Atins, mesmo *marcando a passagem*¹⁰ com antecedência. Dessa vez, por não conseguir passagem de *voadeira*, fui de Toyota (Também chamada de caminhonete ou carro). Esses veículos com tração são equipados com uma estrutura de ferro na sua carroceria e bancos acolchoados para o transporte de passageiros. Alguns possuem identificação de

¹⁰ Terminologia utilizada de maneira recorrente pelos moradores para se referirem a reserva de passagens junto aos donos dos carros e das voadeiras que fazem o transporte de passageiros de Atins para Barreirinhas.

credenciamento pelo ICMBio para o transporte de turistas, e outros não. Podem ser dirigidas por seus donos ou por terceiros, nesse caso, contratados.

Algo importante a destacar é que esses veículos não transportam apenas passageiros. Eles possibilitam também a circulação de recados escritos ou falados que os motoristas são encarregados de entregar ou transmitir. Essa prática permite a comunicação com pessoas de outras comunidades que não são servidas de energia elétrica ou de sinal de telefonia. Transportam também mercadorias (alimentos, materiais de limpeza, botijões de gás, entre outros itens) daqueles que realizam compras em Barreirinhas ou das pessoas que apenas mandam uma lista pelo motorista, que se encarrega de comprar. Transportam também material de construção ou alguma encomenda feita pelos donos de pousadas em Atins.

Na realização dessa atividade, o motorista precisa, além de possuir habilitação, saber se localizar em meio às dunas, já que ao longo do trajeto não existem sinalizações indicando caminho até o destino. Saber movimentar-se no campo de dunas, localmente denominado *morraria*, é resultado de um conhecimento fino e valorizado, inclusive por policiais da região quando precisam realizar alguma operação dentro do PNLN.

Nessa ocasião em específico, o carro estava com todos os assentos ocupados e chamou minha atenção a quantidade de carros e turistas que estavam esperando a balsa em um dos novos pontos construídos em Barreirinhas para fazer a travessia do Rio Preguiças.

Foto 5 – Turistas caminhando até aos carros após travessia do Rio Preguiças de Balsa



Foto: Ana Luiza Romeiro, travessia do Rio Preguiças, 14 de junho de 2022.

Na foto acima, podemos observar em apenas um momento, grande quantidade de turistas que fazem a travessia do Rio Preguiças para o PNLM, mesmo ainda sendo o início da alta temporada do turismo, e apesar do tempo que a balsa leva para se deslocar de uma margem a outra do Rio Preguiças¹¹. Isso evidencia a enorme quantidade de carros e de turistas que acessam o PNLM todos os dias a cada temporada e as implicações desse fluxo constante nessa unidade de conservação ambiental.

Aponte a câmera do seu celular para o QRCode para ver vídeo do projeto de construção da ponte sobre o Rio Preguiças na página do facebook da Prefeitura de Barreirinhas.



Foto 6 – Obra de construção da Ponte sobre o Rio Preguiças em Barreirinhas



Autor: Benedito Souza Filho, 6 agosto de 2022.

Aponte a câmera do seu celular para o QRCode para assistir ao vídeo do processo de construção da ponte sobre o Rio Preguiças, Barreirinhas - MA.



Autor: Benedito Souza Filho, 06 de agosto de 2022.

¹¹ Com recursos do governo do Estado do Maranhão, atualmente está sendo construída uma ponte sobre o rio Preguiças que propiciará um fluxo considerável de veículos que acessarão os locais de visitação do PNLM.

Ao chegar em Atins, fui recebida por seu Ita, marido de Dona Luza, ele me contou que – diferente da minha primeira incursão em que ele estava trabalhando como pedreiro na construção de uma pousada para os turistas, estava aproveitando o período do início da alta temporada, momento em que ele não trabalha como pedreiro, para pescar e construir o novo restaurante de Dona Luza. O antigo restaurante da família parou de funcionar durante toda a pandemia.

O objetivo nessa segunda etapa era identificar e realizar entrevistas com os donos de estruturas locais de atendimento ao turismo, compreender como essas estruturas funcionam. Após realizar as entrevistas em questão, aproveitei para caminhar pela praia de Atins e observar as modificações ocorridas nos anos em que estive ausente. Embora ainda estivesse no início da alta temporada do turismo, havia várias lanchas ancoradas, carros estacionados próximos aos bares e restaurantes construídos na beira da praia, pessoas fazendo a travessia do *rio manso*¹² para os bares localizados no banco de areia.

Foto 7 – Turistas chegando na praia de Atins



Foto: Ana Luiza Romeiro, Atins, 11 de junho de 2022.

¹² Local onde, segundo SANTOS (2018, p. 45) “as águas são mais tranquilas, pois tem a proteção de um banco de areia que possui um curto trecho de mangue”.

Foto 8 – Turistas embarcando em uma lancha em Atins



Foto: Ana Luiza Romeiro, Atins, 11 de junho de 2022.

Foto 9 – Turista montando pipa para prática de *kitesurf*



Foto: Ana Luiza Romeiro, Atins, 11 de junho de 2022.

Foto 10 – Turistas comprando artesanato



Foto: Ana Luiza Romeiro, Atins, 11 de junho de 2022.

Nas imagens acima, podemos observar o quanto a vida social em Atins muda com a chegada de turistas na região na alta temporada. Mesmo no início da temporada, podemos observar a quantidade de turistas e atividades acontecendo simultaneamente na praia de Atins. Turistas chegando, fazendo passeios de lancha, atravessando o rio *manso* para beber e almoçar, comprando bijuterias de vendedores ambulantes que também vêm de outras partes do país para vender suas peças artesanais para os turistas na alta temporada do turismo em Atins.

A terceira incursão aconteceu em agosto de 2022, período de alta temporada do turismo. Nessa etapa de campo, mesmo tendo *mercado passagem* com antecedência, quando cheguei à Beira Rio, o condutor da *voadeira* disse que não havia mais passagens. Precisei ligar para Dona Luza para informar o que estava acontecendo, ela entrou em contato com o dono da *voadeira*, explicou a situação e pude enfim embarcar para Atins às 12h30.

Chegamos ao porto de Atins quase 15h. O primeiro carro a sair com passageiros, levou os turistas que iam ficar em pousadas localizadas no centro de Atins. Eu, junto com moradores e outros turistas que iam para o povoado Santo Inácio, tivemos que esperar um

segundo veículo. Depois que todos haviam subido no carro e informado o seu destino ao motorista, seguimos.

Durante o trajeto, os moradores foram conversando com os turistas sobre as transformações que o povoado tem sofrido. Ao tentarem saber onde ficava localizada as pousadas que os turistas iriam ficar hospedados, os moradores perceberam que não conheciam essas pousadas, disseram que tem muitas construções novas no povoado e que está ficando cada vez mais difícil acompanhar essas mudanças e se localizar. Quando passamos em frente a uma pousada construída recentemente no povoado, um rapaz da comunidade que estava retornando de seu trabalho em São Luís comentou que o dono dessa estrutura só tinha conseguido realizar essa construção por ter dinheiro, tendo em vista que segundo ele ela está localizada dentro da área do parque.

No dia seguinte a minha chegada, enquanto caminhava pela comunidade, percebi o quanto o número de turistas tinha aumentado desde minha última etapa de campo por já estar no período da alta temporada. Havia vários carros, quadriciclos, cavalos transportando turistas pelo povoado, levando-os para passeios nas lagoas, no campo de dunas, para as pousadas, restaurantes e bares do povoado.

Outra coisa que me chamou atenção foi que no final da tarde desse mesmo dia, eu sugeri ao filho de Dona Luza que fôssemos ver o pôr do sol nas dunas que ficam próximas da casa. O sobrinho dela, com apenas 8 anos de idade, nos ouviu conversando e me perguntou: “se eu levar vocês, tu vai pelo menos me dar um agrado?” Sorrimos e perguntei para ele o que isso significava e ele disse: “um dinheirinho”. Eu disse “Depende, qual o valor” e ele respondeu “Cinquenta reais” e todos sorrimos. Depois de um tempo pensando em silêncio ele me perguntou “Mas, são quantas pessoas mesmo? Que vai pro passeio?” Respondi que eram duas pessoas e então ele disse “Nesse caso, são cem reais, cinquenta por pessoa”. Todos sorrimos porque foi bastante inesperado. Ainda perguntei se ele não iria se perder nas dunas e ele disse “Não, vou quase todo dia lá com meus pais”.

Esse momento chamou minha atenção porque apesar de tenra idade, esse menino já possui conhecimentos específicos sobre a prática de atividades relacionadas ao turismo que sua família desenvolve, seja observando sua tia atendendo pessoas em seu restaurante ou observando como seu primo combina a realização de passeios a cavalo para as lagoas e campo de dunas com os turistas.

No dia seguinte realizei uma entrevista com Dona Luza sobre o funcionamento do seu restaurante e gravei um vídeo com ela e sua mãe falando sobre as implicações do turismo para a vida de suas famílias.

Nessa etapa de campo também foi possível ir a Canto do Atins para georreferenciar todas as casas do povoado e realizar uma entrevista com seu Antônio, dono de uma das duas únicas estruturas de atendimento ao turismo presentes na comunidade. Além disso, conversei bastante com Elinajayra, sua filha. Segundo ela, antigamente, Canto do Atins era uma comunidade pesqueira que vivia fundamentalmente da pesca e da *mariscagem*. Entretanto, devido ao movimento de aparecimento de barcos de arrasto, os peixes sumiram da praia e, atualmente, a única fonte de renda da comunidade está relacionada ao turismo. Seja trabalhando nos dois restaurantes da comunidade – Restaurante do seu Antônio, Restaurante da Dona Luzia, ou como guia turístico.

Metodologia utilizada

Bronislaw Malinowski (1976), apresenta o lado humano do pesquisador de campo ao ressaltar a necessidade de uma descrição das condições de realização da pesquisa, das tribulações vivenciadas em campo e dos métodos utilizados na coleta de informações, para a construção de dados. Para ele, os resultados de uma pesquisa científica devem ser “[...] apresentados de maneira clara e absolutamente honesta” (MALINOWSKI, 1976, p. 22).

Devido ao contexto de pandemia de Covid-19, o contato com as famílias de Atins e Canto do Atins ficou bastante restrito em um primeiro momento, resumindo-se a telefonemas e mensagens trocadas por redes sociais. Por isso, parte das informações apresentadas nesta dissertação são fruto de investimentos de pesquisa anteriormente realizados junto as 39 famílias que vivem e trabalham na *comunidade tradicional* de Atins, ao longo de dois anos (2017-2019), durante a realização da minha monografia (ROMEIRO, 2019).

Inicialmente, atualizei as minhas informações sobre número de famílias, quantidade de pessoas que nasceram e morreram e quantidade de casas construídas ao longo dos anos 2020 e 2021 em Atins.

Em seguida, identifiquei e georreferenciei todas as estruturas locais de atendimento ao turismo presentes em Atins e Canto do Atins. Construí com isso uma tabela contendo os nomes das estruturas, proprietários, tipo de estrutura, localização em relação aos limites do PNLM, se possuíam ou não redes sociais para divulgação.

Depois, com intuito de aproximação com o campo e para recuperar a história dessas experiências, realizei entrevistas semiestruturadas com os donos de estruturas locais de

atendimento ao turismo. Como por exemplo, donos de restaurantes, mercadinhos, pousadas e agências de turismo.

Realizei passeios a cavalo e de quadriciclo com um *jovem* de Atins dono de uma agência online de turismo para compreender os serviços alternativos que são oferecidos aos turistas.

Também realizei a gravação de um vídeo com os donos de algumas dessas estruturas falando sobre as implicações do turismo para suas famílias.

Estive atenta ao que foi colocado por Malinowski (1976), quando enfatiza como condições adequadas para realização da pesquisa o contato diário do pesquisador com seus interlocutores e a observação participante. Lembra que,

[...] há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de *os imponderáveis da vida real*. (MALINOWSKI, 1976, p. 33).

Os “imponderáveis da vida real” em Atins e Canto do Atins, só puderam ser percebidos por mim quando fui mariscar sarnambi com as mulheres da comunidade, e pude aos poucos acompanhar as *crianças e os jovens* nas atividades do dia-a-dia – enchendo pote, varrendo a casa, cuidando dos irmãos mais novos, ajudando a fazer comida, – durante as brincadeiras, acompanhando as atividades desenvolvidas pelas famílias ao longo das sazonalidades, realizando passeios a cavalo, observando como as estruturas locais de atendimento ao turismo funcionam e tudo isso sempre deixando que eles me mostrassem como fazer ao mesmo tempo em que me contavam suas experiências, percepções sobre o lugar em que vivem, sonhos, histórias.

A metodologia utilizada neste estudo foi a realização de observação direta e participante. Fiz uso de diário de campo com intuito de descrever pormenorizadamente as minhas observações. Realizei entrevistas semiestruturadas, gravadas com adultos e *jovens* de algumas das famílias – escolhidas a partir de critérios como disponibilidade e envolvimento tanto com atividades tradicionalmente realizadas, quanto com as relacionadas ao turismo ao longo de um ano e um total de três etapas de campo.

CAPÍTULO 1

O debate em torno da criação de áreas protegidas remonta ao século XIX nos Estados Unidos, país que instituiu em 1872 o primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone. Sob a máxima do conservacionismo, esse debate se fez principalmente em torno da categoria parque. De acordo com Diegues (2008),

[...] Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos. (p. 15)

Assim, o ato de criar “ilhas” de conservação ambiental livres de moradores humanos está ancorado em uma visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Para os preservacionistas americanos, a conservação de porções de natureza era possível somente com a criação de uma nova forma de relação entre homem-natureza, relação essa mediada por leis em um espaço teoricamente controlado, onde o homem ao ser afastado da natureza poderia admirá-la e reverenciá-la.

Nesse sentido, os parques nacionais ao recriarem

[...] de forma idealizada e sob regras específicas e racionais, a possibilidade de interação lúdica do homem com a natureza, através da visitação, [...] produzem a perspectiva utópica de um mundo humano mais harmônico e integrado à natureza. Fora então desses espaços o modelo econômico dominante pode ser perpetuado, compensado pela existência desses símbolos de natureza “intocada” que são, ao mesmo tempo, espaços de lazer e contemplação. (FERNANDEZ, 2014, p. 45, *grifo nosso*)

Martinez Alier (2015) em seu livro *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*, analisa o crescimento do movimento ambientalista no mundo a partir da discussão das três principais correntes desse movimento que são: “o culto ao silvestre”, “a ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”.

Em relação à primeira corrente apresentada, o autor destaca que,

O “culto ao silvestre” não ataca o crescimento econômico enquanto tal. Até mesmo admite sua derrota na maior parte do mundo industrializado. Porém, coloca em discussão uma “ação de retaguarda”, que nas considerações de Leopold visam preservar e manter o que resta dos espaços da natureza original situados fora da influência do mercado. O “culto ao silvestre” surge do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para os interesses materiais. (ALIER, 2015, p. 22)

Sendo assim, esse modelo se baseia em duas concepções de “natureza”. A saber, a concepção de “natureza natural”, porção de natureza considerada digna de ser preservada em reservas nacionais e a de “natureza ordinária” que pode ser exposta aos apetites econômicos do atual modelo de produção capitalista (ACSELRAD, 2004).

Apesar dessas áreas naturais protegidas seguirem o modelo norte-americano, de acordo com Diegues (2008) “[...] aparentemente, a ideia de parques nacionais mostra-se importante para o Terceiro Mundo, mas não para países industrializados” (p. 20), pois os Estados Unidos, um dos percussores dessa ideia, tem menos de dois por cento do seu território com parques nacionais. Mesmo assim, após as experiências com parques nos Estados Unidos, o modelo de áreas naturais livres de habitantes humanos foi exportado para países como o Brasil, onde a situação ecológica, social e cultural é distinta.

Segundo Diegues (2008), a transposição desses espaços para países como o Brasil é conflitante porque as “[...] florestas são habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais” (DIEGUES, 2008, p. 15). Desse modo, a instituição dessas reservas de porções de natureza nesses países acarreta a expulsão de moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, pois o modo como essas comunidades se relacionam com a natureza não é admitido nesse modelo de unidade de conservação restritiva. Apesar disso, segundo o autor, os governos não avaliam os impactos da criação de parques sobre o modo de vida dos moradores locais.

No Brasil, de acordo com Fernandez (2014), a criação de reservas naturais atendeu em partes aos anseios conservacionistas ao mesmo tempo em que serviu aos interesses estatais de integração entre regiões, controle sobre o território nacional e sobre as riquezas naturais existentes.

Assim, o Estado atendia parcialmente às demandas dos cientistas e respondia às exigências crescentes de organismos internacionais preocupados com a defesa do meio ambiente. Mas, sobretudo, valia-se da criação de áreas protegidas como parte de um projeto estratégico de modernização capitalista, sob o comando do Estado, com base no controle centralizado de todo o território nacional, definindo fronteiras, polos de desenvolvimento regionais e alguns poucos interstícios voltados à conservação da natureza. (FERNANDEZ, 2014, p. 51-52)

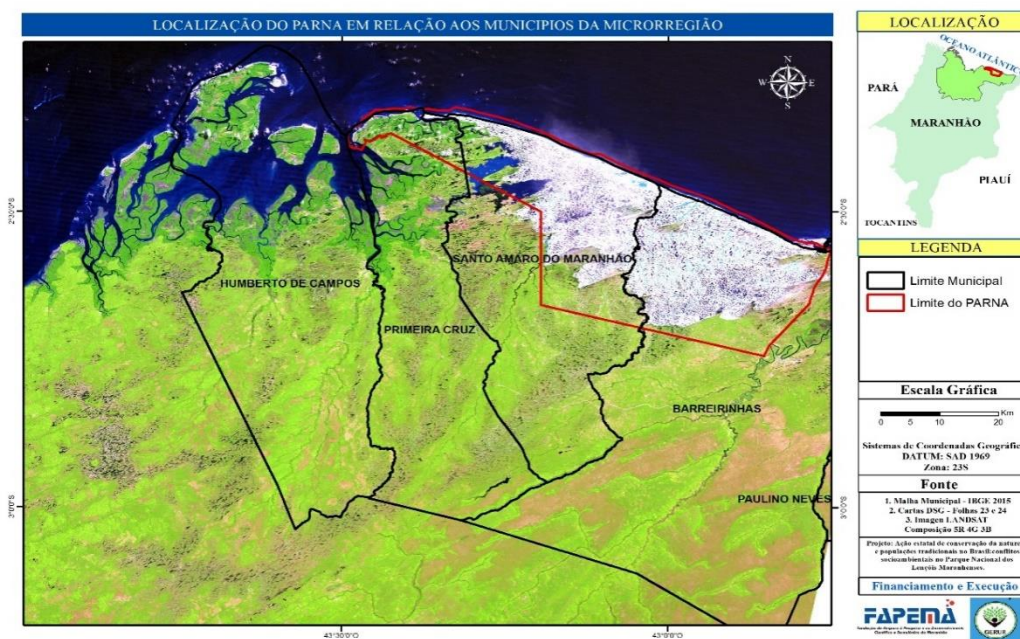
“Os anos dourados das UCs de proteção integral” (BARRETO FILHO, 2010) é um fenômeno datado e que coincidem com o período de intensa degradação da natureza devido ao processo de aventura desenvolvimentista do regime militar. Desse modo, de acordo com Fernandez (2014), no caso brasileiro não se trata de uma oposição entre conservação e

desenvolvimento, mas de uma articulação de ideais que se integraram em um só projeto de construção nacional.

Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Criado pelo Decreto N° 86.060 (BRASIL, 1981) de 02 de junho de 1981, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)¹³, possui um perímetro de 270 km e uma área de 155 mil hectares, distribuída entre os municípios de Primeira Cruz (6,89%), Santo Amaro (42,15%) e Barreirinhas (44,86%). “Tem como limites ao Norte, o Oceano Atlântico; ao Sul, os municípios de Santo Amaro e Barreirinhas; a Leste, o município de Paulino Neves; e a Oeste, os municípios de Primeira Cruz e Santo Amaro. Possui como bioma e ecossistemas: Mangue, Cerrado, Restinga e Duna” (IBAMA, 2003 apud Dias, 2017, p. 76).

Mapa 1 – Divisão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses por municípios.



Carta Imagem LANDSAT, 2017 adaptado por Ulisses Denache Vieira Souza.

No mapa acima podemos observar o atual desenho dos limites do PNLN em relação aos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz.

O debate sobre a questão ambiental no Brasil alcança um importante marco na história ao reconhecer, no âmbito da Constituição Federal de 1988, o ambiente como um direito efetivo, sob a forma do art. 225, transformando essa questão em uma preocupação pública e,

¹³ Órgão criado pela Lei nº 11.516 de agosto de 2007.

sobretudo, política. Ao fazer isto, outros dispositivos legais passam então a ser criados para dar conta dos compromissos assumidos, sendo um desses a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

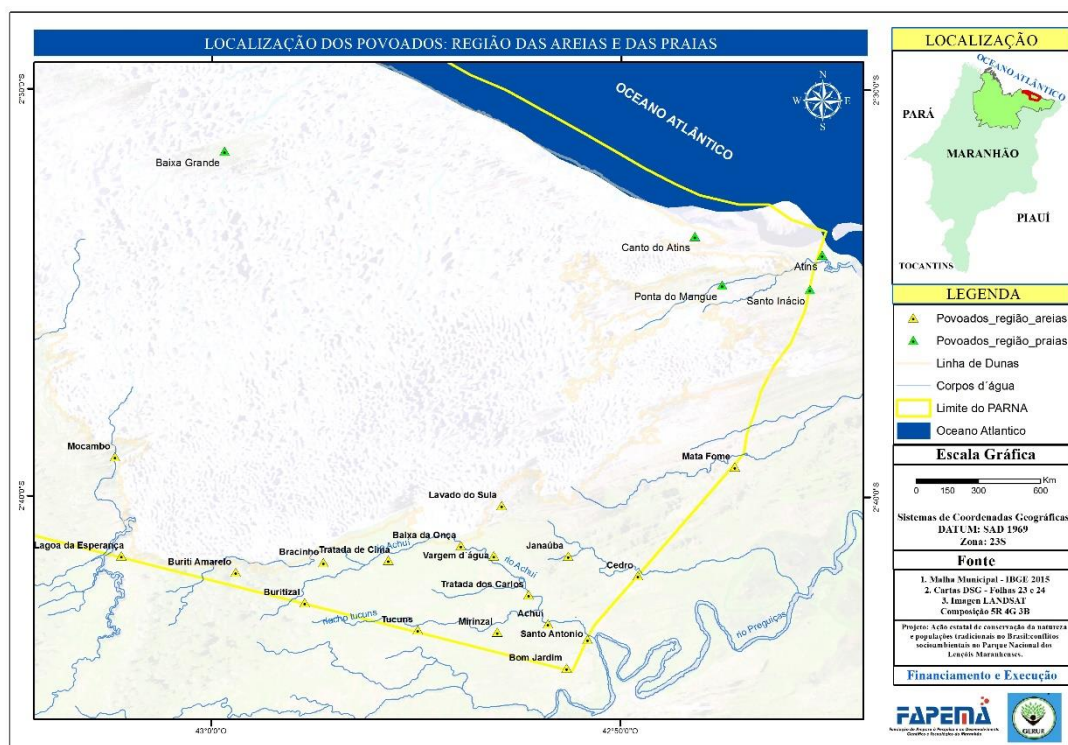
[...] O próprio termo unidade de conservação passou a ser adotado e adquiriu um sentido sistêmico, a partir de um esforço pessoal de uma das mais ferrenhas defensoras do conservacionismo, Maria Tereza Pádua, em diferenciá-lo do termo mais amplo e genérico de área protegida” (FERNANDEZ, 2014, p. 65)

O SNUC “*estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação*” (BRASIL, 2000, p. 1).

Apesar dessas ponderações otimistas quanto ao uso dos dispositivos legais que podem ser revertidos a favor dos grupos que sofrem de forma mais intensa as restrições impostas pelas políticas ambientais, alguns atores fazem críticas ao caráter conservador do SNUC. Para Diegues (2002), por exemplo, a lei, de um lado, incorporou a questão das populações residentes em áreas definidas legalmente como de uso sustentável, mas de outro, reforçou a ameaça de expulsão dos grupos sociais residentes em unidades de proteção integral (FERNANDEZ, 2014, p. 65-66)

O PNLM está inserido nessa categoria de unidade de conservação de tipo integral, que de acordo com o SNUC, art. 7º, inciso I, § 1º tem por objetivo “*preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais*” (BRASIL, 2000, p. 4). Por uso indireto dos recursos o SNUC se refere àquele “*que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais*” (BRASIL, 2000, p. 1). Desconsiderando assim a anterioridade de ocupação desse território por *comunidades tradicionais*.

Mapa 2 – Disposição das *comunidades tradicionais*



Carta Imagem LANDSAT, 2017 adaptado por Ulisses Denache Vieira Souza.

Dentre as 23 *comunidades tradicionais* que hoje compõe a porção do PNLM que compreende o município de Barreirinhas, estão Atins e Canto do Atins.

Canto do Atins e Atins – Elementos para uma caracterização geral

Em termos de uma caracterização geral, Canto do Atins está integralmente inserido dentro dos limites do PNLM. Esta comunidade possui 11 famílias, 40 pessoas, distribuídas em 24 casas. Além disso, a comunidade possui dois restaurantes para atendimento de turistas.

É uma *comunidade tradicional* que vivia fundamentalmente da pesca, *mariscagem*, criação de animais, extrativismo, plantio de caju e artesanato. Entretanto, os moradores relatam que após o aparecimento de barcos de arrasto de camarão na *região das praias*, advindos principalmente de Barreirinhas e Tutóia, os peixes ficaram cada vez mais escassos e a atividade de pesca foi inviabilizada.

Santos (2018), descreve a prática da sobrepesca em Atins, de acordo com a autora,

A prática desta modalidade de pesca tem gerado uma escassez de peixes, pois, como explica o entrevistado, ao arrastarem para pegar camarão com as redes de arrasto que possui pesos que arrastam até o fundo do local onde se jogou a rede, e ao ser arrastada leva consigo muitas espécies menores. Como esses pescadores só tem

interesse nos camarões, o que não lhe interessa é jogado ao mar e acaba chegando à beira da praia. (SANTOS, 2018, p. 58)

Os moradores de Canto do Atins e Atins relatam que realizaram diversas denúncias sobre a prática da pesca de arrasto na *região das praias* do PNLN, entretanto, segundo eles, os donos dos barcos de arrasto sempre fugiam de o local antes da fiscalização chegar porque eram avisados.

Devido a prática da pesca artesanal, atividade tradicionalmente realizada pelas famílias, ser inviabilizada em Canto do Atins, hoje, as famílias dessa comunidade passaram a desenvolver também atividades relacionadas ao turismo, seja trabalhando nos dois restaurantes presentes na comunidade, seja trabalhando em estruturas de atendimento ao turismo presentes em Atins como guias turísticos, motoristas, arrumadeiras, garçonetes etc.

Canto do Atins, apesar de estar localizado próximo a Atins, não possui escolas e nem posto de saúde. A chegada da energia elétrica na comunidade só aconteceu em 2021, por meio de um Projeto de energia solar denominado pela Equatorial como “Luzes nos Lençóis”. Isso só foi possível após anos de luta das famílias de Canto do Atins e comunidades vizinhas, por exemplo, Ponta do Mangue, pelos seus direitos. Entretanto, em minha última etapa de campo uma moradora de Canto do Atins disse que a comunidade estava sem energia elétrica a meses porque uma peça do sistema de distribuição estava quebrada. Segundo ela, mesmo sem o fornecimento de energia elétrica, as famílias continuavam sendo obrigadas pela Equatorial¹⁴ a pagar a taxa mensal.

Atins, por sua vez, tem somente parte do seu território localizado dentro dos limites do PNLN e passou a ser servida de energia elétrica em 2015. Até a data de realização do último trabalho de campo (agosto/2022), na parte de Atins localizada dentro do PNLN, identifiquei a presença de 44 famílias que contabilizam um total de 160 pessoas com idades entre 0 e 98 anos, sendo 84 mulheres e 76 homens distribuídas em 40 casas. Além disso, nessa parte do povoado, existe a construção de uma igreja católica (Igreja São Francisco), uma Cooperativa de Transporte Turístico fundada por moradores, um restaurante, uma agência e uma pousada/agência pertencentes a famílias da comunidade.

Já na parte do povoado de Atins localizada fora dos limites do PNLN, existe a construção de duas escolas: o Colégio Gonçalves Dias (que recebe alunos das comunidades Santo Inácio, Ponta do Mangue e Atins com idades entre 4 e 10 anos) e o Colégio José Serejo de Carvalho (que recebe alunos das mesmas comunidades com idades entre 11 e 19 anos). Além de um posto de saúde, uma igreja católica (Igreja São Pedro), duas igrejas evangélicas

¹⁴ Companhia responsável pelo fornecimento de energia em vários estados, entre eles o Maranhão.

(Igreja Adventista do Sétimo Dia e Assembleia de Deus), três comércios, uma padaria, uma farmácia, uma frutaria, uma associação de moradores (criada no período da pandemia para realizar ações para ajudar aqueles que estavam doentes), além de diversas estruturas para atendimento ao turismo tais como restaurantes, bares, pousadas, casas de veraneio, agências de turismo, escolas de *kitesurf*, lojas e depósito de bebidas. Estruturas essas de famílias pertencentes a comunidade e de empresários externos a essa comunidade.

As atividades realizadas pelas famílias de Canto do Atins e Atins ao longo do ano são:

- 1. Aquelas relacionadas ao ambiente doméstico:** varrer casa, lavar roupa, fazer comida, lavar louça etc. Atividades realizadas por ambos os sexos, dependendo do contexto. Por exemplo, se a esposa vai para Barreirinhas fazer compras e pagar contas, o marido pode fazer a comida, cuidar dos filhos até que a esposa retorne. Ou, se é uma família onde todos os filhos são do sexo masculino, estes podem ajudar a mãe realizando algumas dessas atividades. Entretanto, em Atins, as atividades relacionadas ao ambiente doméstico são socialmente reconhecidas como próprias do domínio feminino. Ou seja, mesmo observando que os maridos e os filhos faziam tarefas domésticas no cotidiano das famílias, sempre que eu perguntava para uma mulher se o marido e os filhos ajudavam com alguma tarefa de casa, ela respondia que sim. Mas, quando eu perguntava para o marido ou para o filho seja ele *criança* ou *jovem* ele sempre negava e as mães diziam que era porque eles tinham vergonha.

P. O Adailson vai pescar, e o Mailson?

E. O Mailson fica em casa mais a tia dele. O Mailson já ajudando a encher um bujão d'água, ou varrer casa, ou lavar a louça, tudo isso ele, ele faz. Aliás, eles todos três, eles ajudam a encher [pote de] água, varrer casa, lavar louça, a fazer comida eu apenas, eu corto, ajeito tudim, ele só apenas botam no fogo se for possível e ficam olhando sempre a comida.

P. Mas quando a senhora está em casa, quem faz o quê?

E. Quando eu não tô?

P. Quando a senhora está.

E. Quando eu tô, quem faz mais é o Mailson porque às vezes, o Mailson mais, tipo assim, quando eu tô em casa quem faz as coisas é eu, o que eles fazem é encher bujão d'água e fazer algum mandado "menino vai buscar aquilo", "vai fazer aquilo" aí eles sempre fazem, mas quando eu tô em casa, ele não varre casa, ele não lava louça [risos], só eu e botar a comida no fogo. Tudo é eu. Agora quando eu num tô, eles já tomam conta. Quando num é ele é o Adailson. Encher bujão, varrer casa, lavar louça, se o Mailson varre a casa o Adailson lava as louças. Eles se dividem.

(Dona Luza, 37 anos, 23 de Janeiro de 2018)

P. E as coisas em casa, normalmente o que tu fazes com a tua mãe estando em casa?

E. Eu ajudo enche os litros, as jarras, aí vô...

P. Tu varres a casa...?!

E. Ahã... Essas coisas...é assim.

P. Quando tua mãe está em casa?
E. Uhum.
P. E quando ela sai?
E. Quando ela sai...
P. Como é que vocês se dividem? Porque são quatro homens.
E. Eu faço...eu varro a casa, o Adailson faz o arroz, e assim vai.
P. Adailson faz o arroz, tu varres casa e teu pai?
E. Meu pai é trabalhando.
P. E o Dedé?
E. O Dedé fica só...
P. Só o que?
E. Só...só...fica assistindo.
P. Mas vocês dois que cuidam das coisas quando a tua mãe está fora?
E. Uhum.
(Mailson, 15 anos, 24 de Janeiro de 2018)

P. Em casa, normalmente o que que o senhor faz? Com a Dona Luza aqui, o senhor ajuda a fazer o que em casa?
E. Eu faço um bucado de coisa por ai
P. Não, nas coisas de casa, o senhor ajuda a fazer o que?
E. Assim.... de comer ou?
P. O senhor faz comida?
E. Às vezes eu faço, quando ela não...
P. Quando ela não está?
E. Quando ela não tá eu faço.
(Seu Ita, 44 anos, 24 de Janeiro de 2018)

2. Atividades tradicionalmente realizadas: pesca, *mariscagem*, criação de animais (cavalos, ovelhas, galinhas, porcos), agricultura (que os moradores mais antigos dizem ter sido uma prática bem mais intensa no passado) e plantação de caju de modo bastante incipiente se comparado com outras comunidades do PNLM.

P. Quantos anos tu tinhas quando tu foste mariscar, pescar a primeira vez?
E. Com sete anos!
P. A mariscar tu foste com quem?
E. Com pai e a mãe...
P. Aí iam os dois?
E. Umhum!
P. Como foi pra ti, o que tu achavas disso na época?
E. Eu achei bom.
P. Por quê?
E. Porque a gente pegou um bucado de coisa e trouxe pra dentro de casa.
P. E a pescar, quem te ensinou?
E. Meu pai.
P. Teu pai, ele te ensinou a pescar de quê?
E. Foi de caçoeira. Rudia de lá por de trás...
P. Como era?
E. Botar a caçoeira, ir lá pelo fundo, e eu pela beira.
P. Tu ficavas na beirada?
E. Ahã.
(Mailson, 15 anos, 23 de Janeiro de 2018)

P. E criar as ovelhas?
E. Criar...assim, como assim criar...
P. Faz quanto tempo que o senhor cria?
E. Ah, faz tempo! Quando eu me juntei mais a Luza, logo ali nós já criava, começamos a criar.
P. Por quanto é que o senhor vende a ovelha?
E. Tem de cento e cinquenta, duzentos
P. Hum
E. Cem, as mais pequenas
P. Aí os meninos ajudam?
E. Ajuda, a reparar por aí, buscar quando é pra ir pra vargem.
(Seu Ita, 44 anos, 24 de Janeiro de 2018)

3. Atividades relacionadas com a prestação de serviços: no posto de saúde e nas escolas do povoado de Atins tais como, agentes de saúde, zeladoras, professoras(es), secretárias(os), diretoras(es) e merendeiras.

E. [...] apareceu a oportunidade para fazer o concurso aqui pro município de Barreirinhas, eu fiz e estou dando aula agora. Como eu sou bacharel, e por conta da LDB eu não posso lecionar no ensino fundamental maior porque eu não tenho licenciatura. Ainda não fiz a prova da validação do curso. Então, eu optei por fazer pro ensino fundamental menor porquê... eu tenho magistério e daria pra fazer com o magistério, não?! Então, por isso agora estou aqui. E por que que eu - já vou logo adiantando a pergunta: Por que que eu vim pra cá? - Porque eu já conheço o povoado desde 2008. Em 2008 eu conheci o povoado, comecei a vir pro povoado todos os anos e tinha um plano de morar aqui, me afastei um pouco durante todo esse tempo tentando morar e quando apareceu a oportunidade de fazer o concurso, primeira coisa que eu pensei foi: bem, se tiver vaga para Atins, eu vou fazer para Atins e vou morar em Atins finalmente, e foi o que aconteceu. Teve vaga para cá, não pensei duas vezes, fiz e vim.
(Professora Ynaê dos Santos Martins, 36 anos, 24 de janeiro de 2018)

4. Atividades relacionadas ao turismo, tais como: realização de passeios com turistas para as dunas e lagoas a cavalo ou com quadriciclo, venda de alimentos e bebidas para os turistas, através da construção de estruturas locais de atendimento ao turismo tais como pousadas, restaurantes, agências etc. Além disso, trabalhar nas estruturas de empresários externos a essas comunidades como arrumadeiras, cozinheiras, babás, molhador de plantas (jardineiro), garçom, atendente, pedreiro e ajudante de pedreiro, nos chalés, casas de veraneio, pousadas, restaurantes, bares etc.

O envolvimento das famílias com as diferentes atividades se dá de acordo com a sazonalidade (MAUSS, 2003) e os arranjos familiares. Este último é definido de acordo com a renda da família, quantidade de membros, habilidades de cada membro e gênero.

O turismo apresenta duas grandes fases no PNLN, a alta temporada e a baixa temporada, como podemos observar no calendário a seguir.

Quadro 2 – Calendário do Turismo no PNLM

INVERNO						VERÃO						
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
ANO NOVO	CARNAVAL	PERÍODO EM QUE A MAIORIA DAS ESTRUTURAS DOS EMPRESÁRIOS ESTÃO FECHADAS				FÉRIAS NO BRASIL					FESTAS DE FINAL DE ANO	
						FÉRIAS NA EUROPA						
BAIXA TEMPORADA						ALTA TEMPORADA			BAIXA TEMPORADA			

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa, 2019.

O “ritmo ecológico” (EVANS-PRITCHARD, 1976) do PNLM permite que existam dois momentos marcadamente diferentes em Atins e Canto do Atins: um denominado de inverno (janeiro a junho), período de precipitação das chuvas e consequente surgimento de lagoas perenes, e outro, chamado de verão (julho a dezembro), período de estiagem. A dinâmica ambiental nessa região promove alterações rápidas na paisagem. Três meses sem chuva são necessários para que o PNLM se assemelhe a um deserto. As lagoas e igarapés secam e a areia oriunda do campo de dunas, pela Ação dos ventos, se acumula nas áreas outrora alagadas.

Coincidentemente ao início do verão no nordeste e ao período de férias no Brasil (julho) e na Europa (julho e agosto), se inicia a alta temporada do turismo no PNLM. Esta vai do mês de junho até meados de setembro. Nesse período, Atins e Canto do Atins passam a ter suas praias, lagoas, dunas e ruas, repletas de turistas nacionais e, principalmente, internacionais. Em razão do volume de turistas nesse período, as famílias se organizam para poder realizar distintas atividades relacionadas com o turismo.

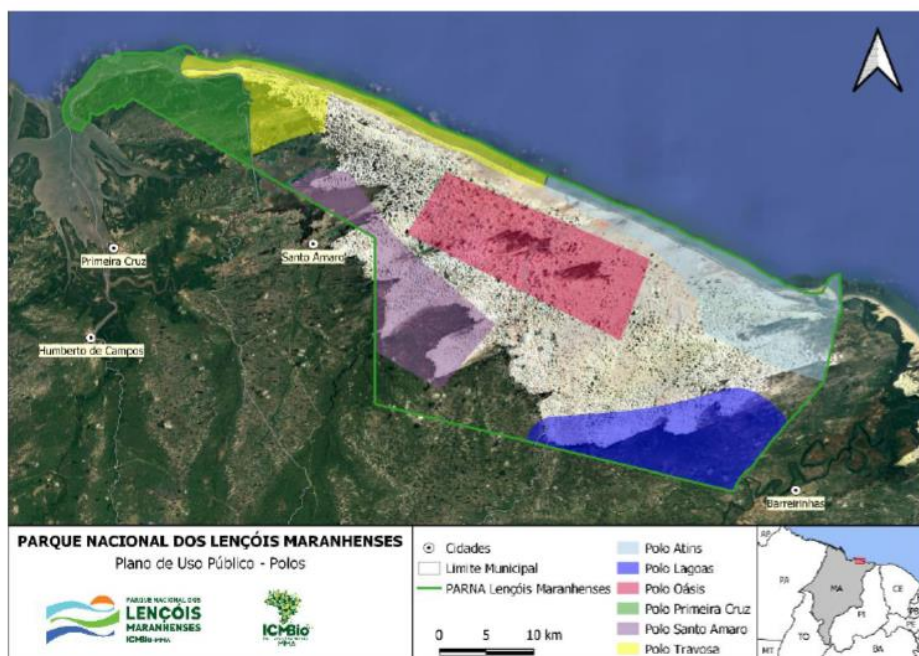
Na baixa temporada do turismo (outubro a junho), as famílias se dedicam prioritariamente as atividades tradicionalmente realizadas (pesca, *mariscagem*) e as relacionadas ao ambiente doméstico. Nesse período, a maioria das estruturas de atendimento ao turismo de empresários externos a essas *comunidades tradicionais* fecham. Apenas as iniciativas locais de atendimento ao turismo funcionam o ano todo, na alta e na baixa temporada do turismo. Durante a baixa temporada do turismo, a maioria dos turistas que visitam Atins e Canto do Atins são brasileiros.

Atins e Canto do Atins apresentam características geoambientais e de infraestrutura para atendimento do turismo que as transformam em um dos principais destinos dos turistas no PNLM. Localizadas na chamada *região de praias*, próximas as lagoas e ao campo de dunas, são vistas como ideais pelos turistas para contemplar a natureza por meio da realização

de passeios feitos à pé (Trekking)¹⁵, de quadriciclo, Toyota, à cavalo e para a prática de esportes como o *Kitesurf*. Essas alternativas têm atraído praticantes do turismo de aventura e aqueles que desejam circular pela chamada Rota das emoções¹⁶.

De acordo com o novo Plano de Uso Público do PNLM (BRASIL, 2022b), o parque está dividido em seis polos de uso público. O agrupamento dessas áreas foi realizado considerando aspectos geográficos e de gestão, de emissivo de visitantes e tipos públicos. Esses polos são: Polo Oásis; Polo Atins; Polo Lagoas; Polo Santo Amaro; Polo Travosa; Polo Primeira Cruz. Atins e Canto do Atins, estão localizadas dentro do Polo Atins.

Mapa 3 – Pólos de Uso Público do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses



Fonte: Plano de Uso Público do PNLM (BRASIL, 2022b, p. 14)

No mapa 3, podemos observar como são distribuídos os polos de uso público dentro do PNLM de acordo com os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz.

O Plano de Uso Público do PNLM também apresenta um gráfico de crescimento do número de visitantes de 2017 a 2019.

¹⁵Caminhadas feitas com guias dentro do PNLM, em diferentes tipos de trajetos e com duração que pode variar entre horas e dias.

¹⁶Termo cunhado por políticos e bastante difundido entre os agentes de turismo, serve para designar um circuito de atrativos naturais localizados no Parque Nacional de Jericoacoara, no Delta do Parnaíba e no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, situados nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, respectivamente.

Figura 1 – Gráfico de visitantes do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses



Fonte: Plano de Uso Público do PNLM (BRASIL, 2022b, p. 14)

Como podemos observar no gráfico acima, o número de visitantes do PNLM estipulados pelo ICMBio, de acordo com o número de voucher digital vendidos, chegou a 151.786 em 2019. Desse número, 17.818 (12%) visitantes tiveram como destino o Polo Atins. Depois dos Polos Lagoas (55%) e Santo Amaro (29%), o Polo Atins foi o terceiro destino mais visitado pelos turistas do PNLM em 2019. Isso mostra a importância geoestratégica dessa área.

Todas essas características – geoambientais e de infraestrutura para atendimento do turismo, demonstram o quanto Atins e Canto do Atins se diferenciam da realidade da maioria das demais comunidades existentes no PNLM, tendo em vista que muitas delas não possuem escolas, unidades de saúde, energia elétrica, tampouco pousadas, restaurantes, agências etc. Entretanto, no caso do PNLM, quanto mais próximas da rota do turismo, mais as famílias são vigiadas e punidas, conforme já apontaram outros pesquisadores (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2017; DIAS, 2017; ROCHA, 2018).

Imposição de um modelo de natureza ao modo de vida das famílias

“Eu queria que eles ajudassem a gente a preservar o lugar não... condenar ou proibir o morador” (Luza Santos Aguiar, 37 anos, 23 de Janeiro de 2018)¹⁷

De acordo com Henri Acselrad (2004), os anos 90 no Brasil foram marcados por mudanças no modo de apropriação do meio biofísico que acabaram por acentuar padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais. Nesse movimento, ocorreu tanto a necessidade de captação de recursos internacionais adquiridos pela venda de imagens que valorizavam o potencial turístico de espaços litorâneos e associados a uma ideia de “harmonia com a natureza”, quanto a demarcação de territórios com vistas à “[...] estocagem de recursos genéticos para os capitais biotecnológicos internacionalizados” (p. 28).

os parques integram, de modo idealizado, aquilo que na prática, seu estatuto propõe separar. Para que os parques possam existir, é preciso retirar as populações humanas, anteriormente estabelecidas no território em questão, para que um novo padrão de sociabilidade e integração dos homens com a natureza possa ser inventado ou criado (FERNANDEZ, 2014, p.45)

Assim, os visitantes excursionistas são vistos como qualitativamente diferentes das populações que tradicionalmente ocupam esses espaços e historicamente manejam a natureza.

Ancorados em uma perspectiva de “natureza intocada” (DIEGUES, 2008), sugerindo que o modo de vida das famílias é incompatível com a conservação ambiental, desconsiderando assim a anterioridade de ocupação dessas localidades por *comunidades tradicionais* e os diferentes usos que essas populações fazem dos elementos naturais, no caso do PNLM, o objetivo dos órgãos gestores sempre foi a exclusão das *comunidades tradicionais* ali existentes.

No atual Plano de Uso Público do PNLM (BRASIL, 2022b), por exemplo, que é definido como “documento técnico não normativo e programático que contempla as estratégias, diretrizes e prioridades de gestão, com o objetivo de estimular o uso público, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação na unidade de conservação” (p. 7), as *comunidades tradicionais* são caracterizadas pelo ICMBio como “pouco engajada com a preservação do meio ambiente e importância das unidades de conservação e suas normas de uso” (p. 19) em um quadro que trata sobre oportunidades e desafios de visitação no parque. O que é incoerente, tendo em vista que essas *comunidades* historicamente manejam e se apropriam desses recursos naturais protegendo, conservando e

¹⁷ Trecho retirado de uma entrevista realizada com uma das minhas principais interlocutoras sobre a atuação do ICMBio na comunidade de Atins.

até potencializando sua diversidade biológica como atestam um conjunto de pesquisas científicas desenvolvidas no âmbito do GERUR envolvendo as populações tradicionais que vivem e trabalham no PNLM (PAULA ANDRADE e SOUZA FILHO, 2017; PEREIRA, 2018; SANTOS, 2018).

Assim, o Estado, ao instituir o PNLM como uma unidade de conservação de tipo proteção integral, que tem por base uma concepção de “natureza intocada” (DIEGUES, 2008), “natureza natural” (ACSELRAD, 2004), do “culto ao silvestre” (ALIER, 2015), ao desconsiderar a anterioridade de ocupação do PNLM por *comunidades tradicionais* e os diferentes usos que essas populações fazem dos elementos naturais historicamente manejados, ignora assim, as “relações de reciprocidade comprovadamente sustentáveis” (SILVA, A., 2019, p. 99) características do modo de vida de povos e *comunidades tradicionais*. Afinal, “[...] se as áreas protegidas são criadas pelos atributos que exibem, e se estes são decorrentes das formas de interação que as pessoas e a natureza estabeleceram ao longo do tempo, as práticas aí desenvolvidas são potencialmente compatíveis com a conservação” (SILVA, A., 2019, p. 99).

Devido à falta de recursos suficientes para realização de ações previstas no SNUC, capítulo VIII, art. 42. tais como pagamento de indenizações às famílias, desapropriação, reassentamento, o Estado deveria estabelecer termos de compromisso com as *comunidades tradicionais*,

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações. § 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento. (BRASIL, 2000, p. 12, *grifo nosso*)

Entretanto, embora previsto pelo SNUC e apresentado em 2008 pela equipe técnica de analistas ambientais do PNLM, como “[...] melhor instrumento para regular o uso e ocupação do PNLM de maneira a compatibilizar o modo de vida das comunidades com os objetivos conservacionistas”, 14 anos depois, o estabelecimento de termos de compromisso com as *comunidades tradicionais* residentes no PNLM ainda caminha a passos lentos.

Ao invés de estabelecer termos de compromisso com as *comunidades tradicionais*, o Estado, a partir dos agentes do órgão ambiental ICMBio, tem feito uso de outros mecanismos que permitem alcançar o objetivo de desocupação gradual do PNLM. Esses mecanismos adotados pelo órgão ambiental do Estado são analisados por Dias (2017) em sua tese de

doutoramento sobre os processos de territorialização e as transformações na organização social e econômica das *comunidades tradicionais* de Tratada dos Carlos, Tucuns e Ponta do Mangue localizados no PNLM. A partir da atuação dos agentes dos órgãos ambientais do Estado desde a criação dessa unidade de conservação, a autora explicita que “à medida em que a ação dos agentes de órgãos ambientais cria dificuldades para a reprodução das famílias, ela contribui para alcançar o objetivo de desocupação gradual do Parque” (DIAS, 2017, p. 40).

Por fazerem parte do PNLM, Atins e Canto do Atins têm sofrido interferências do Estado, na figurado do ICMBio. As restrições do órgão ambiental, no tocante à construção de casas e às atividades econômicas representam uma ameaça a reprodução social das famílias que ali vivem e trabalham. São muitas as reclamações por parte das famílias a respeito do modo como os agentes desse órgão atuam.

Existem relatos recorrentes dos moradores sobre a proibição por parte do ICMBio de construção de casas para recém-casados, confisco de apetrechos de pesca, ameaças de aplicação de multas pela criação de ovelhas e gado bovino solto - embora os agentes reclamem mais da soltura dos animais na parte do povoado que fica próximo as pousadas, chalés, bares e restaurantes. Segundo os moradores, isso ocorre porque os donos desses empreendimentos se sentem incomodados com os excrementos que são deixados pelos animais.

Isabele Bachtold (2016, p. 273) descreve o “[...] encontro do Estado com suas margens e os caminhos possíveis, desvios e percalços entre as margens do Estado e as margens do rio Amazonas” a partir de sua participação enquanto pesquisadora e representante do Estado no mutirão realizado no Pará que tinha por intuito o cadastramento de famílias ribeirinhas nos programas bolsa família e bolsa verde. Ela percebe que os beneficiários dos programas não se sentem numa relação técnica, linear, com o Estado, mas numa constante batalha contra essa instância de poder. Precisando assim, construir mecanismos de enfrentamento para conseguir a garantia de direitos básicos.

Devido às investidas caracterizadas pelos moradores como irregulares, tais como ameaças de aplicação de multas, proibições, que variam de acordo com o grau de “afinidade” que os agentes do órgão têm com determinadas famílias, os moradores vivem numa constante batalha contra o Estado para conseguirem pescar, construir casas para os jovens casais, conseguir que a prefeitura de Barreirinhas pague os carros (Toyotas) para levar e buscar os alunos nas duas escolas da localidade.

agentes ambientais de fiscalização desenvolveram a aplicação de diferentes modalidades de intervenção para dar cumprimento às finalidades dessas unidades de conservação. Assim, tais agentes proíbem práticas, restringem o uso de recursos, embargam construções ou reformas de edificações, responsabilizam administrativamente moradores que não cumprem as regras imposta, e autorizam a realização do turismo e atividades associadas em ambientes já manejados por quem já vivia nessas áreas (DIAS, 2017, p. 14)

Em nome da conservação da natureza, pela manutenção de ecossistemas e de uma biodiversidade separada da ação humana, o Estado acaba por naturalizar “[...] a concepção dos espaços que estas comunidades ocupam como espaços desertos e vazios e, portanto, disponíveis para implementação de grandes projetos de desenvolvimento e empreendimentos econômicos” (SILVA, L., 2012, p. 96).

Por ser apresentado para o mundo como um paraíso de belezas cênicas¹⁸, através de sites, canais de televisão, agências de viagens, dentre outros meios de divulgação de alcance mundial, o PNLM tem sido alvo de disputas por diferentes agentes (Estado, empresários nacionais e internacionais) que visam a exploração do seu potencial turístico, sempre desconsiderando a existência das famílias, trabalhando com a ideia de “vazio demográfico”.

[...] o Estado e o empresariado articulam-se, em uma poderosa investida de marketing, difundindo imagens e propagando discursos no sentido de mercantilizar esse patrimônio da natureza incitando a demanda do turismo, inserindo assim o local na dinâmica global do capital. Em verdade, efetivasse a produção de um “lugar turístico” conseguindo fetichizar o grande e singular espetáculo dos Lençóis Maranhenses (GRAÇA, 2010, p. 49).

Assim, de acordo com Silva, L. (2012), “[...] situações de injustiça ambiental são reproduções da própria organização desigual das sociedades em que algumas parcelas da população suportam de maneira desproporcional os danos e riscos ambientais” (p. 90). As famílias da *comunidade tradicional* de Atins, na condição de moradores de um território que foi requalificado enquanto UC de tipo proteção integral, passam a habitar uma zona de indeterminação, têm seus direitos suspensos, são constituídas como “comunidades descartáveis”, “paradas no tempo” (SILVA, L., 2012) frente aos interesses do capital nacional e internacional que visam a exploração do potencial turístico desse território.

Tendo em vista que no caso brasileiro, de acordo com Pacheco (2006, p. 3), desigualdade e exclusão se complementam e estabelecem

¹⁸ Benedita de Cássia, outra integrante do GERUR e orientanda de doutorado do professor Benedito Souza Filho, desenvolve sua pesquisa tomando como objeto de análise o uso dessas imagens de paraíso para estimular o turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Ela realiza uma análise crítica dessas imagens que, ao estimular uma visão contemplativa, priorizando somente a natureza, invisibiliza o modo de vida das famílias que historicamente vivem e trabalham no PNLM.

[...] diferenças que se traduzem de forma contundente: de um lado, uma absurda concentração de riquezas; de outro, a privação, o desrespeito à dignidade, a classificação econômica abaixo da linha de indigência. Para uns, isso se desdobra num exercício abusivo da noção de cidadania plena; para outros, significa simplesmente a falta da garantia dos direitos básicos, ou seja: a não-cidadania.

O conceito de injustiça ambiental é importante para compreendermos que no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, especialmente em Atins e Canto do Atins, por razões já apresentadas, não se trata apenas de conservar uma natureza ainda existente a partir da exclusão do humano, mas de sacrificar essas famílias, seu modo de vida, em nome do “interesse nacional”. Nesse caso, o estabelecimento dessa “zona de sacrifício” (SOUZA FILHO, 2013) é justificado porque os interesses do Estado são mais importantes que a reprodução social e material dessas famílias.

Turismo e comoditização da natureza

Barreto Filho (2010) em *Áreas naturais, artefatos culturais: uma perspectiva antropológica sobre as unidades de conservação de proteção integral na Amazônia Brasileira*, visando construir uma compreensão antropológica das unidades de conservação de uso indireto, se utiliza do conceito de artefato para enfatizar o caráter de construto sacionatural histórico instável e indeterminado dessas unidades de conservação.

Por artefato cultural, citando Balée, o autor apresenta que quem fala em “artefato”, refere-se “[...] (i) ou a um objeto, qualquer que ele seja, produto da atividade humana deliberada, intencional e consciente, (ii) ou, num sentido mais abrangente, a qualquer expressão da atividade cultural humana, não necessariamente calculada ou premeditada.” (BARRETO FILHO, 2010, p. 169).

Assim, para Barreto Filho (2010), as unidades de conservação podem ser tratadas como artefatos em ambos os sentidos destacados por Balée. Tanto por se constituírem heranças de programas e planos governamentais fruto de tomadas de decisão política de uma sociedade particular em contexto histórico específico por agentes determinados, quanto pelo fato destes produtos estarem sendo partilhados e apropriados de maneira diferente da qual foram concebidas e criadas.

De acordo com o autor,

[...] Duas coisas logo saltaram aos olhos. De um lado, o fato das principais UCs de uso indireto na Amazonia brasileira terem sido criadas na mesma conjuntura histórica em que se conduziram as políticas de desenvolvimento e integração dirigidas à região, historicamente responsabilizadas por seus efeitos sociais e ambientais perversos. De outro, as similaridades entre as UCs deste tipo e as terras indígenas (doravante TIs), enquanto categorias jurídicas e de ordenamento territorial

estatais – já que ambas constituem propriedades da união com destinações específicas. (BARRETO FILHO, 2010, p. 149)

No Brasil, houve três grandes booms de criação de unidades de conservação de proteção integral, em especial parques nacionais. O primeiro, aconteceu nos anos 1930 no Sudeste, o segundo, na virada da década de 1950 para 1960 no centro-oeste, coincidindo com a inauguração de Brasília e o terceiro, nas décadas de 70 e 80, na Amazônia, coincidindo com o período da ditadura militar brasileira e da execução de projetos desenvolvimentistas voltados para a Amazônia que visavam controle do território nacional para eliminar o que era considerado como “um perigoso vácuo de poder” (BARRETO FILHO, 2010, p. 195).

Tendo em vista que “[...] artefatos [são] constructos socionaturais históricos e instáveis” (BARRETO FILHO, 2010, p. 175), as unidades de conservação do país, em especial o PNLN, encontram-se em um novo momento. No cenário atual, o próprio Estado tem se utilizado de um novo discurso sobre o meio ambiente, não mais preocupado exclusivamente com a conservação ambiental, mas sim com a utilização dos Parques Nacionais, áreas reconhecidas por suas belezas cênicas, para exploração de seu potencial turístico. Novamente, parecido com o que aconteceu nessa janela das décadas de 70 e 80, o Estado está redesenhando os seus interesses a partir de uma nova perspectiva.

Desde 2018, início do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o Estado tem direcionado iniciativas voltadas para exploração do potencial turístico em parques nacionais brasileiros, entre eles o PNLN. Tal iniciativa desconsidera as existências das *comunidades tradicionais* que, em grande parte dessas unidades de conservação de proteção integral, têm histórico de ocupação. Essa iniciativa do Estado, de concessão ao setor privado, a exploração dos negócios do turismo, representa um potencial de ameaça ao modo de vida dessas comunidades, que podem ser diretamente afetadas por essa proposta.

Isso fica evidente com o decreto nº 10.147, de 02 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019) em que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro determina que o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (Maranhão), o Parque Nacional de Jericoacoara (Ceará) e o Parque Nacional do Iguaçu (Paraná), além de outros 11 parques nacionais, sejam incluídos no Programa Nacional de Desestatização, ou seja, que essas unidades de conservação de proteção integral passem por um processo de concessão da prestação de serviços públicos de apoio à visitação.

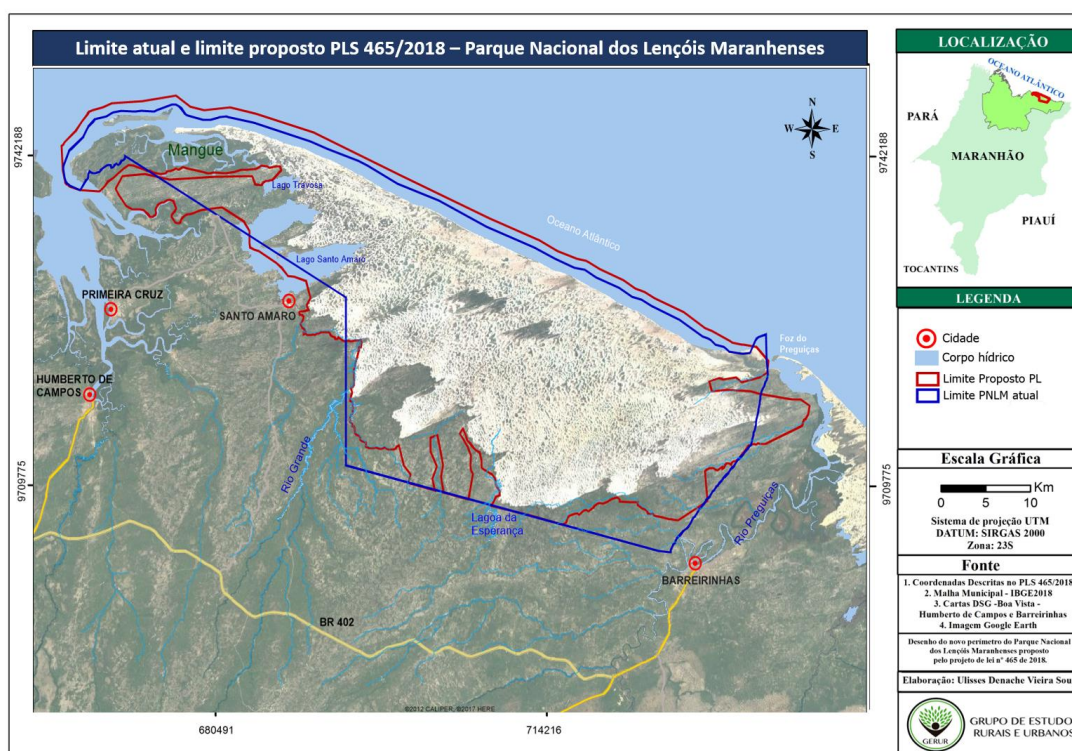
Além disso, existem duas iniciativas públicas direcionadas ao PNLN, visando o favorecimento de exploração dos espaços potencialmente turísticos pelo capital nacional e

internacional, o Projeto de lei nº 465, de 2018 de autoria do Senador Roberto Rocha (PSDB/MA) e o Projeto básico de concessão de serviços de apoio à visitação no PNLM.

Projeto de lei nº 465, de 2018

O Projeto de Lei nº 465 de 2018 (BRASIL, 2018) de autoria do Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), também presidente da Frente Parlamentar Rota das Emoções (Resolução do Senado Federal nº 28 de 24 de maio de 2016), cujo alcance abarca o litoral dos Estados do Maranhão (Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses), Piauí (Delta do Parnaíba) e Ceará (Parque Nacional de Jericoacoara), visa alterar os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, desafetando boa parte das comunidades hoje existentes dentro do perímetro da unidade da conservação.

Mapa 4 – Limite atual e limite proposto no PLS 465/2018



Fonte: GERUR, 2019. Elaborado por Ulisses Denache Vieira Souza.

De acordo com o SNUC, capítulo IV – Da criação, implantação e gestão de unidades de conservação,

§ 6º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde

que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo. (BRASIL, 2000, p. 8, *grifo nosso*)

Os argumentos utilizados por Roberto Rocha para justificar o pedido de tal alteração é o fato de o PNLM ser o principal destino turístico do estado do Maranhão e um dos principais do País e a inclusão indevida de comunidades dentro dos limites dessa unidade de conservação no ato de sua criação.

Entretanto, de acordo com a informação técnica, elaborada pelo GERUR, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em conjunto com outros profissionais e estudiosos, requerida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA) a respeito do PL N° 465/2018, tem-se que:

excluindo-as [áreas onde as *comunidades tradicionais* vivem] dos seus limites, [ao invés de conceder direitos as famílias que moram nessas áreas, como afirma o projeto de lei em questão] simplesmente propõe jogá-las em uma situação de vulnerabilidade, de assédio de parte de especuladores imobiliários, transformando-as ainda em mão de obra desqualificada e barata num médio prazo (GERUR, 2019, p. 10).

Além disso, com a alteração dos limites do atual desenho do PNLM, áreas de manguezais, principais lagoas e locais importantes para reprodução de espécies seriam perdidas.

Portanto, a equipe multidisciplinar do GERUR demonstra que indicar delimitações de alteração dos limites do PNLM sem o devido aprofundamento técnico e específico pode comprometer gravemente o ambiente a ser protegido assim como a reprodução do modo de vida das comunidades tradicionais ali existentes. Pois, ao excluir essas *comunidades* sem nenhuma garantia de direitos significa jogá-las em uma situação de vulnerabilidade e assédio por parte de especuladores imobiliários. Quanto ao termo “turismo sustentável” utilizado como argumento para a mudança dos limites do Parque, percebe-se que é uma expressão vazia, pois não é especificado qual sustentabilidade estaria em jogo nessas atividades de recepção de turistas no PNLM.

Projeto Básico: Concessão de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Apresentado em abril de 2017 pelo ICMBio juntamente com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), visando a concessão de serviços de apoio à visitação no PNLM por um período de 20 anos a grupos empresariais, com valor estimado do investimento em R\$

4.018.000,00, o Projeto Básico de concessão de serviços de apoio à visitação no PNLM apresenta que os serviços de responsabilidade da empresa vencedora da licitação são:

[...] Controle de acesso e recepção de visitantes; Implementação e gerenciamento do aplicativo de gestão de estacionamento e rotas; Venda de ingressos; Comércio (loja de souvenirs); Alimentação; Apoio ao cadastramento de veículos e quadriciclos que prestam serviços de condução de visitantes; Estacionamento; Aluguel de equipamentos (Stand UP Paddle - SUP, Caiaque, Fat Bike); Implantação de obras e estruturas de apoio à visitação. (ICMBio, 2018a, p. 1)

No projeto em questão, quando citadas, as únicas referências feitas à existência de pessoas no Parque, dizem respeito aos moradores dos arredores do PNLM e as estruturas de atendimento ao turismo presentes em Canto do Atins. Entretanto, em nenhuma parte, encontram-se menções às famílias que lá vivem e trabalham, muito menos a qualquer iniciativa voltada ao investimento num turismo de base comunitária¹⁹, por exemplo, que vise aliar proteção do meio ambiente, garantia de direitos as *comunidades tradicionais* e turismo.

Em contrapartida, várias são as passagens tratam sobre a construção de estruturas de apoio a visitação, tais como: escadas no meio das dunas, estacionamentos, lojas para venda de souvenirs, lanchonetes, entre outras.

Para dar prosseguimento ao processo de desestatização do PNLM e conseqüente processo de concessão de apoio à visitação nessa unidade de conservação, em fevereiro de 2022 foi publicada a portaria nº 99, de 18 de fevereiro de 2022 (BRASIL, 2022a) em que o atual presidente do ICMBio

[...] Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta; Considerando o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses/MA, aprovado pela Portaria nº 48, de 15 de setembro de 2003; e Considerando o disposto no processo nº 02123.000221/2018-54; RESOLVE: Art. 1º Alterar o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, aprovado pela Portaria nº 48, de 15 de setembro de 2003. (BRASIL, 2022a, p. 1. *Grifo nosso*)

As alterações pontuais no Plano de Manejo do PNLM dizem respeito principalmente a criar condições para exploração do potencial turístico dessa unidade de conservação. Isso fica nítido com ações tais como a possibilidade de construção de estruturas para apoio a visitação e recuperação ambiental na área classificada pelo próprio ICMBio como “zona primitiva”. De acordo com o atual Plano de Uso Público (PUP) do PNLM,

¹⁹ Ver, a este respeito, material distribuído pelo ICMBio acerca do turismo de base comunitária (ICMBio, 2018b).

Esta Zona compreende as áreas naturais que apresentam pequena intervenção humana. Este ecossistema contém espécies da flora e da fauna e fenômenos naturais de alto valor ligado à biodiversidade e de grande valor científico. Suas características ambientais e de localização indicam um alto potencial e importância à conservação, contemplação, observação, exploração dos sentidos humanos e à pesquisa científica e educacional. O objetivo geral de manejo é preservar o ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação. (BRASIL, 2022b, p. 18. *Grifo nosso*)

Além disso, passa a ser permitido o uso de fogueiras em atividades de visitação, inclusive na zona primitiva, assim como construções com alto grau de intervenção em áreas localizadas dentro dos limites do PNLM e atividades de recreação na “zona de uso especial” que de acordo com o atual PUP,

É aquela que contém áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Nacional. Estas áreas são escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou dos efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque. (BRASIL, 2022b, p. 18)

Ademais, nas alterações feitas no Plano de Manejo do PNLM, é excluída do documento a necessidade de elaboração de “[...] relatórios anuais acerca das condições de segurança e impactos ambientais relativos às atividades desenvolvidas pelos concessionários, bem como da satisfação do visitante no que se refere à prestação dos serviços” (BRASIL, 2022a, p.6). O que nos faz perceber que a proteção ambiental tem ficado refém da exploração econômica do potencial turístico dessa unidade de conservação.

Outra alteração importante na composição dessa nova agenda do PNLM diz respeito a aprovação do novo Plano de Uso Público do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em abril de 2022. Neste documento, apesar de ser apresentado como uma diretriz geral para gestão da visitação “Promover o Turismo de Base Comunitária e outros modelos que valorizem a cultura e a comunidade local”, novamente, as únicas menções feitas as famílias dizem respeito a classificá-las como “[...] pouco engajada com o meio ambiente” (BRASIL, 2022b, p. 19-21).

Todas essas ações do Estado e agentes políticos sobre a exploração do potencial turístico dessa unidade de proteção integral nos mostra a importância do conceito de “artefatos culturais” (BARRETO FILHO, 2010) para compreensão da realidade empiricamente observada do que tenho classificado aqui como *comoditização da natureza*, novo cenário em que as unidades de conservação de tipo proteção ambiental do país, em especial o PNLM, encontram-se.

Como observamos, não se trata apenas de preservar porções de natureza livres da interferência humana. Trata-se de, em um primeiro momento, ordenar o território e disciplinar populações por meio de

Expressões e dispositivos de uma “pedagogia” do corpo do país e do planeta. Na medida que o que se deve conservar para objetivos educacionais, recreativos e de conhecimento são, simultaneamente, “amostras representativas dos principais ecossistemas brasileiros” – ou ainda, “documentos preservados” do que o território nacional é, isto é, as paisagens e os biomas que o compõem - e realidades da evolução biológica e geomorfológica mutante - “monumentos” do que são e/ou foram os órgãos endossomáticos que constituem o corpo do planeta -, as UCs de uso indireto constituiriam expressões e recursos pedagógicos icônicos privilegiados na produção de uma consciência simultaneamente nacional e planetária, que, via de regra, exclui a dimensão local. (BARRETO FILHO, 2010, p. 202)

A partir do estabelecimento de um novo tipo de relação entre homem-natureza, relação essa pautada por uma contemplação da natureza, de áreas reconhecidas por sua relevância ecológica e beleza cênica, em um segundo momento, o Estado e diferentes agentes políticos acima mencionados, passam a enfatizar a necessidade de obter lucro com o potencial turístico dessas áreas.

No caso do PNLM, nota-se que os órgãos oficiais, os agentes políticos e econômicos, continuam a negar a presença das comunidades nesse território. Negaram quando o Parque foi instituído, operando com a ideia de “vazio demográfico”. E, agora, que se trata de investir no turismo, negam o papel delas, tudo indicando que essas atividades hoje desempenhadas pelas famílias para atender turistas serão substituídas por estruturas construídas por uma empresa concessionária.

Assim, enquanto ponto de importância geoestratégica para o mercado nacional/internacional, o PNLM se configura em uma arena de negociação/decisão (OSTROM, 2011) no interior da qual agentes políticos e econômicos se movimentam em diferentes níveis de interação para transformação da natureza em instrumento de geração de lucro através das iniciativas voltadas para exploração do potencial turístico dessa unidade de conservação.

Em uma esfera internacional, estão os turistas excursionistas que se movimentam em direção a essa UC, de acordo com o calendário do turismo, em busca de uma experiência transcendental em uma natureza exotizada por canais de televisão, jornais, mídias sociais, redes sociais. Inclusive, o PNLM foi colocado em 11º na lista do The New York Times como um dos destinos turísticos de 2023. Em uma esfera nacional, temos as iniciativas acima apresentadas e discutidas (ICMBIO, 2018a; Brasil, 2018; Brasil, 2019; BRASIL, BRASIL,

2022a; 2022b) que são direcionadas pelo legislativo e executivo para essa unidade de conservação, visando a exploração de seu potencial turístico. No âmbito Estadual, identificamos iniciativas, como a do ex-governador Flávio Dino, que aportou recursos para a construção de uma ponte sobre o rio Preguiças, como justificativa para dinamização do turismo na região. Na esfera municipal, identificamos, temos, por exemplo, a iniciativa da prefeitura de Barreirinhas de colocação de um portal em Atins com intuito de propagandear o turismo e construção de ponte e mais “portos” para travessia do rio preguiças e entrada no PNLN. E, na esfera local, identificamos as famílias das comunidades que têm sofrido os efeitos econômicos e socioambientais provocados pelos agentes políticos e econômicos situados nesses âmbitos externos.

Estratégias acionadas pelas famílias para permanência no território

A reprodução social e material das famílias de Atins e Canto do Atins, devido as interferências do Estado na prática de atividades tradicionalmente realizadas e a intensificação do turismo desenvolvido por empresários externos a essa comunidade, passou a levar em consideração a atividade do turismo como possibilidade de obtenção de renda complementar. Esta foi incorporada como alternativa econômica para auxiliar na manutenção da unidade doméstica, contribuindo para permanência nessa unidade de conservação de tipo integral. A incorporação dessa alternativa para assegurar renda às famílias, é apontada por eles como uma forma cotidiana de resistência (SCOTT, 2002), já que tiveram suas atividades tradicionalmente realizadas, comprometidas.

Em Atins e Canto do Atins, em relação ao envolvimento das famílias com as atividades relacionadas ao turismo, existem dois movimentos. O primeiro diz respeito à prática de atividades relacionadas ao turismo como empregados nas estruturas de empresários externos a essas localidades. Vindos de outros estados e até de outros países, esses empresários constroem estruturas como pousadas, restaurantes, casas de veraneio, chalés, bares etc., o mais próximo possível da praia de Atins, principalmente na parte do povoado de que fica fora dos limites do PNLM, mas existem casos de construções localizadas metade dentro e metade fora dos limites do parque.

O segundo movimento, diz respeito as iniciativas locais de atendimento ao turismo. Algumas famílias de Atins e Canto do Atins possuem estruturas para atendimento ao turismo. Diferentemente das pessoas oriundas de outros estados do país, e até de outros países que montam estruturas para atendimento de turistas em Atins, as famílias de Atins e Canto do Atins que construíram estruturas para atendimento do turismo, não se reconhecem e nem são reconhecidas como empresárias. Estas se classificam como diferentes das primeiras pela relação com os demais membros da comunidade não se resumir ao ganho monetário. Para caracterizar os pequenos negócios de atendimento ao turismo os classificam como “do nativo”, como um marcador de diferenciação dos empresários externos. As iniciativas locais voltadas aos turistas são: em Canto do Atins, dois restaurantes e em Atins, pousadas, restaurantes, comércios, agências de turismo, loja de artesanato, hostel, farmácia, frigorífico, café, depósito de bebidas, localizados majoritariamente na parte do povoado que está fora dos limites do PNLM.

Atividades desenvolvidas em estruturas de empresários externos a essas comunidades

Durante o período da alta temporada do turismo no PNLN, os membros adultos das comunidades de Atins e Canto do Atins são contratados por empresários donos de pousadas, restaurantes, bares, casas de veraneio, localizadas na parte do povoado de Atins que fica fora dos limites do PNLN, como arrumadeiras, cozinheiras, babás, molhador de plantas (jardineiro), garçom, atendente, motorista, pedreiro e ajudante de pedreiro, vigias etc.

Os moradores de Atins e Canto do Atins que trabalham nessas estruturas de atendimento ao turismo, se deslocam diariamente para a parte do povoado de Atins localizada fora dos limites do PNLN.

As atividades desenvolvidas por mulheres e homens nessas estruturas de atendimento ao turismo variam. De acordo com Dona Luza, as atividades desenvolvidas por mulheres assemelham-se aquelas próprias do ambiente doméstico, como por exemplo, lavar, limpar, cozinhar, enquanto àquelas desenvolvidas por homens estão mais relacionadas a construção, atendimento ao público e transporte de turistas.

P. Quais são atividades que as mulheres desenvolvem no turismo?

E. A mulher é limpeza, quase igualmente a casa da gente, é limpeza, às vezes comida, é servir, lavar, isso aí.

P. E os homens?

E. Os homens não, não lavam, nem faz comida. Eu não conheço alguém que diz assim "ha, eu trabalho no restaurante" porque, aqui não, mais são as mulher.

P. Os homens fazem o quê?

E. Os home mais é pedreiro, ajudante, isso aí. Um que faz uma cerca, ou roça, cobre casa, tudo isso.

(Dona Luza, 37 anos, 23 de Janeiro de 2018)

A remuneração pode ser feita por meio do pagamento de diárias ou salários que variam entre R\$ 500,00 e 800,00 e, em alguns casos, o salário-mínimo é pago. O Seu Ita, por exemplo, que trabalha como ajudante de pedreiro é pago por meio de diárias.

P. E o senhor, trabalha hoje no turismo com o que?

E. Ajudante de pedreiro

P. Aí o senhor começou faz quanto tempo?

E. Tá com dois ano.

P. Como é que o senhor recebe?

E. Recebe setenta reais por mês...não, por dia.

P. Diária?

E. É, diária.

P. O senhor trabalha com outras pessoas?

E. É com outras...o menino lá do Atoleiro, que é meu ajudante.

(Seu Ita, 44 anos, 24 de Janeiro de 2018)

Embora haja um receio em falar sobre, existem casos de indivíduos com idades entre 15 e 16 anos que já trabalham nesses empreendimentos. Mailson, que atualmente possui 19

anos de idade, trabalha na Pousada La Ferme de Georges desde os 15 anos de idade como garçom e *barmen*. A pousada em questão é reconhecida por ser aquela que possui a diária mais cara em Atins, o preço começa em 1.500,00 R\$ para uma pessoa.

E – Tenho 19 anos.

P – Atualmente, onde você trabalha?

E – Na La Ferme de Georges.

P – Faz quanto tempo que você trabalha lá?

E – Já, agora faz quatro anos.

P – Faz quatro anos que você trabalha lá direto?

E – Hunrum, direto.

(Mailson, 19 anos, 11 de fevereiro de 2022)

Inicialmente, enquanto era menor de idade, Mailson era pago por meio de diárias. Cada diária era 60,00 R\$. Entretanto, quando Mailson completou 18 anos de idade, sua carteira não foi assinada, mas a forma de pagamento foi alterada para um salário de 1.400,00 R\$ que, segundo ele, foi estabelecido por meio da assinatura de um contrato que tem sido renovado a cada 3 meses desde o final de 2021.

P – Faz quanto tempo que você tem esse contrato com eles?

E – Foi agora em dezembro [de 2021].

P – Aí de três em três meses eles renovam?

E – Sim, eles vão atualizando, renovando.

P – Quanto você recebe trabalhando lá [na pousada]?

E – Agora, nesse contrato, eu tô recebendo mil e trezentos, mil quatrocentos e pouco, mil trezentos e vinte, mil e quatrocentos reais. É assim um preço bem...

P – Mil e quatrocentos reais?

E – Sim, uma parte de mil e quatrocentos reais.

P – Isso desde a assinatura do contrato?

E – Não, desde o contrato não, quando eu [era] só diarista era mil e setecentos, mil e seiscentos, mil e oitocentos.

P – Que você recebia antes desse contrato?

E – Sim, antes desse contrato.

P – Você era pago por diária?

E – Por diária.

P – Qual era o valor da diária?

E – Era sessenta.

(Mailson, 19 anos, 11 de fevereiro de 2022)

De acordo com Mailson, com a mudança na forma de pagamento, ele passou a receber 300,00 R\$ a menos do que recebia com as diárias, os donos da pousada falaram que mudaram a forma de pagamento para poder pagar o “INSS” para ele.

Na alta temporada do turismo, as famílias se organizam levando em consideração a realização de atividades relacionadas ao turismo. As famílias que não se envolvem de nenhuma forma com essas atividades, são aquelas em que todos os seus membros são aposentados e as que vivem de salários devido ao fato de serem empregados contratados, ou concursados que trabalham em alguma das duas escolas ou no posto de saúde de Atins.

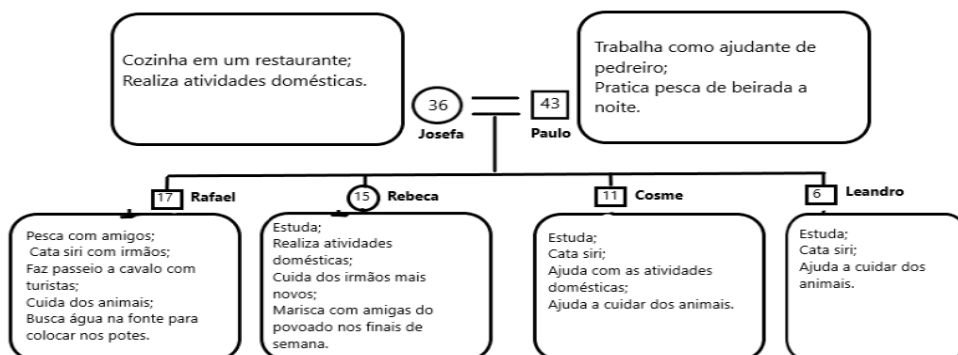
Na alta do turismo, por exemplo a chamada *pesca de beirada* pode ser realizada em qualquer horário do dia, inclusive durante a noite, dependendo da maré. O que não é possível no caso da *mariscagem*. Os homens adultos que já possuem sua própria família, que são pescadores e que só tem filhos pequenos ou filhos jovens que também trabalham com atividades relacionadas ao turismo, passam a praticar a *pesca de beirada* sozinhos, com amigos ou com os filhos jovens, somente durante à noite quando chegam do trabalho.

Os homens adultos podem trabalhar na alta temporada do turismo como pedreiros e ajudantes de pedreiros, construindo e reformando pousadas, como motoristas de caminhonetes Toyota – transportando os turistas no trajeto Barreirinhas/Atins, ou levando-os para visitar as lagoas em passeios em grupo ou privados; trabalham nas pousadas, chalés, casas de veraneio como vigias ou como guias turísticos.

Quando o chefe da família, o pai, o homem adulto, passa a semana trabalhando nas estruturas de empresários externos a essas comunidades, se ele possui filhos que tenham acima de 14 anos, que possuam habilidades e capacidades físicas necessárias e que por algum motivo ainda não estão envolvidos com atividades de turismo, se encarregam de pescar o peixe e pegar o siri que será consumido pela família durante a semana.

Aqueles jovens que já possuem capacidade física e habilidades reconhecidas pelos pais, envolvem-se como muitas atividades seja como jardineiros nessas estruturas, cuidando para que o jardim esteja sempre bonito e atraente para os turistas, ou nos restaurantes e pousadas como garçom - servindo os turistas. As jovens, quando trabalham nessas estruturas são cozinheiras, arrumadeiras, garçonetes, ou babás dos filhos dos donos de pousadas.

Figura 2 – Exemplo de arranjo familiar na alta temporada do turismo



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de pesquisa, 2019.

Na figura 2, podemos observar o exemplo de um arranjo familiar durante a alta temporada em Atins. Enquanto os pais – Josefa e Paulo²⁰, desenvolvem atividades relacionadas ao turismo, os filhos – Rafael, Rebeca, Cosme e Leandro, envolvem-se mais diretamente com atividades tradicionalmente realizadas.

Por conta do ritmo intensivo de trabalho que essa época do ano exige, ocorre uma dispersão dos membros adultos dessas famílias nos diferentes empreendimentos voltados para o atendimento do turismo. Os adultos passam a trabalhar até 15h ininterruptas por dia, sete dias na semana e algumas mulheres ainda chegam a dormir no trabalho.

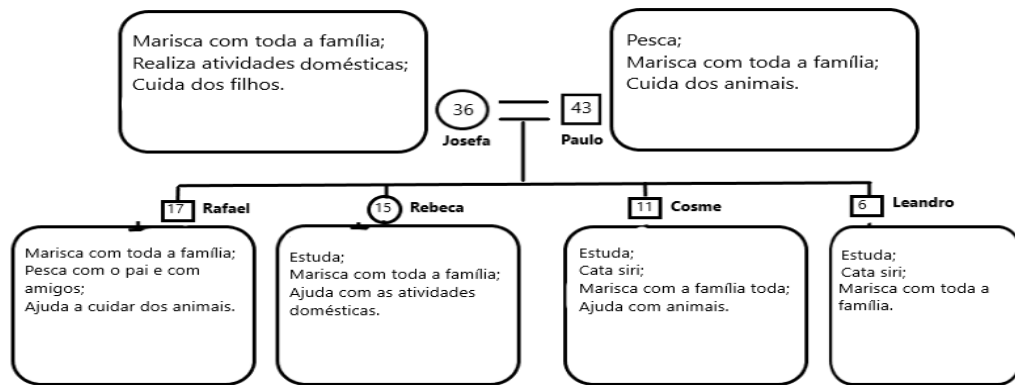
A prática de atividades relacionadas ao turismo pelos adultos, somente é possível porque as *crianças e jovens* possuem um conjunto de saberes específicos que lhes permitem desempenhar um papel fundamental na manutenção familiar ao assumirem maiores funções relacionadas a prática de atividades tradicionalmente realizadas durante a alta do turismo.

Mesmo possuindo um “caráter de ajuda” (SOUSA, 2017), o processo de aprendizagem dessas atividades e sua realização é fundamental para a continuidade do modo de vida dessas famílias e possibilita que essas *crianças* aprendam desde cedo o que significa fazer parte dessa comunidade. Permite que elas saibam, por exemplo, os tipos de peixes pescados pelos pais e consumidos pela família, a localização dos lugares de *mariscagem*, técnicas corporais necessárias para a captura dos mariscos, assim como a compreensão de que os mariscos são seres vivos e que andam e quando devem levar os siris para casa ou devolver ao mar.

Durante a Baixa temporada, o igarapé e as lagoas secam, os turistas se tornam mais raros, a maioria dos empreendimentos de empresários voltados para atender a esse público fecham e os arranjos familiares se modificam novamente. Nesse período, há um retorno e concentração dos membros adultos no ambiente doméstico e as atividades tradicionalmente realizadas voltam a ocupar lugar de destaque, passando a ser desenvolvidas por toda a família.

²⁰ Utilizarei pseudônimos com intuito de proteger os membros das famílias dessa *comunidade tradicional*.

Figura 3 – Exemplo de arranjo familiar na baixa temporada do turismo



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de pesquisa, 2019.

Na figura 3, podemos observar como o arranjo familiar muda de acordo com a temporada. Nesse caso, mesmo sendo a mesma família, devido ao retorno dos adultos para o ambiente familiar durante a baixa temporada, a divisão social do trabalho muda. Agora, as atividades tradicionalmente realizadas são prioritariamente desenvolvidas por todos os membros da família.

Os homens adultos juntamente com seus filhos jovens voltam a pescar durante a semana de acordo com o horário da maré. Roçam quintais, arrumam cercados, cuidam das ovelhas e alguns continuam trabalhando na construção de pousadas como pedreiros e ajudantes de pedreiros de modo mais intenso, para que tudo esteja pronto para quando os turistas retornarem na temporada seguinte.

As mulheres adultas mariscam com os filhos, ajudam os maridos a pescar quando ainda não possuem filhos. Passam a se dedicar mais diretamente ao ambiente doméstico, varrendo a casa, lavando a louça, a roupa, fazendo comida. E, às vezes, são chamadas para realizar atividades de limpeza em casas de veraneio.

As crianças e jovens continuam na escola, acompanham os pais nas pescarias e *mariscagens*, ajudam as mães no trabalho doméstico. Os meninos sempre com a tarefa de buscar água na fonte e ajudar o pai com a criação de ovelhas e o cuidado com os cavalos. Envolvem-se também com as atividades de pesca.

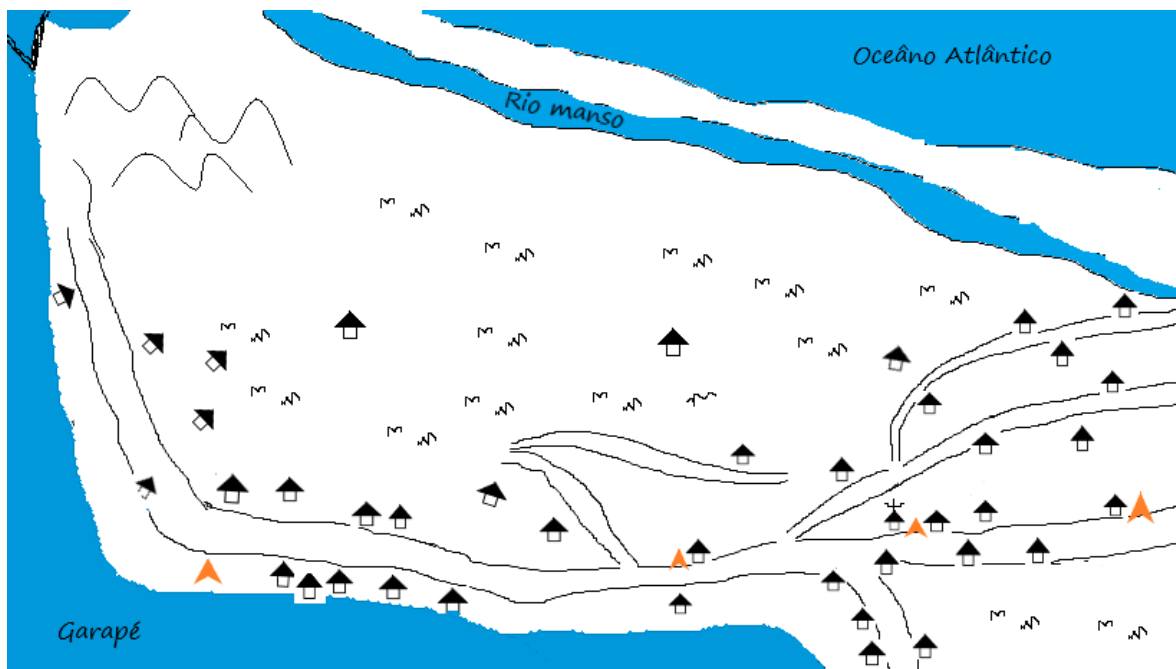
Em Atins e Canto do Atins, as atividades desenvolvidas pelos agentes classificados como *crianças e jovens* são um exemplo claro de como elas são fundamentais para um movimento maior de resistência cotidiana (SCOTT, 2002). Mesmo que tal movimento não seja organizado politicamente, ele é necessário para dar continuidade a reprodução social dessas famílias.

Os pais, os adultos, precisam que as *crianças e jovens* desenvolvam atividades como *mariscagem*, pesca, cuidar dos irmãos menores, dividir entre si as atividades domésticas que os pais, em determinados momentos, não podem realizar porque estão envolvidos com atividades relacionadas com o turismo que proporcionam renda complementar para manutenção das famílias em Atins e Canto do Atins.

Iniciativas locais de atendimento ao turismo

Em Atins, de acordo com a última etapa de campo, existem 31 estruturas de atendimento ao turismo pertencentes as famílias dessa comunidade. Essas iniciativas locais de atendimento ao turismo se dividem em: 7 pousadas, 1 hostel, 1 dormitório/camping, 1 chalé, 8 agências, 1 loja de artesanato, 1 doceria, 1 farmácia, 1 cooperativa de transporte turístico, 1 frutaria, 1 frigorífico, 1 café, 1 depósito de bebidas, 1 comércio e 4 restaurantes.

Figura 4 - Representação espacial de Atins localizada dentro dos limites do PNLM



Elaborado pela autora a partir de desenhos feitos por Mailson (16 anos) e André (13 anos).

Em 2019, quando solicitei que Mailson (16 anos na época) e André (13 anos na época) fizessem um croqui de Atins, eu dei a eles apenas duas folhas de papel A4. Conforme foram desenhando as casas e me falando quem morava em cada uma delas, foram solicitando mais e mais folhas até que no final totalizaram 8 folhas de papel A4. O interessante, é que apesar de

ficar surpresa com a quantidade de folhas, fui percebendo que para eles havia a necessidade de mostrar a extensão do Igarapé, a disposição das casas em uma escala completamente diferente da que eu havia pensado. Tanto que se observarmos no canto superior esquerdo da ilustração, eles fizeram questão de frisar o encontro do Igarapé com o Igarapé Vermelho que vem da comunidade vizinha de Ponta do Mangue.

Esse exercício de representação espacial serve para ilustrar a enorme capacidade de Mailson e Dedé de representarem graficamente ambientes que consideram relevantes, a partir do fino conhecimento que detêm sobre a geografia dessa região, tão familiar às famílias. Essa facilidade de reproduzir em desenho esse mapa da região, traduz bem a capacidade de operar, ao mesmo tempo, com o que Marcel Mauss, tomando de empréstimo a Ratzel, denominou de volume mental e volume geográfico. “O volume geográfico é à extensão espacial realmente ocupada pela sociedade em questão; o volume mental é a área geográfica que ela consegue abarcar com o pensamento” (MAUSS, 2003, p. 468).

Quando retornei à comunidade de Atins em 2022, pedi que Mailson (agora com 19 anos) e André (agora com 17 anos) me ajudassem a atualizar o croqui do povoado, agora adicionando a ele as estruturas locais de atendimento ao turismo localizadas dentro dos limites do PNLM. As quatro estruturas físicas de atendimento ao turismo pertencentes as famílias de Atins estão destacadas no croqui em amarelo.

Quadro 3 – Iniciativas locais de atendimento ao turismo em Atins

POUSADAS			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	CÉU ABERTO	IRANE	FORA
2	SARNAMBI	JOÃO DO RIBA	FORA
3	POUSADA DO IRMÃO	IRMÃO	FORA
4	POUSADA VILA DO PESCADOR	IRMÃO	FORA
5	POUSADA DA GILVANA	GILVANA	FORA
6	POUSADA TIA RITA	RITA	FORA
7	POUSADA DO MELO	MELO	FORA
COMÉRCIO			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	COMERCIAL TERESINHA	VANILDO	FORA
RESTAURANTES			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	ANNAJULYA	ANTONIO CARLOS	FORA
2	BRISAMAR	BRISAMAR	FORA
3	CABANA POR DO SOL	LUZA	DENTRO
4	RESTAURANTE DA SESSÉ	SESSÉ	FORA
AGÊNCIAS			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO

1	JUNIOR TURISMO	JUNIOR	DENTRO
2	ATINS DUNAS TOUR	BENTO	DENTRO
3	ATINS VENTURES	GIRLIANE	FORA
4	TRILHA DOS LENÇÓIS	TANIEL	FORA
5	MATHEUS TURISMO	MATHEUS	FORA
6	GUARATUR	TIAGO	FORA
7	EVERTON TURISMO	EVERTON	FORA
8	LENÇÓIS CAVALGADAS	MAILSON	ONLINE/DENTRO
HOSTEL			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	ATINS HOSTEL	RUTE	FORA
DORMITÓRIO CAMPING			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	DORMITÓRIO E CAMPING JOÃO DO MELO	JOÃO DO MELO	FORA
CHALÉ			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	AMOR BEACH	SERLANJE	FORA
LOJA DE ARTESANATO			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	LOJA DE ARTESANATO	NONATA	FORA
DOCERIA			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	DOCE ATINS	SERLEILSON	FORA
FARMÁCIA			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	ATINS FARMA	SHIRLE	FORA
COOPERATIVA DE TRANSPORTE TURÍSTICO			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	COOPERTRANSATINS	CHICÃO	DENTRO
FRUTARIA			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	VILA VERDE FRUTARIA		FORA
FRIGORÍFICO/PEIXARIA			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	A PESQUEIRA	VOVÔ DO VIOLÃO	FORA
CAFÉ			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	CAFÉ DA DONA DORA	DORA	FORA
DEPÓSITO DE BEBIDAS			
Nº	NOME DA ESTRUTURA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
1	BOM TEMPO	IRENILSON	FORA

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de pesquisa, 2022.

No quadro acima podemos observar, os tipos de iniciativas locais de atendimento ao turismo existentes em Atins, na primeira coluna temos a quantidade de estruturas, na segunda coluna podemos observar quais estruturas são essas, na terceira coluna temos os nomes dos seus proprietários e na quarta coluna temos suas respectivas localizações em relação ao perímetro do PNLN, ou seja, se estão localizadas dentro ou fora dos limites dessa unidade de conservação. As estruturas em destaque são aquelas que, após um primeiro exercício de

identificação, georreferenciamento e classificação, foram eleitas para realização de entrevistas semiestruturadas. A escolha se deu por critérios como disponibilidade das famílias e representatividade de tipos diferentes de estruturas.

As seis estruturas de atendimento ao turismo em Atins que foram escolhidas para serem tomadas como análise neste trabalho são:

a) Pousada da Tia Rita

Dona Rita, uma senhora que atualmente possui 67 anos de idade, nasceu em Bitupitá no Ceará e aos 03 anos de idade mudou-se para Atins com seus pais. Sua família vivia fundamentalmente da pesca e da *mariscagem*.

Dona Rita se casou em 1978, aos 23 anos de idade. A decisão de transformar sua casa em uma pousada e ao mesmo tempo continuar morando nela com sua família, aconteceu em 1999 com o aparecimento de turistas na região.

P – Mas, a senhora começou a alugar para as pessoas em que ano? A senhora lembra?

E – Noven... é... Em... noventa e nove.

P – Noventa e nove?

E – Noventa e nove.

(Rita de Sousa Araújo, 67 anos, 11 de junho de 2022)

A pousada de Dona Rita está localizada na parte de Atins que está fora dos limites do PNLM, na parte do povoado considerada pelos moradores como o centro de Atins. A pousada funciona o ano todo e, além de Dona Rita, sua nora, seus filhos e uma funcionária são responsáveis pelo funcionamento da pousada.

Foto 11 – Frente da Pousada Tia Rita



Fonte: Ana Luiza Sousa Romeiro, Atins, 09 de junho de 2022.

Sobre os serviços oferecidos na pousada e seus respectivos preços, Dona Rita disse que variam.

E – Vareia, né?! É... Têm duas opções, ventilador e ar-condicionado. Ventilador a gente cobra mais barato e ar-condicionado mais caro, né?!

P – Quanto é que custa a diária de um quarto com ventilador?

E – No ventilador a gente cobra 150,00.

P – E no ar-condicionado?

E – 200,00 pra casal, né?!

P – Ah para casal, né?

E – Pra casal. É duplo. Duas pessoas.

(Rita de Sousa Araújo, 67 anos, 11 de junho de 2022)

Apesar disso, existe um preço diferente para os moradores que por algum motivo precisem se hospedar na pousada. Segundo Dona Rita, “o preço diminui muito”.

Todos os produtos utilizados para fazer o café da manhã dos hóspedes, incluso no valor da diária, são comprados em Barreirinhas duas, três vezes, por mês e trazidos nos carros de seus filhos que possuem uma agência de turismo na comunidade.

P – Qual foi o número máximo de turistas que a senhora já, já teve na sua pousada?

E – Mais ou menos 25 pessoas.

P – O máximo foram 25?

E – Sim, o máximo foi 25.

P – Já aconteceu de chegar algum turista e a senhora ter que dizer que não tem quarto?

E – Já.

P – Quando isso acontece, o que a senhora faz?

E – A gente indica, as outras pousada.

(Rita de Sousa Araújo, 67 anos, 11 de junho de 2022)

A pousada possui 10 quartos, mas somente uma parte desses quartos são alugados porque, às vezes, os filhos de Dona Rita dormem em sua casa. Quando Dona Rita não tem mais quartos disponíveis para alugar para os turistas que aparecem, ela indica outras pousadas da comunidade.

Apesar de possuir uma conta no instagram sem publicações, os turistas ficam sabendo da pousada por meio de indicações de moradores da comunidade, de guias locais e por meio de um blog na internet. As reservas de diárias podem ser feitas através do telefone celular da família ou em sites como o Tripadvisor.

Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar o blog de divulgação



Blog de divulgação da Pousada Tia Rita contendo fotos e informações sobre a pousada.

Os resíduos produzidos na Pousada Tia Rita, de acordo com ela, é ensacado e entregue ao carro da prefeitura de Barreirinhas que transporta os resíduos até a balsa ancorada no porto da comunidade para ser levado para Barreirinhas.

E – O lixo que é produzido na pousada, que nem o plástico, a gente ensaca todinho, e toda quinta-feira, a... o carro passa para pegar. Né?!

P – Aí leva para onde esse lixo?

E – Leva pra Barreirinhas.

(Rita de Sousa Araújo, 67 anos, 11 de junho de 2022)

Durante o período da pandemia de covid-19, Dona Rita disse “[...] a gente fechou as portas” por pelo menos um mês porque não tinham turistas visitando o PNLN durante os meses em que o parque esteve fechado e por Dona Rita fazer parte do grupo de risco.

E – Mais ou menos pelo um mês. tendeu?

P – Por que não tinha...

E – Não tinha e a gente também tinha muito medo. A gente quase não saia aqui na frente, a gente fechou as porta e ficava mais só lá pra, pro lado do fundo lá, da cozinha, tendeu? Era difícil a gente vir aqui na frente.

(Rita de Sousa Araújo, 67 anos, 11 de junho de 2022)

Sobre os pontos positivos e as dificuldades de ter uma pousada em Atins, Dona Rita ressalta que,

E – [pausa para pensar] Na verdade, é porque a gente ganha aquele dinheiro, né?! A gente já, é porque... minha família é, nós somos oito pessoas, entendeu? E aí eu já ajudo minha, meus filhos e tudo, a gente tem o de comer na mesa, porque hoje em dia tudo tá difícil, né?! Então, já isso aí me ajuda nesse ponto, né?!

[...]

P – Quais são as dificuldades de ter uma pousada?

E – [pausa para pensar] É muito difícil assim, sobre negócio do, hoje, pelo menos, se eu fosse construir essa casa que eu tenho com esses quartos, eu acho que a condição já não dava. Porque tá muito cara as coisas e eu acho que tava difícil.

(Rita de Sousa Araújo, 67 anos, 11 de junho de 2022)

A fala de Dona Rita é significativa porque ressalta a importância de ter uma pousada para geração de renda e consequente manutenção material e social de sua família.

b) Pousada do Melo

Nascido em Santo Antônio, povoado próximo a Barreirinhas, Seu Francisco, mais conhecido pela comunidade como Melo, tem 54 anos de idade. Mudou-se para Atins quando tinha 18 anos de idade. A decisão de construir a “Pousada do Melo” se deu em 2013.

P – Por que o senhor decidiu montar uma pousada?

E – [Pausa para pensar] assim, porque quando eu comecei a trabalhar numa pousada, em 2000, que num era minha, em 2022 eu saí. Então, aí, como a gente vê que o turismo tava entrando aqui no povoado, né?! E... fazendo o que podia fazer, que nós sabemos que aqui [limite do PNLN] é um pedacinho da, da, que tá fora do parque e que as pessoa tão construindo pousada e tal, então foi a oportunidade deu, como eu saí de lá e tinha um pouquinho de experiencia, vim fazer a minha, da maneira que eu

pude fazer, né?! Que a única chance que a gente tinha é, de trabalhar com turismo, é em ramo de pousada, de restaurante, agência, alguma coisa assim.
(Melo, 54 anos, 11 de junho de 2022)

Foto 12 – Entrada da Pousada do Melo



Foto: Ana Luiza Sousa Romeiro, Atins, 11 de Junho de 2022.

Diferentemente das outras estruturas de atendimento ao turismo de moradores da comunidade, Seu Melo não conta com a ajuda de familiares para lhe ajudar com a pousada. Na baixa temporada do turismo, Seu Melo contrata um rapaz da comunidade para auxiliá-lo. Na alta temporada, quando necessário, ele contrata mais pessoas. Por morar na pousada, ela funciona o ano todo.

Em relação aos serviços oferecidos pela Pousada do Melo, o preço da diária para uma pessoa custa 130,00 R\$, já para um casal, com café da manhã incluído, custa 200,00 R\$. Mas, segundo seu Melo, existe um “precinho” diferente quando se trata de um morador da comunidade.

P – Qual o número máximo de turistas que o senhor já atendeu aqui?

E – Gente, eu já atendi até o tanto que eu tenho de leito. Né?! Vinte e nove.

P – Já aconteceu de chegar turistas aqui e o senhor não ter como atender?

E – Já.

P – O que o senhor fez quando isso aconteceu?

E – A gente manda, no caso manda procurar em outro lugar, outras pousada, aí... Que todo mundo se, se, dá um jeitinho e fica [sorrindo].

P – O senhor indica pousadas de outras pessoas?

E – É... indica e às vezes tem uma vaguinha prum lado, tem pra outro, e às vezes lota em outro lugar e aí vem pra cá, sempre tem alguma vaguinha e assim vai [sorrindo].

(Melo, 54 anos, 11 de junho de 2022)

Os itens básicos utilizados tanto para o preparo do café da manhã dos hóspedes, quanto para o consumo do Seu Melo no dia a dia são comprados nos comércios da própria comunidade. Os demais itens, como por exemplo peixes e carnes, são pescados ou criados no quintal pelo Seu Melo.

P – Os itens básicos que o senhor consome, o senhor compra aqui no povoado ou em Barreirinhas?

E – Aqui pra me comer porque como eu num tenho restaurante eu compro mais é aqui.

P – O senhor compra mais aqui?

E – Eu pesco, crio galinha e assim vou vivendo.

P – Os produtos que o senhor compra nos comércios aqui do povoado possuem o mesmo preço para o senhor e para os turistas?

E – É... você compra do mesmo jeito.

P – O senhor acha que os produtos vendidos aqui são mais caros que em Barreirinhas?

E – Aqui é mais caro, né?! Claro, né?! Que já vem de lá pagando frete.

(Melo, 54 anos, 11 de junho de 2022)

Os turistas ficam sabendo da existência da Pousada do Melo por indicação de guias locais, dos moradores, por uma página no instagram e por sites de reservas como o Booking.

P – Então os turistas ficam sabendo da sua pousada pelos guias e pelo site?

E – Tem o site, tem instagram, tem os guia, e... assim, você sabe hoje em dia que tá todo mundo descobre uns aos outro, né?! entrando na internet, não tem como a gente não descobrir [sorrisos].

(Melo, 54 anos, 11 de junho de 2022)

Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar a página do instagram



Instagram da Pousada do Melo contendo fotos e algumas informações.

Sobre o funcionamento da pousada durante o período da pandemia de covid-19, o Seu Melo relata que,

E – Diminuiu muito... diminuiu, tá começando a melhorar, agora, esse ano. Tá começando a melhorar graças a Deus, tomara que melhore porque é o que a gente deseja. Porque Barreirinhas vive é do turismo mesmo.

T – Desde 2020, 2021, tudo piorou? Ou mais foi ano passado?

E – Não, depois que entrou a pandemia caiu mais. A pandemia entrou ano trasado, num foi?!

P – Foi.

E – Vai fazer três ano, fez três ano agora em março. Pois é...

(Melo, 54 anos, 11 de junho de 2022)

Seu Melo também falou um pouco sobre o que considera necessário para se ter uma pousada, sobre sua experiência e o carinho que tem pelo que faz.

E – É, eu acho assim que, as pessoa, pra gente trabalhar com uma pousada a gente tem que ter uma experiência, a gente tem que saber lidar com as pessoa porque se não, fica difícil de você melhorar a sua situação, né?! Então, é, é o que eu tenho, esse carinho com, em, já desde 2000 que eu trabalho mesmo e aí independente disso, quem, quem abre uma ou, um restaurante, alguma coisa, ele tem que saber se lidar, com as pessoa, porque pessoa, todo mundo é, é diferente um do outro, em pensamento, tem uns que querem aquilo, tem outros que querem... e a gente vai controlando e dá pra resolver o problema. Então isso pra mim, num me dá muito é... desânimo pra que eu não possa, que eu possa desistir não.

P – Já são 22 anos, né?

E – 22 anos, então...

(Melo, 54 anos, 11 de junho de 2022)

É interessante que ao falar sobre as dificuldades de ter uma pousada em Atins, o Seu Melo também comenta sobre as características e concepções arquitetônicas de sua pousada e como elas são vistas pelos turistas, “as pessoas chegam aqui e se encantam nessa loucura”.

P – Quais são as dificuldades de ter e trabalhar com uma pousada em Atins?

E – Aqui a dificuldade é o seguinte, aqui é porque cê sabe, a gente até, eu até acho bom, que, que é difícil, de chegar... é difícil de, de... de andar, mas isso é bom, pra mim isso é bom porque o turismo, ele quer, ele quer ver isso, ele quer saber disso, porque se aqui fosse do jeito de uma cidade, né?

P – Ninguém iria querer visitar?

E – É, ele quer ver o que é diferente, olha aqui como é aqui o chão [apontando para o chão de cimento da pousada]. As pessoas chegam aqui e se encantam nessa loucura, que lá, a onde na cidade vai ver um chão desse? Só em apartamento chiquérrimo e tal. Então, é... Isso aí, que é bom.

(Melo, 54 anos, 11 de junho de 2022)

c) Comercial Teresinha

A família de Vanildo decidiu construir o primeiro comercial de Atins em 1998 porque até então as pessoas precisavam se deslocar até Barreirinhas para comprar itens básicos. Antes disso, sua família vivia da pesca e *mariscagem*.

Foto 13 – Entrada do Comercial Teresinha



Fonte: Ana Luiza Sousa Romeiro, Atins, 09 de Junho de 2022.

O comercial funciona o ano todo e Vanildo e sua família moram ao lado do comercial, localizado no centro de Atins.

P – Além de você, quem mais trabalha nesse comércio?

E – Não, quem trabalha aqui, tipo é, todo... todo mundo da família, quando não tem um, outro... outro trabalha, tipo hoje tá a minha sobrinha... quando ela sai, a minha irmã. Não tem tipo um funcionário fixo, só família que trabalha.

P – Só a família que se envolve?

E – Sim.

(Vanildo Silva Soares, 41 anos, 11 de junho de 2022)

Apesar de os turistas também fazerem compras no estabelecimento, a maioria dos clientes são as famílias da própria comunidade. Os produtos comercializados nessa estrutura variam em alimentos, produtos de limpeza, frios etc.

P – Quais são os produtos que são vendidos no comércio?

E – [pausa para pensar] fazer como, na parte de comida sei nem te falar, mas bem variado. Tem vários... o mais essencial da, da, que as pessoas precisam, a gente vende.

P – Dos itens mais básicos vocês tentam ter um pouco de cada?

E – Sim.

(Vanildo Silva Soares, 41 anos, 11 de junho de 2022)

É importante ressaltar que, observando os preços dos produtos comercializados por Vanildo e sua família, foi perceptível que eles se assemelham aos de Barreirinhas e até de São Luís, mesmo com a família tendo que arcar com os custos referentes ao frete pago para levar os produtos de Barreirinhas para Atins. Talvez isso seja decorrente do fato da família sempre tentar adquirir os produtos diretamente de empresas.

P – Vocês compram em Barreirinhas para serem revendidos aqui?

E – É, a gente compra, tipo... Hoje a gente não tá comprando... de um... tipo... diretamente de um mercado já em Barreirinhas, a gente só compra tipo, se a gente não conseguir comprar de outra empresa. Mas... a gente sempre tenta comprar de... tipo numa empresa que ela... ela vende mais barato pra gente chegar aqui, porque o, os transporte pra chegar aqui é muito caro, aí a gente tem que jogar esse... esse, frete dentro do, do, pra poder tirar alguma coisa de lucro.

P – Entendi, então você faz pedidos em empresas para comprar o que é revendido aqui?

E – Sim, a maior parte é. Em Barreirinhas a gente compra pouco.

P – Mas, você faz os pedidos e eles entregam aqui?

E – Não, ele, o... vendedor, como a gente não tem... como a gente não tem um ponto lá pra, pra deixar a pessoa que a gente vende, que ele, que ele é o vendedor da empresa, ele... ele, quando chega, ele guarda na casa dele e a gente só, ele só avisa e a gente vai buscar, no outro dia.

P – Pega com ele e traz no carro?

E – É, freta caro, agora nessas enchentes aí eu fretei até a lancha pra poder trazer.

(Vanildo Silva Soares, 41 anos, 11 de junho de 2022)

A compra de novas mercadorias é feita todos os meses, no máximo, duas vezes ao mês em períodos que há maior número de vendas. O frete para levar as mercadorias em carros de

Barreirinhas para Atins custa 500,00 R\$, no período das chuvas esse valor aumenta para 600,00 R\$ porque nesse período o transporte só pode ser feito de lancha.

P – Então, no período das chuvas, vocês alternam entre carro e voadeira para transportar a mercadoria?

E – É, porque às vezes é coisa de molhar, aí tem muita lagoa, a gente opta mais pela lancha que é mais fácil chegar... enxuto, a... de carro, cai dentro de uma lagoa e vai ter mais prejuízo.

(Vanildo Silva Soares, 41 anos, 11 de junho de 2022)

Sobre o destino dos resíduos produzidos pelo comercial e pela família, Vanildo relata que,

E – Oh, o lixo hoje, tipo assim, tu sabe, a parte, era muito difícil, a parte que a gente... que a gente não podia... é... assim pra coisar a gente queimava, mas hoje, hoje, como já tem uma... uma coleta que... que já faz, a gente já faz a separação e coloca pra levar pra Barreirinhas.

P – Eles passam aqui para recolher o lixo?

E – Siiim, e hoje, e hoje, tipo assim, a gente tá com uma... organização da, da, do comércio na documentação, e a gente, na parte ambiental, aí a menina tá é... ajeitando... a documentação pra gente, aí ela comprou o, tipo, a parte de selecionar o... o lixo do comércio pra, ela disse dependendo das empresa que tá... dos serviços que ela encontrar no povoado ela pode até comprar, encontrar uma empresa pra, pra comprar esse lixo ta, um, assim pra gente incentivar a gente num, não jogar esse lixo de qualquer jeito.

P – Coleta seletiva?

E – Sim.

(Vanildo Silva Soares, 41 anos, 11 de junho de 2022)

De acordo com Vanildo, no início da pandemia foi bastante difícil porque houve uma queda de uns 60% das vendas feitas no comercial. Mas, aos poucos, as vendas foram sendo reestabelecidas.

Sobre os pontos positivos de se ter um comercial em Atins, Vanildo destaca a importância da renda para manutenção de toda a sua família.

P – Para você, quais os pontos positivos de ter esse comércio?

E – Não, tipo assim, um ponto positivo pra família inteira. Porque, tipo assim, ao invés da gente tá trabalhando pra outros pessoas a gente trabalha, é... pra gente mesmo, não é... uma coisa grande, mas que dá pra manter a casa, da pra gente, sobreviver.

(Vanildo Silva Soares, 41 anos, 11 de junho de 2022)

Sobre as dificuldades de ter um comercial em Atins, Vanildo fala sobre a logística que envolve o transporte das mercadorias de Barreirinhas para Atins e como a situação se agrava no período da alta temporada do turismo.

E – A dificuldade mais é essa logística, tipo, de, de transporte, às vezes a gente consegue, às vezes, até... pra trazer um frete, olha, tipo agora uma temporada, de, de, turismo. Às vezes os carro, os pessoal... focam mais pro turismo a gente precisa

deles num frete, pra, e às vezes a gente num consegue nenhum carro pra fazer um frete.

(Vanildo Silva Soares, 41 anos, 11 de junho de 2022)

d) Restaurante da Sessé

Sirliene, mais conhecida pela comunidade como Sessé, tem 28 anos de idade e nasceu em Atins. Além de ser a proprietária e trabalhar como cozinheira chefe no Restaurante da Sessé, ela também é professora do ensino fundamental na escola de Atins.

P – Com o que você trabalha atualmente?

E – Olha, eu trabalho no restaurante como cozinheira é, tipo, praticamente, cozinheira chefe. Que aí eu, eu que crio os pratos e aí dei aulas para as meninas e as meninas fazem comigo, junto. Eu tenho algumas auxiliar de cozinha e também cozinheiras profissionais que trabalham comigo. E também eu dou aula, eu sou professora também.

P – Na escola...

E – Na escola, ensino fundamental menor, quinto ano.

P – Você dá aula de que?

E – Eu sou polivalente, então eu dou aula de todas as matérias, língua portuguesa, matemática, ciência, geografia, arte, religião, é... educação física e entrou mais uma agora que é educação ambiental.

(Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

Antes de construir seu próprio restaurante, Sessé trabalhou em outras estruturas de atendimento ao turismo como babá dos filhos da dona de um restaurante, depois como garçomete, auxiliar de cozinha e depois como cozinheira do restaurante. A decisão de construir seu próprio restaurante aconteceu em 2016.

P – Por que você decidiu montar um restaurante?

E – Olha, porque... eu trabalhava, eu tomei, além de, quando eu comecei a trabalhar no ramo do turismo também, eu fiz uma, eu fiz faculdade tipo à distância. Fiz faculdade de História, aí eu comecei, aí, aí eu fui chamada na escola porque em carência de professores também, aí eu trabalho como contrato e aí eu comecei a trabalhar na escola e no restaurante. Aí eu tinha muito pouco tempo. Aí porque eu queria ganhar mais, porque eu queria me estabelecer mais, entendeu? Construir minhas coisas, ter meu próprio lar. E aí... Eu conversei com a minha mãe, eu disse: “mamãe, não sei se vai dar certo esse negócio, eu tô muito atarefada, eu trabalho na escola, trabalho no restaurante, eu não tô tendo tempo pra mim, eu não tô tendo pra nada”. E aí a minha mãe: “Então, o quê que tu acha que a gente tem que fazer?”, eu disse: “mamãe, se a senhora me ajudasse, eu queria fazer um restaurante”, aí a minha mãe topou, ela, na verdade, primeiro ela perguntou se eu ia me garantir na cozinha, “E os pratos, quem vai fazer? Por que aí a gente vai ter que contratar uma cozinheira? Que a gente não tem essa condição”. Aí eu: “mãe, eu mesma vou fazer os pratos, eu mesmo vou fazer o cardápio, tudo”, aí ela disse: “Então, se tu se garante, então vamos fazer”. Aí a minha mãe foi de cara mesmo, e a gente, e a gente não esperou muito tempo, a gente esperou menos de um mês, a gente já tava construindo o restaurante. Aí a minha mãe... pegou alguns recursos, meu pai ajudou, aí a minha mãe fez um empréstimo e a gente construiu, o restaurante. E aí deu certo. (Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

Além da Sessé, suas duas irmãs e uma cunhada são as cozinheiras do restaurante e uma parente distante é a auxiliar de cozinha. O Restaurante da Sessé funciona o ano todo e está localizado na parte do povoado que fica fora dos limites do PNLN.

Foto 14 – Entrada do Restaurante da Sessé



Fonte: Ana Luiza Sousa Romeiro, Atins, 24 de fevereiro de 2022.

De acordo com a Sessé o cardápio do restaurante está sendo refeito visando diversificar as opções, mas até nossa última conversa ele era composto por:

E – [...] camarão grelhado [Sessé está segurando sua filha no colo enquanto conversa comigo, nesse momento, dá pra ouvir ela começando a chorar], risoto de camarão no abacaxi, moqueca, camarão... camarão empanado ao molho de cebola, a gente também tem o peixe grelhado, filé de peixe à milanesa e lagosta ao molho de cebola. São os pratos principais.
(Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

Os preços dos pratos variam entre 95,00 R\$ e 150,00 R\$. Por exemplo, a lagosta custa 150,00 R\$ e o risoto de camarão custa 120,00 R\$, mas todos os pratos servem duas pessoas. Segundo a Sessé, os moradores da comunidade possuem desconto quando visitam seu restaurante. Os produtos utilizados na fabricação dos pratos são oriundos de lugares diferentes.

P – Os produtos que são preparados e vendidos no restaurante vêm de onde?
E – A gente compra.

P – Todos aqui da região?

E – Todos. Todos aqui da região, a gente não, o único que a gente consegue produzir ainda é manjeriço, é... cheiro-verde, cebolinha, no quintal, mas outra coisa é tudo comprado.

P – Onde são comprados?

E – Tipo de pescado? A gente compra num povoado vizinho que é Mandacaru, também a gente compra a lagosta em outro Estado, vem de Parnaíba que é de Piauí, a gente compra lá com o moço, e o peixe, a gente compra aqui da nossa praia. Então, é, um barco, ele pesca num, num litoral aqui de Atins, mas é um pouco mais longe tipo em alto mar e a gente compra deles.

P – Aí o arroz, feijão, macarrão...

E – Aí o arroz é em Barreirinhas. Tudo isso a gente compra lá em Barreirinhas mesmo, em alguns supermercados maiores que agora tem o Mateus, a gente compra também em outro supermercado Andorinha, alguns supermercados menores também.

P – Como você entra em contato com essas pessoas? Eles trazem até aqui?

E – Olha, o Mateus ele tá fazendo uma coisa boa agora, ele tá fazendo entrega. Então, eu faço pedido pelo aplicativo e ele faz entrega no meu estabelecimento e aí a gente cobra, eles cobram uma taxa. Aí eles cobram uma taxa de 60,00, 70,00. E também a gente compra em Barreirinhas, tipo tem o período que a gente tira o dia, vai até Barreirinhas, faz uma compra e... traz em embarcações, tipo lancha ou barco, ou às vezes a gente vai com a Toyota de alguém daqui... parente da gente e a gente paga tipo um valor 300,00 ou uma parte do óleo e eles trazem pra gente.

P – E como funciona no período da chuva?

E – Aí é até às vezes um pouco complicado. Aí entra só lancha a maioria das vezes, e aí o, o bom da gente é que aí tá no período da baixa. Então, no período da baixa não dá muito cliente, então a gente não precisa comprar muita coisa. Então o período, tipo, se eu for duas vezes por mês em Barreirinhas, eu compro essas coisas, não é muita coisa, até porque a gente não precisa comprar muito porque vai estragar e aí a gente compra regulado e eu trago no mesmo transporte que eu vou, que é lanchas rápidas, as voadeiras. Aí a gente vai e traz. É o único meio de transporte que a gente utiliza mais, no período das chuvas.

(Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

O número máximo de turistas que a Sessé já atendeu em seu restaurante foram 50 pessoas. Quando aparecem turistas e o restaurante está cheio, sem espaço para atendê-los, ela indica outros restaurantes de Atins.

E – A gente indica outro restaurante, tem restaurante próximo então a gente indica “olha, tem esse restaurante aqui próximo, tem, tem outros mais lá na frente” ou então, ele vai decidir, porque... às vezes o cliente ele procura... comida... tipo pescado, eles procuram mais mariscos do mar e tem restaurante que oferece isso e tem restaurante que oferece pizza, carnes, aí a gente diz alguma opção pro cliente aí ele que decide o restaurante, mas a gente sempre indica.

(Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

Algumas pousadas indicam o Restaurante da Sessé quando os turistas chegam em Atins e em troca a Sessé oferece desconto para essas pessoas quando elas visitam o restaurante, dependendo da quantidade de turistas, ela até prepara um prato grátis para quem fez a indicação. Os turistas também ficam sabendo sobre o seu restaurante por uma página no instagram e por indicação de outros clientes.

E – Olha, a gente tem instagram, site a gente não tem, é... na verdade, a única rede mais que a gente tem é só o instagram, e aí o que o turista fica sabendo mais é pela boca, boca. Então, o cliente chega lá, o turista comeu e indica pro colega porque já chegou muitas, muitos assim. Tipo, é... chegou a moça: “olha, a gente só veio comer no seu restaurante porque... os amigos da gente tavam fazendo passeio junto e falaram que amaram a sua comida e a gente veio pra provar, pra ver se realmente é boa”, aí é, é, geralmente é boca, boca. Tem gente que já pegou a dica em Rio de Janeiro, São Paulo, teve um casal que chegou e disse assim: “Olha, a gente tava em São Paulo e nosso amigo falou desde lá que era pra gente não deixar de vim no Restaurante da Sessé” e aí a gente agradece muito porquê... esse negócio de boca, boca da super certo. E, e a gente, a gente também já fizemos algumas entrevistas pra alguns canais de televisão e as pessoas ficam sabendo pelos canais, tem gente que viu no... no youtube, tem, tem, eles... divulgam e tem pessoas que já viu e vem pra ver, pra, pra, pra conhecer.
(Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar a página do instagram



Instagram do Restaurante da Sessé contendo fotos e algumas informações sobre o restaurante.

Sessé fala que no início da pandemia de covid-19, ficou difícil pagar as contas fixas do restaurante porque o parque estava fechado para visitação. Mas, após sua reabertura, Sessé fez uso de algumas estratégias para reabrir o restaurante.

P – Como foi durante a pandemia de covid-19?

E – ah, no comecinho da pandemia, na verdade, Atins fechou. Então, ninguém trabalhou, ninguém conseguiu nada, na verdade, a gente e a gente tinha que pagar as contas. Então eu dei muita graças a Deus da minha, do meu salário de professora [sorrindo]. Então eu começava, eu paguei as contas do restaurante com salário de professora, porque era conta de luz, de internet e algumas contas básicas também a gente pagou tudo, eu pagava tudo com meu salário. [barulho de crianças correndo e brincando pela casa].

P – Atins fechou por quanto tempo? Você lembra?

E – Fechou por, eu acho que foi três meses. Aí começou, quando começou a voltar, a gente fazia delivery. Então, já que não podia atender no restaurante porque era proibido, aí a gente, mas poderia delivery, aí a gente, as pessoas faziam o pedido, a gente embalava tudo e ia deixar na, na pousada, na casa.

P – As pessoas faziam o pedido pelo WhatsApp?

E – Pelo aplicativo, WhatsApp, na verdade WhatsApp.

(Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

A fala de Sessé é importante porque mostra os arranjos que são feitos pelas famílias que possuem estruturas de atendimento ao turismo. Quando o restaurante estava

impossibilitado de funcionar por causa da pandemia, ela fez uso do seu salário de professora para cobrir as despesas do restaurante.

Quando perguntada sobre os pontos positivos de se ter um restaurante em Atins, Sessé destaca algo novo, fala sobre como se sente ao ser reconhecida pelo seu trabalho, ao ser elogiada por aqueles que provam da sua comida. Além disso, fala também sobre a importância da renda adquirida com seu restaurante para a manutenção da sua família.

P – Para você, quais os pontos positivos de ter um restaurante?

E – Olha, assim, o ponto, um dos pontos é a gente conhecer pessoas, tipo, é saber que a gente está sendo elogiado porque às vezes as pessoas chega “Ah Sessé você tá famosa!” [sorrindo]. Então, é muito bom você ouvir isso. Às vezes a gente fica sem reação porque diz “Meu Deus, será se eu tô assim mesmo?”, aí fica... aí é muito bom ser reconhecida pelas pessoas e também da trabalho pras outras pessoas que precisam, entendeu?! Ajudar a família da gente. Então, eu vejo mais por esse lado.
(Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

Sobre as dificuldades, ela destaca o acesso e preço dos ingredientes que são utilizados diariamente no preparo dos pratos e que precisam ser adquiridos na própria comunidade.

P – E quais são as dificuldades?

E – Aí tem muita, muita dificuldade, umas das dificuldades assim que a gente acha muito, que a gente tem muito é em termo de verdura, tipo, aqui e também muito caro o produto pra chegar até aqui o, e agora tá muito caro o arroz, feijão, então tudo que a gente usa é muito caro e verdura principalmente porque a gente compra aqui 10,00 o quilo de cada verdura, então sai o custo muito alto.

P – Esses produtos usados no dia-a-dia, essas verduras, todas você compra aqui?

E – Sim, compro aqui.

(Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

e) Cabana Pôr do Sol

A Cabana Pôr do Sol é bastante importante e significativa nesse trabalho porque pude acompanhar desde a idealização dessa estrutura, passando pela sua construção, até seu funcionamento. Isso só foi possível porque Dona Luza, proprietária do restaurante, e sua família, são as pessoas que me acolheram em Atins desde as pesquisas da minha monografia.

Dona Luza, possui 41 anos de idade, nasceu em Atins e é *marisqueira*. Seu marido Ita é pescador. Eles têm quatro filhos, Adailson, Mailson, Walison e André. Os dois primeiros filhos do casal foram ensinados a andar à cavalo, a pescar e mariscar desde os 2 anos de idade. Dona Luza disse que André, mais conhecido como Dedé, sempre ficava em casa brincando enquanto ela ia mariscar e pescar com seu Ita, até que um dia Dedé disse, mesmo ele ainda bem pequeno, que queria ir com ela, ela falou “não filho, fica aí brincando mesmo”, mas, ele insistiu para ir. Na primeira vez, ele catou poucos mariscos, mas da segunda vez em diante ele já pegou bastante. Ela também disse que ele, mesmo mariscando, gosta mais de

capturar siri com o *jeré*. Entretanto, quando o terceiro filho nasceu, houve algumas modificações no arranjo familiar por causa dos cuidados constantes que Walison precisava e precisa até hoje. Devido ao fato de ter sofrido paralisia cerebral durante o nascimento.

P. Como a senhora ensinou os seus meninos a pescar e a mariscar? Eles tinham quantos anos?

E. O Adailson quando, aliás, o Adailson desde pequenininho já foi logo também porque quando eu me ajuntei com o Íta, logo, a, é...

Eu engravidei do Adailson, aí o Adailson já desde dois ano [risos], o Adailson já muntava no, no jumento. Nós ia, nós fomo atrás de barro pra fã, pra construir nossa casa com Adailson já muntado.

P. Ele já ia, já...

E. Já ia amuntado já no jumento.

P. Sozinho?

E. E... Sozinho, agarrado aqui [apontando para as suas costas], nós trazia a carga de barro e, pra poder construir nossa casa. O Adailson com aí [Ei André! Dona Luza chama atenção do André e sorri meio sem jeito quando se lembra que a entrevista está sendo gravada] o, o... Ada, aí o Adailson já com... 2 ano é... ia acompanhado do pai dele, ou se não, do meu pai - do avô dele, pra campo, *campiar* atrás de animal, atrás de boi, dessas coisas, aí... com 2 à 3 anos, eles levavam [Adailson] porque era o xodó.

Aí sempre, e o Adailson era louco pa ir. Quando foi com 4 à 5 ano, nós ia, eu ia, mais o Íta às vez à tardinha pa pegar a janta, pra jantar, aí nós ia botar um lança e eu já levava ele, a idade de 4 ano, era ele e o Mailson, mas aí lá, já o Mailson já tava nascido. Que o Adailson tinha 4 ano e o Mailson já tinha dois. Aí ia eu, o Mailson e o Adailson e o Íta.

P. Aí quando nasceu o Dedé...

E. Aí não, aí quando já foi nasceu, quando nasceu o Walison, meu fie que é especial, aí já diminuiu mais.

P. Diminuiu o quê?

E. Eu não ia mais porque eu tinha que cuidar do Walison, eu já não ia pra praia pescar. Era muito raramente se alguém ficasse com ele, se não, eu não ia.

Aí só ia o Íta quando não ia com o Adailson, mas ele não era uma pescaria lá pro mar [pesca em mar aberto], mais longe, ele ia só aqui mesmo na beiradinha mesmo, porque o Adailson era pequeno ainda, a idade de uns, idade de 7 ano. Então não podia pescar lá fora e nem pa água mais funda.

Aí nós sempre, a gente levou eles, tudo eles sabe como pescar, como pegar siri, como tirar sururu, como tirar sarnambi, tudo foi nós, nunca eles foi de dizer assim "Há, eu aprendi pescar porque o meu vizinho levava", não, sempre foi aqui em casa.

P. Então, a pescar foram vocês dois que ensinaram? A senhora e o seu Íta?

E. Hum, hum.

P. E a mariscar também?

E. A mariscar também, nós dois.

P. Ia a família toda?

E. A família toda.

P. O Dedé aprendeu a mariscar...

E. O André, o André tinha 6 ano, já o André porque eu ficava difícil por causa do Walison, aí o André tinha 6 ano, mas a primeira vez que o André tirou, ele tirou uma bacia cheinha assim [ela mostrou a quantidade juntando as mãos] de sururu. Aí... depois ele tirou um baldinho, já ajudava.

P. E a tirar siri?

E. A pegar siri o André foi com o pai dele. Sempre ia com o pai dele porque o pai dele pegava siri.

P. E os outros? gostavam também?

E. Horra! Tudim. O André, o Mailson, o Adailson, só o Walison mesmo.

P. Eles iam sozinhos?

E. Não. Nunca foram só, sempre mas nós.

O André que, às vez, o André queria ir, mas, sempre ia - o André era mais pequeno e o Mailson era maior - sempre eles dois.

P. Eles gostavam?

E. Gostavam muito de pegar siri. Às vez, eles saíam daqui mei dia: “mamãe vou já pegar siri”, “Menino esse sol tá muito quente”, “Não mãe, é a hora da maré, rumbora lá”, e descia eles dois, sempre eles iam.

(Dona Luza, 37 anos, 23 de janeiro de 2018)

O sustento da família sempre veio da pesca e da *mariscagem*. Mas, com o aparecimento do turismo na região, a realização de atividades a ele relacionadas – seja a venda de parte do marisco e do peixe pescado para os restaurantes; seja vendendo estrume dos animais para adubar os jardins das pousadas; seja realizando passeios a cavalo com os turistas, ou trabalhando na construção e reformas de pousadas – passaram a representar uma nova frente de trabalho que auxilia a renda familiar.

Antes de construir o seu próprio restaurante, aos 35 anos de idade, Dona Luza trabalhou por alguns meses limpando casas de veraneio e fazendo comida para turistas. Embora Dona Luza reconheça que a renda adquirida com o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo é importante para manutenção da família, por ser uma renda “fixa” na alta do turismo, ela não deixa de apresentar as dificuldades, principalmente para as mulheres.

E. Eu já trabalhei. É bom, porque a gente ganha o dinheiro da gente mas, é uma coisa que puxa muito principalmente a gente dona de casa que a gente tem a responsabilidade em casa e no serviço. Então a gente fica muito cansativo, muito é... como eu posso dizer meu Deus, eu só sei que fica muito difícil pra gente dona de casa, eu te digo com toda certeza, é muito difícil a gente tomar conta da casa da gente e tomar conta do, das, que eles não tem assim aquela base, além de ser longe a gente sair de casa pra ir é longe, pra mim fica muito cansativo. Eu termino, tu já pensou fazer as coisas na casa dos outro, quando chegar fazer na minha.

(Dona Luza, 37 anos, 23 de janeiro de 2018)

Quando Dona Luza se envolvia com atividades relacionadas com o turismo de forma direta, ou seja, limpando casas de veraneio, fazendo comida e servindo os turistas que se hospedavam, era necessário todo um arranjo familiar específico, tendo em vista que seu Itamar trabalha como ajudante de pedreiro na reforma e construção de pousadas em Atins. Assim sendo, antes de ir para o serviço, Dona Luza tinha que deixar as tarefas de casa encaminhadas para Adailson e Mailson, os filhos mais velhos. Estes também precisavam cuidar dos irmãos mais novos enquanto Dona Luza estava trabalhando. O filho mais velho ia pescar sozinho ou com outros amigos quando necessário para alimentação familiar.

De acordo com Dona Luza, decisão de montar o restaurante veio em 2018,

P – Por que a senhora decidiu montar um restaurante?

E – Porque o Walison [sorrisos] quando, nesse período dessa experiência que eu tive de trabalhar na casa dos outro, o Walisson ficou muito sentido quando eu, é... mas foi por causa disso porque quando eu dizia que ia trabalhar pros outros ele, o Walisson dizia que não e... aí quando eu dizia que ia tirar sururu e o Walisson dizia que sim. Só que o sururu vai pela maré e, e o sarnambi um dia tá de manhã e quando dá a tarde é muito ruim pra gente tirar, então é sempre pela manhã e num é de dizer que todo dia vai pro sururu, não. É, depende da maré e aí, e mesmo desse tempo pra cá eu sinto muita, quando eu vou, eu vou, mas é menos porque é muito quente e aí eu num tava me sentindo muito bem, mas por causa disso também, questão de saúde que eu parei, diminui mais de tirar sururu e sarnambi.

P – Aí a senhora resolveu montar...

E – Aí resolvi também montar por causa disso, montar o restaurante e tamo nessa aí. (Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

A primeira estrutura que Dona Luza construiu foi na frente de sua casa, dentro dos limites do PNLN, para vender churrasquinho e galinha caipira, geralmente por encomenda, além de sorvetes, cervejas e refrigerantes. Entretanto, com a chegada da pandemia de covid-19, o restaurante ficou fechado por 1 ano. Quando Dona Luza reabriu, ela passou a vender só churrasquinho, mas segundo ela “era bem fraco”.

Foto 15 – Frente do primeiro restaurante Cabana Pôr do Sol



Fonte: Ana Luiza Sousa Romeiro, Atins, 24 de fevereiro de 2022.

A construção do segundo restaurante aconteceu no início de 2022, o primeiro não foi desmontado, mas não está mais sendo utilizado para atender turistas. Dona Luza fala um pouco sobre o processo de construção do novo restaurante e sobre os materiais utilizados.

P – Me fale um pouco sobre o processo de construção do restaurante, de onde vieram os materiais para a construção?

E – Ha... eu tive que comprar lá... eu... os pau eu comprei dos interior, da chapada.

P – Daqui de dentro do parque mesmo?

E – Não, fora... ali, perto, veio de lá, lá de perto de Urbano Santo.

P – Então as madeiras vieram lá de Urbano Santo?

E – Hum hum, daquele lado de lá, e... as madeira, e as paia eu tirei aqui do atoleiro e terminou com pedaço, com teia. E as varas também é do atoleiro, as vara que teve, que é ligado a ripa.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

Atualmente, Além de Dona Luza, sua mãe, irmã e uma prima trabalham juntas no restaurante.

P – Quem trabalha com a senhora no restaurante?

E – A mamãe, Maria de Nazaré e a comade Edite, a Edite, e... a... Erlilse também. Aliás, a família toda é... ali junto, viu?! [sorrisos]

P – A Erlilse também é da família?

E – É, é da família.

P – Essas pessoas são sócios? A senhora paga elas?

E – Não, a mamãe e a comade Edite a gente entrou em sociedade, tipo, a gente não vai tirar nada, não tamo tirando lucro nenhum, agora no momento, somente comprando algumas coisas que falta, aí que vou dizer pra elas que num tinha como pagar e aí a gente entrou assim, que no dia que tiver levantado aí gente reparte tipo sociedade mesmo, o estabelecimento é meu, mas a gente divide a... quando tiver... o lucro, a gente divide.

P – E a Erlilse também?

E – Não, a Neneca não, a gente paga ela 600,00.

P – Por mês?

E – Por mês.

P – A Neneca recebe 600,00 por mês, mas não tem carteira assinada?

E – Não, só mesmo pra ajudar aí.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

Os pratos vendidos no restaurante são galinha caipira 35,00 R\$, camarão alho e óleo 55,00 R\$, camarão grelhado 60,00 R\$, peixe grelhado 50,00 R\$, churrasquinho 15,00 R\$, bife acebolado 40,00 R\$, filé de frango 30,00 R\$, peixe frito 40,00 R\$. Entretanto, Dona Luza cobra um preço menor para os moradores da comunidade. Geralmente, as pessoas ligam para Dona Luza com antecedência para dizer que vão comer lá ou para avisar que vão levar um grupo de turistas para almoçar ou jantar. Entretanto, dependendo do que a pessoa quer comer, Dona Luza também aceita pedidos no local. A maioria dos produtos utilizados para fabricação dos pratos no restaurante, Dona Luza cria no seu quintal ou pesca. Mas, alguns deles precisam ser comprados.

P – O que a senhora vende no restaurante, tipo a galinha, o peixe, a senhora cria ou compra de alguém?

E – A galinha nós cria e aí a gente compra também quando tá pra acabar também as nossa, porque só as nossa num dá e... e o peixe, quando o Ita, o peixe grande que o Ita pesca ali a gente bota também, quando não é, a gente compra do barco do porto ali mesmo.

P – E o camarão?

E – O camarão também comprado, ninguém pesca.

P – A senhora compra essas galinhas de quem?

E – a, a, umas que eu comprei agora que eu num matei as minha ainda, que eu disse “deixa mais”, a gente comprou da comade, da Sandra, compramos acho que quatorze, e... aí é assim, a mamãe cria, eu crio aí a gente vai tirando as nossas, quando num tiver, a gente vai comprando pra poder pra ir botando também.

P – O camarão é comprado dos barcos?

E – É, dos barco.

P – Quanto está custando o quilo do camarão?

E – Mermã, pra falar a verdade, tá cinquenta e cinco.

P – Camarão fresco?

E – Camarão fresco.

P – E o arroz...

E – ah, o arroz a gente... em Barreirinhas.

P – Os produtos que são comprados em Barreirinhas eles são entregues aqui ou a senhora que vai buscar?

E – Não, tem um rapaz que vende, a gente compra dele aqui mesmo que fica mais fácil. A gente faz a mercearia dum rapaz que vem no carro e traz. Aí ele faz a entrega aqui mesmo.

P – A senhora paga alguma taxa para ele trazer até aqui?

E – Não, ele só cobra mais caro as coisa.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

Caminhando pela praia de Atins a noite com Dona Luza e Neinha, outra moradora da comunidade, pude fotografá-las comprando peixe-serra e arraia de um barco de pesca que estava ancorado enquanto os pescadores estavam colocando os peixes no gelo para serem revendidos para as pousadas de Atins e Barreirinhas no dia seguinte. Como eles estavam precisando de dinheiro para comprar bebidas, eles venderam todos os peixes-serra que Dona Luza escolheu por 20,00 R\$ e cada arraia por 5,00 R\$. Dona Luza ficou bastante feliz porque, por ter sido a primeira a avistá-los, ela conseguiu comprar peixes frescos por um bom preço. Quando outros moradores conseguiram chegar até o barco, os pescadores já tinham colocado o peixe no gelo e não quiseram mais vender.



Foto 15 - Pescadores mostrando uma arraia

Foto 16 - Pescadores mostrando um peixe serra

Foto 17 - Dona Luza e Neinha escolhendo os peixes

Foto 18 - Neinha segurando os peixes comprados

Fonte: Ana Luiza Sousa Romeiro, Atins, 09 de junho de 2022.

A maioria dos clientes da Dona Luza são pessoas da própria comunidade. Todas as noites ela prepara e vende churrasquinhos para aqueles que fazem pedido e um de seus filhos realiza as entregas. Quando alguém precisa fazer uma reunião, ou comemorar alguma data, eles fazem a encomenda de um pato, uma galinha caipira ou uma ovelha e Dona Luza prepara para eles no restaurante. O máximo de turistas que Dona Luza já atendeu ao mesmo tempo em seu restaurante foram 20 pessoas. Entretanto, ela fala um pouco sobre as dificuldades de atender várias pessoas ao mesmo tempo, pedindo pratos diferentes.

P – Qual o número máximo de pessoas que a senhora consegue atender sem ficar muito corrido?

E – [pausa para pensar] é... depende, porque assim, se for muita gente e se for só um tipo de comida, não fica tão aperreado. Mas, se for muita gente e pedir vários tipos de comida, ou se não, até se fosse, até dez pessoas, se for dez pessoa, é pouca né? Mas, se cada um pedir um prato de, uma coisa diferente aí fica bem complicado. Então, a gente num sabe qual é a, quando, o certo é que se um cliente pedi “eu quero uma galinha caipira, nós somos dez”, num vai sair tão complicado, só apenas fazer a galinha caipira, o arroz, o feijão e... e o pirão e servir, pronto.

P – Mas se forem dez pedidos diferentes...

E – Agora se for dez pedidos diferentes, fica bem complicado, fica mais pesado porque aí você num sabe se faz aquele prato, se faz aquele outro, então por isso que eu num coloquei tantos pratos de comida por causa disso, porque se não fica um coisa muito pesada.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

Os turistas ficam sabendo do restaurante da Dona Luza através de indicações dos próprios moradores e de guias.

P – Como os turistas ficam sabendo do seu restaurante?

E – É... eu conheci a moça, uma moça que ela já trouxe e vai trazer amanhã de novo, é... ela já trouxe dezessete, amanhã de novo, ela... encostou aqui em casa uma vez, aí eu vendia, já vendia, já tinha a cabana, a outra, e ali a gente começou a conversar e ela puxou assunto, eu disse, eu disse pra ela o quê que eu fazia ali, vendia galinha caipira, fazia o peixe grelhado, um camarão, aí ela pegou... ficou escutando, aí nesse tempo o meu, o Leo fazia aquele... num é, fazia o suquinho e fazia um... o quindinho, um tipo de um suquinho que era muito, e... aí ela começou, perguntou o quê que eu vendia, amostrei pra ela que eu vendia sorvete, suquinho, tinha outros tipos lá que eu já me esqueci, e aí ela comprou o suquinho, de coco, ela começou a chupar o suquinho de coco e eu conheci essa moça. E aí ela... começou a trazer pessoas, às vezes traz, outro dia ela trouxe dez, aí agora outro dia dezessete, agora amanhã de novo dezessete e assim, ela, ela também trouxe outro dia dezessete só que eu tive que transferir porque eu ainda não tinha terminado de construir, passei pra outra pessoa, mas... conheci assim, e aí às vezes as pessoa passa aí, encosta e compra, outros vem e também conheci um paulista, mas ele ainda num vem ainda esse ano depois da pandemia, eles num vieram, porque eles encomendam carneiro, esses a gente faz pela encomenda, encomendou um carneiro aí assado aí gente faz e os outros são pessoas daqui do nosso lugar mesmo que vem, com, com os daqui mesmo. A maioria, eu acho que mais é nativo.
(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

Por estar na casa de Dona Luza no dia em questão, pude acompanhá-la recepcionando o grupo de senhoras trazidas de Minas Gerais pela guia turística de quem Dona Luza fala. Foi importante para perceber todo trabalho que antecede a recepção de um grupo de turistas.

Foto 20 – Preparo do camarão e recepção de turistas no restaurante Cabana Pôr do Sol



Fonte: Ana Luiza Sousa Romeiro, Atins, 05 de agosto de 2022.

Pela manhã, Dedé molhou o chão do restaurante para a areia ficar menos solta e Dona Maria, mãe de Dona Luza lavou as cadeiras e limpou as mesas do restaurante enquanto a Neneca lavou as louças. Mais tarde, enquanto Dona Luza organizava os pratos, Dona Maria preparou os acompanhamentos dos pratos. Por sua vez, Edite e Raiumara prepararam o camarão grelhado.

As senhoras chegaram quase 12h, elas comeram, conversaram, sorriram, tiraram várias fotos. Quando terminaram de almoçar, uma delas, que nunca havia andado de quadriciclo, pediu para que Mailson levasse ela até as dunas e ele aceitou. Esse processo foi importante para observar como toda a família precisou ser envolvida para atender a esse grupo de 10 mulheres e como isso alterou toda a organização familiar. Por exemplo, o almoço da família que geralmente acontece às 12h no máximo, só pôde acontecer às 14h. Outra coisa importante de observar é que os turistas olham para os nativos como exóticos, por exemplo, durante a ida das mulheres ao banheiro da casa de Dona Luza, elas foram fotografando a cozinha da casa, e comentando como era diferente o modo como as panelas eram penduradas em uma coluna de madeira, como a casa era organizada ao olhar pelas janelas dos quartos etc. Quando elas foram embora, percebi que a tensão de Dona Luza passou. Ela estava bastante apreensiva sobre a reação das mulheres em relação ao atendimento, a estrutura do restaurante e se iriam gostar da comida.

f) Agência do Everton

Everton tem 41 anos e nasceu em Atins, sua família vivia da pesca e da *mariscagem*. Atualmente, ele é o proprietário de uma agência de turismo construída ao lado da casa de sua mãe na parte de Atins localizada fora dos limites do PNLM.

Foto 21 – Entrada da Agência do Everton



Fonte: Ana Luiza Sousa Romeiro, Atins, 09 de junho de 2022.

Antes de montar a agência, o Everton trabalhou para empresas em São Paulo e para firmas quando retornou para Barreirinhas.

P – Sim, com o que o senhor trabalhava antes de ter essa agência?

E – Antes eu, meu pai, eu, a gente tudo na pesca, tá?! Depois eu fui pra São Paulo, morei lá dez anos pra conseguir [pausa] alguma grana, pra movimentar alguns negócios, e, a vida lá também foi complicada, sofrida, mas, graças a Deus. Então, dez anos, depois de dez anos vim pra, pra Atins, aí cheguei em Atins, não fiquei aqui em Atins, trabalhei mais cinco anos pra fora, ta?! Passava quarenta dia é... viajando pra empresa e voltava pra cá passava vinte, tá?! Depois que eu saí dessa... dessa rotina, dessas empresa, aí foi que eu vim pra parte do turismo porque aqui em Atins agora que tava começando, ta bom?! Aí, eu vim pra parte do turismo. Então, com o dinheiro que eu peguei eu comprei um pálio, comecei a trabalhar e... depois o movimento foi aumentando e eu comecei investir, tá?! Nas coisa que hoje é... é o sustento, né?! De nós, das nossas casa, dos meninos que trabalha tudo comigo, tá?! E é isso, a gente tá levando a vida.

(Everton, 41 anos, 11 de junho de 2022)

A decisão de construir uma agência aconteceu em 2016, entretanto, Everton só conseguiu construir em 2018.

P – Por que o senhor decidiu montar uma agência aqui em Atins?

E – Olha, tipo assim, eu vi que Atins a... tipo um lugar que ele ia crescer e que tava, o turismo tava começando a chegar e ia ter procura, e a parte da pesca então eu vi que é uma, que é uma coisa que não, não dá, tipo assim, só dá pra gente, é... se manter, se manter. Mas, pra compra uma coisa não tem como a gente tirar da pesca porque o que a gente ganha, geralmente, só dá pra manter e mal. Tá bom?! Então, foi a possibilidade que eu vi que dava pra, pra gente ir... engajar nessa parte do turismo.

(Everton, 41 anos, 11 de junho de 2022)

O Everton conta com 8 funcionários. Quatro pessoas trabalham com ele como motoristas dos carros e guias, uma pessoa é responsável por transportar os turistas de Barreirinhas para Atins em uma lancha e três pessoas guiam os quadriciclos nos passeios. Os passeios oferecidos por sua agência são:

E – É, os serviços é, nós temos os passeios das lagoa, tá?! Passeio da lagoa Canto do Atins, nós tem os passeio é das lagoa, é... Ponta do Mangue que tem também várias lagoa, aí nós tem o passeio da revoada dos guarás de lancha, nós tem o passeio do rio que é do... dos pequenos lençóis que é vassouras pra conhecer os macaquinho, tá?! E... nós temos passeios também de quadriciclo, também que é pra ir todos pras lagoa, pequenos lençóis também, tá?! Nós tem tudo de passeio.

(Everton, 41 anos, 11 de junho de 2022)

O máximo de turistas que o Everton já conseguiu atender foram 60 pessoas na alta temporada do turismo. Sua agência funciona o ano todo e conta com dois carros, três quadriciclos e uma lancha. Os turistas ficam sabendo de sua agência por meio do instagram e indicações de pousadas.

P – Sim... como os turistas passam a conhecer sua agência?

E – Olha, a gente tem... instagram, viu?! Nós tem o instagram, e... tipo assim, é... as pousada me indica tá?! então quando o cara faz a reserva na pousada, então a pousada já indica, olha “você liga pra esse rapaz aqui que o cara do passeio aqui em Atins, ele tem uma agência, do passeio, dos translado de São Luís” então o cara já vai fechar tudo comigo por indicação da pousada, tá?! Porque eu, eu trabalho com várias pousada aqui em Atins, tá?! Então essas pousada já passa meu número e já vão lá, tá?! Eles vão primeiro no instagram lá pra ver como é que é a... a agência, se tem alguma coisa errada, tá?! Depois eles entram em contato e a gente começa a conversar e fecha os pacote por conta disso. Tá bom?!

(Everton, 41 anos, 11 de junho de 2022)

Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar a página do instagram



Instagram da Agência do Everton contendo fotos e algumas informações sobre a agência.

Em Canto do Atins existem duas iniciativas locais de atendimento ao turismo, o restaurante do Seu Antônio e o restaurante da Dona Luzia. Dentre esses, por critérios como disponibilidade e proximidade, escolhi conversar com o Seu Antônio e sua filha Elinajayra sobre o restaurante.

Seu Antônio tem 57 anos, nasceu em Ponta do Mangue – comunidade vizinha, e mora em Canto do Atins a 35 anos. Antes de montar o restaurante, seu Antônio vivia da pesca. A decisão de montar o restaurante aconteceu após o aparecimento dos barcos de arrasto na *região das praias* e a conseqüente diminuição dos peixes.

O Restaurante do Seu Antônio foi construído em 2004, atualmente, além de seus filhos e esposa, 20 pessoas trabalham com ele no restaurante. Todas essas pessoas são de Canto do Atins e comunidades próximas pagos por meio de salários ou diárias.

Foto 22 – Famoso camarão escalado preparado e vendido no Restaurante do Antônio



Fonte: Ana Luiza Sousa Romeiro, Canto do Atins, 15 de abril de 2022.

O cardápio do restaurante conta com o famoso camarão grelhado 130,00 R\$ - carro chefe do restaurante, já saiu até em jornais, camarão alho e óleo 130,00 R\$, camarão lençóis 130,00 R\$, peixe grelhado 110,00 R\$, peixada 140,00 R\$, peixe frito 110,00 R\$, peito de frango 110,00 R\$, omelete e macarrão alho e óleo 90,00 R\$, carne de sol 110,00 R\$, batata, água, cervejas, sucos, refrigerantes e caipirinha. Seu Antônio compra todos os produtos utilizados na fabricação dos pratos vendidos em seu restaurante.

P – O senhor cria, pesca o que é vendido aqui?

E – Eu compro.

P – De onde?

E – Mandacarú.

P – O senhor faz o pedido e eles trazem ou senhor vai buscar?

E – [pausa para pensar] eu vou buscar lá porque os barcos descarregam lá, eu tenho uma pessoa que compra pra mim lá e eu vou, pego lá.

P – E como funciona no período da chuva para comprar esses produtos?

E – Olha, a gente compra do mesmo jeito, é difícil, né?! É difícil, mas... a gente vai, né?! Mas, num é fácil não porquê... aqui no período da chuva chove..., fica... as trilhas por onde a gente anda daqui pra Barreirinhas ficam muito alagada, mas a gente faz umas outras trilhas e a gente vai, né?!

(Seu Antônio, 57 anos, Canto do Atins, 06 de agosto de 2022)

Os turistas ficam sabendo do restaurante do seu Antônio por meio da indicação de agências de Barreirinhas e de Atins. Algumas dessas agências levam os turistas direto para o restaurante do seu Antônio para almoçar logo após a realização dos passeios nas lagoas.

Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar a página do instagram



Instagram do Restaurante do Seu Antônio contendo fotos e algumas informações sobre o restaurante.

James Scott, tendo por objetivo “revisar algumas teorias clássicas sobre o campesinato” (2002, p.10), mostra que as rebeliões e revoluções camponesas apresentadas em diferentes trabalhos, fruto de arquivos criados pelas classes dominantes, supervalorizam episódios históricos de disputas camponesas onde houveram conflitos sangrentos, momentos de fúria. Assim sendo, prevalece nessas teorias uma desqualificação das formas de resistência que são cotidianas, duradouras, com grande potencial revolucionário, “as armas comuns dos grupos relativamente sem poder” (SCOTT, 2002, p.12). Isso acontece porque há dificuldade em visualizar essas formas de resistência e quando elas são identificadas, existe o questionamento se são “ganhos individuais imediatos ou formas cotidianas de resistência” (SCOTT, 2002, p. 25). Tendo em vista que estas possuem um caráter de atuação individualizada, são anônimas e silenciosas.

Devido as interferências do Estado, na figura do ICMBio, na prática de atividades tradicionalmente realizadas pelas famílias, o aparecimento de turistas na região e a diminuição dos peixes pescados devido a prática de esportes como o *kitesurf* – que de acordo com os pescadores, o barulho feito na água pela prancha de *kitesurf* espanta os peixes, e do aparecimento de barcos de arrasto na *região das praias*, algumas famílias enxergaram no turismo a possibilidade de ter uma renda que lhes permitisse permanecer no seu território.

- P – O senhor mora aqui em Canto do Atins faz quanto tempo?
E – Moro aqui já tá uns... Uns trinta e cinco anos, eu acho.
P – Com o que o senhor trabalha atualmente?
E – Olha, hoje eu trabalho com restaurante.
P – Antes o senhor trabalhava com o que?
E – Antes... eu... sou pescador, antes eu só pescava.
P – Por que o senhor decidiu montar um restaurante?

E – [pausa para pensar] porque... a pesca, não tava dando mais, aqui nera?! E... os, tinha uns barco aí que, que a gente chama de arrastão, né?! [Que] pescava camarão, esses barco foram, acabaram com o peixe da gente daqui do Canto a onde a gente pescava, e aí começou pintar o turismo aí, né?! E a gente começou a trabalhar com o turismo, né?! E... cabou o peixe, mas chegou o turista, né?! Pra ajudar [sorrindo]. (Seu Antônio, 57 anos, Canto do Atins, 06 de agosto de 2022)

Em alguns casos, como o do seu Antônio, foi possível se envolver com o turismo já com a construção de sua própria estrutura de atendimento ao turismo. Ou, como é o caso da Dona Rita, que possui uma pousada em Atins, transformando a sua própria casa em uma estrutura para também atender turistas.

E – É... eu já comecei a trabalhar com turismo, mas... com a pousada, mas era bem pequena, entendeu, e... aí eu comecei devagarzinho.
P – e era aqui mesmo?
E – Era aqui mesmo.
P – É... e a senhora construiu essa pousada em que ano?
E – [pausa para pensar] É, mais ou menos... ela na verdade era minha casa que eu moro, entendeu? Eu, eu construí ela e me casei em setenta e oito, desde esse tempo que eu tenho essa casa.
(Rita de Sousa Araújo, 61 anos, 11 de junho de 2022)

Em outros casos, os moradores se envolveram com o turismo somente quando este já estava em expansão, começaram trabalhando como empregados em estruturas de empresários externos a essas comunidades, como é o caso de Sessé que possui um restaurante em Atins, para só depois conseguirem construir sua própria estrutura de atendimento ao turismo.

P – Certo, com o que você trabalhava antes de ter um restaurante?
E – Eu trabalhava com restaurante também, eu era, primeiro eu comecei a ser... garçoneiro, na verdade, eu comecei como babá, da moça que era, tinha um restaurante. Aí depois que ela viu que dava pra mim atender, aí ela começou a me botar pra vender na frente, aí eu comecei a ser garçoneiro. Aí depois de garçoneiro, eu começava a ajudar as meninas no restaurante, na cozinha, e aí além de ser garçoneiro, porque no período vago, porque, naquele período, principalmente na baixa tinha pouca gente, e aí dava tempo eu ir ajudar a menina, porque o restaurante num tinha como manter todos os funcionários, então eles dispensavam alguns, e aí quando, a cozinheira não tinha auxiliar, aí eu atendia o cliente e auxiliava a cozinheira. E aí eu comecei a ser auxiliar, depois eu deixei de ser garçoneiro e fui ser auxiliar de cozinha [sorrindo]. Aí depois deixei de ser auxiliar de cozinha e me tornei cozinheira da, do restaurante. Aí depois saí e montei o meu restaurante. (Sessé, 28 anos, 12 de junho de 2022)

A resistência cotidiana dessas famílias, “armas que os fracos têm”, nos termos de James Scott, é uma formulação analítica elaborada a partir de uma realidade empiricamente observada. O envolvimento das famílias de Atins e Canto do Atins com a prática de atividades relacionadas ao turismo, seja trabalhando como empregados nas estruturas de empresários externos a essas comunidades, seja construindo sua própria estrutura de atendimento ao turismo, caracteriza-se como estratégias familiares que visam garantir a reprodução social e material das famílias e suas permanências em um parque nacional.

Implicações sociais, econômicas e socioambientais do turismo em Atins e Canto do Atins

De acordo com Barretto (2000), “historicamente, a primeira ciência a estudar o fenômeno turístico foi a Economia, seguida das Ciências Sociais e da Geografia” (p. 85). Enquanto as Ciências Econômicas estudaram os efeitos positivos do turismo decorrentes da geração de renda provenientes das visitas realizadas pelos turistas, a Geografia se preocupou em compreender os problemas gerados ao meio ambiente pela presença de turistas nessas áreas, já as Ciências Sociais centraram sua atenção nos impactos decorrentes do contato de visitantes excursionistas com as populações residentes.

Em Atins e Canto do Atins o turista chegou antes do turismo, ou seja, antes de planejamento, investimento por parte do Estado em infraestrutura, construção de estruturas para atendimento de turistas etc. Isso é explicitado quando seu Antônio, proprietário de um restaurante em Canto do Atins, fala que “[...] começou pintar o turismo aí, né?! E a gente começou a trabalhar com o turismo, né?!” (Seu Antônio, Canto do Atins, 06 de agosto de 2022). O envolvimento das famílias com iniciativas locais de atendimento aos turistas se deu com o aparecimento destes na região e a sua consequente procura de produtos e serviços, tais como locais em que pudessem se hospedar, refeições, guias turísticos para realização de passeios etc. Assim, quando as famílias perceberam que havia demanda desses produtos e serviços e que isso gerava uma complementação da renda familiar, estas se organizaram e reorganizaram ao longo dos anos em diferentes arranjos familiares estratégicos para permanência no território.

Nesse sentido, as implicações positivas do turismo são aqui entendidas como aquelas que trazem benefícios para as comunidades estudadas, já as implicações negativas são aquelas que causam impactos para o modo de vida das famílias e para os recursos ambientais.

Quadro 4 – Implicações positivas e negativas do turismo em Atins e Canto do Atins

IMPLICAÇÕES POSITIVAS	IMPLICAÇÕES NEGATIVAS
SOCIAIS	SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Sensação de bem-estar pelo convívio com outras pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Xenofobia; • Cercamento da praia; • Interferência na prática de atividades tradicionalmente realizadas – prática

	<p>do <i>kitesurf</i>, proibição da criação de animais soltos próximos as pousadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deterioração da mão-de-obra; • Reclamações dos donos de pousadas sobre a realização de festas tradicionais pelas famílias; • Sobrecarga na visitação com perda de hospitalidade para as famílias – por exemplo, “Virada dos Lençóis”; • Insegurança decorrente do aparecimento de drogas e roubos.
ECONÔMICAS	ECONÔMICAS
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos e renda; • Possibilidade de existência de iniciativas locais de atendimento ao turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Especulação imobiliária; • Perdas sazonais de empregos; • Opções de empregos servis, com péssimas condições de trabalho e baixos salários; • Inflação e acréscimo no custo de vida das famílias.
SOCIOAMBIENTAIS	SOCIOAMBIENTAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Sinal de telefonia; • Energia elétrica e solar; • Presença de posto de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição de ambientes de visitação através de resíduos descartados incorretamente; • Contaminação de peixes pela camada grossa de protetor solar deixadas em lagoas anteriormente utilizadas pelas famílias para pesca; • Poluição da paisagem através do excesso de construção de estruturas para atendimento do turismo com características arquitetônicas que destoam da paisagem local; • Utilização de recursos naturais para construção de estruturas locais de atendimento ao turismo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de pesquisa, 2023.

Algo que chamou a minha atenção durante a realização de trabalho de campo com as famílias no contexto de realização da minha monografia de conclusão de curso de graduação, foi o modo como elas sempre levantaram aspectos positivos e negativos da atividade do turismo para suas vidas.

E. (...) um lugar que foi muito bom, primeiramente foi muito bom por causa do turismo que as pessoa vem e a gente vende as coisas, tem pessoas, que nem todos são, nós somos igual, mas tem uns que é muito exigente e... Eu acho assim, o turismo foi muito bom mesmo, mas eles querem tipo... não sei se tu sabe, que num lugar tem que ser olho por olho, dente por dente. Se uma pessoa errar desse tantim eles já condena desse tantão, então é uma coisa muito assim, doída.

(Luzilene Santos Aguiar, 37 anos, 23 de janeiro de 2018)

P. E quando você era criança, já tinha o turismo aqui no povoado?

E. Não.

P. Tu foi acompanhando isso de acordo com o teu crescimento?

E. Foi.

P. Quais foram as mudanças que você observou?

E. Chegou muito turista, muito rato, fazendo muita pousada, essas coisas.

(Mailson Santos Aguiar, 15 anos, 24 de janeiro de 2018)

Algo presente nas falas tanto dos adultos quanto dos *jovens*, como podemos observar nesses dois trechos de entrevistas apresentados acima, é a insatisfação dos moradores quanto ao modo como os turistas e como os donos de pousadas tratam as famílias que moram em Atins. Como me disse Dona Luza “como tratam as pessoas do lugar”. Apesar das famílias reconhecerem no turismo a possibilidade de obtenção de renda e uma alternativa para minimizar as dificuldades enfrentadas para permanência no PNLM.

Além do modo indiferente que alguns turistas tratam os moradores, também há reclamação do uso que os donos de pousadas fazem do lugar. Eles são de outras regiões do país e até mesmo de outros países. Alguns fecham suas pousadas na baixa temporada do turismo e só retornam na alta. A relação com Atins visa apenas a obtenção de lucro através da prestação de serviços aos turistas e não se preocupam, segundo os moradores, em dar nenhum retorno ao lugar, de ajudar as famílias de alguma forma. Eles compram os mariscos de algumas famílias para venda, mas pagam um preço muito baixo, contratam algumas pessoas de carteira assinada, e outras sem assinar, mas a carga horária de trabalho é intensa, no período de alta temporada, chegando a ser de domingo a domingo. Alguns, nesse período, dormem no serviço.

As condições de trabalho para as mulheres adultas nessas estruturas de atendimento ao turismo são ainda piores, elas relatam que é muito mais difícil o envolvimento delas com o

turismo, tendo em vista a jornada de trabalho exigida por esses empreendimentos. Têm mulheres que trabalham a semana inteira com algumas folgas pontuais, chegando cedo e saindo tarde. Aquelas que não têm filhos jovens, parentes ou amigos com quem deixar suas crianças pequenas, acabam tendo que dar conta de uma dupla jornada de trabalho como relata Dona Luza.

E. Eu já trabalhei. É bom, porque a gente ganha o dinheiro da gente mas, é uma coisa que puxa muito principalmente a gente dona de casa que a gente tem a responsabilidade em casa e no serviço. Então fica muito cansativo, muito é... como eu posso dizer meu Deus, eu só sei que fica muito difícil pra gente dona de casa. Eu te digo com toda certeza, é muito difícil a gente tomar conta da casa da gente e tomar conta das, que eles não tem assim aquela base, além de ser longe a gente sair de casa pra ir é longe, pra mim fica muito cansativo. Eu termino, tu já pensou fazer as coisas na casa dos outro, quando chegar fazer na minha.

P. Então para as mulheres é mais difícil?

E. Pras mulheres é muito difícil.

(Luzilene Santos Aguiar, 37 anos, 23 de Janeiro de 2018)

Construção de pousadas, casas de veraneio, restaurantes, bares e escolas de *kitesurf* à beira da praia privatizam o mar e criam limites entre os visitantes e os nativos. Assim, a construção de cercas em torno dessas estruturas visam restringir o acesso dos nativos a esses ambientes, tradicionalmente utilizados para pesca e *mariscagem*, que passam agora a serem voltados para atendimento e bem estar de visitantes excursionistas.

Os empresários externos a essas comunidades também incentivam a prática do *Kitesurf* sem a preocupação com o estabelecimento de limites para a prática. Isso tem gerado alguns conflitos com os moradores devido ao fato de a prática irresponsável do *kitesurf* em locais tradicionalmente utilizados pelas famílias para a prática da pesca, espantar os peixes por meio do barulho que a prancha utilizada nessa atividade faz na água. Os professores de *kitesurf*, por exemplo, chegam a exigir em reuniões e mensagens em grupos de WhatsApp que os pescadores artesanais da comunidade de Atins ancoram seus barcos distantes da área utilizada por eles para iniciar turistas na prática do esporte.

Os empresários, donos de estruturas de atendimento ao turismo também interferem na prática de atividades tradicionalmente realizadas ao proibirem a criação de animais soltos próximos às pousadas por conta dos dejetos deixados pelos bichos que, segundo eles, incomodam os turistas.

Além disso, quando conversei com Dona Maria, mãe de Dona Luza, ela me disse que um dos pontos negativos do turismo em Atins é o fato dos donos de pousadas reclamarem de barulho sempre que as famílias fazem festas ou ligam qualquer aparelho de som no povoado. Isso tem dificultado a realização de festas tradicionalmente realizadas pela comunidade. Em

contrapartida, por exemplo, desde 2019 tem se realizado vários dias de festa para os turistas que desejam passar a virada de ano no PNLM. A primeira edição dessa iniciativa contou com vários problemas para as famílias, tais como: aparecimento de drogas na comunidade, barulho de som contínuo durante os dias de realização das festas, banheiros químicos deixados por vários dias após as festas na beira da praia e, de acordo com os moradores, os resíduos deixados para traz pelos turistas foram recolhidos pelas *crianças* da comunidade através de uma gincana proposta pelas escolas. Na última virada de ano, de 2022 para 2023, o evento intitulado “Virada dos Lençóis: para sentir de corpo e alma”, em sua segunda edição, aconteceu em Atins do dia 26 de dezembro até o dia 02 de janeiro. Os valores dos ingressos eram a partir de R\$ 200,00 e reuniu muitos turistas nacionais e internacionais. Segue abaixo o link do site do evento.

Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar o site do evento “Virada dos Lençóis”



A presença crescente de diferentes tipos de drogas que são trazidas pelos turistas e que os *jovens* do povoado acabam tendo contato, além do aparecimento de roubos na região, são também problemas enfrentados pelas famílias e que contribui para sentimento de insegurança e temor generalizado.

A respeito das implicações econômicas negativas do turismo, a especulação imobiliária nessa região se destaca. Em várias etapas de realização de trabalhando de campo, como mencionado anteriormente, é notória a quantidade de placas de venda de terrenos e construções de condomínios presentes nas ruas de Atins. Em Canto do Atins, também localizei uma placa de venda de terrenos.

Já as perdas sazonais de empregos estão intimamente relacionadas ao caráter sazonal do turismo na região, enquanto na alta temporada novas pessoas são contratadas continuamente – incluindo pessoas vindas de Barreirinhas e São Luís, para atender o grande fluxo de turistas, na baixa temporada – quando a maioria desses empreendimentos são fechados, o número de pessoas contratadas cai drasticamente. Arelado a isso está a baixa remuneração de parte dos funcionários contratados e a inexistência de garantia de direitos

trabalhistas para a maioria dessas pessoas, além de péssimas condições de trabalho.

A inflação e acréscimo no custo de vida é destacada por Dona Luza quando ela fala que “basta dizer que é de Atins pra tudo ficar mais caro”.

Consequências nefastas para o ambiente também são observadas em decorrência das atividades turísticas. Devido ao grande fluxo de turistas, uma camada grossa de protetor solar se forma nas lagoas perenes e como os peixes contaminados não podem mais ser consumidos, as comunidades deixam de utilizar essas lagoas, a poluição da paisagem devido ao excesso de construção de estruturas para atendimento de turistas que destoam da paisagem local também é inegável, a esse respeito é importante olhar a foto 1 presente nessa dissertação, a utilização de recursos naturais por empresários, como por exemplo a retirada de areia do igarapé, para construção de estruturas também é observada.

É importante ressaltar que as implicações negativas do turismo estão mais presentes em Atins do que em Canto do Atins devido ao fato desse povoado possuir várias estruturas de atendimento ao turismo de empresários externos a essa comunidade. Inclusive, conversando com Elinajayra, moradora de Canto do Atins, ela disse que olha para Atins com medo do que o turismo, no futuro, pode vir a trazer de implicações negativas para sua comunidade caso estruturas sejam construídas pela empresa concessionária.

A seguir, apresento dois quadros (respostas dadas pelas meninas e meninos) que foram produzidos a partir da realização de um grupo focal com dez *juvems* estudantes, cinco meninas e cinco meninos, que possuem entre 13 e 17 anos e cursavam do oitavo ao nono ano no colégio José Serejo, a dinâmica incluía cinco perguntas que após respondidas individualmente numa folha de papel, foram comentadas e discutidas por todos em grupo. Quando perguntados sobre os aspectos positivos e negativos do turismo, eles escreveram a resposta em uma folha de papel A4, trocaram as respostas e comentaram o conteúdo com os colegas. Durante os comentários, alguns temas chaves sobre o turismo foram surgindo.

Quadro 5 – Respostas dadas pelas meninas

	Perguntas	Respostas dadas pelas meninas
7	Pontos positivos do turismo	“Poder mostrar o lugar lindo onde moramos e com o turismo renda, dinheiro”; “Conhecer novas pessoas, o lucro (fonte de renda) e falar como é bonito o lugar onde vivemos; “As qualidades que as pessoas têm, por ser um lugar cheio de turismo e pessoas para visitar”; “O benefício do turismo na maioria é a renda. Com a vinda do turismo Atins se evoluiu e com isso gerou

		novos empregos”; “Porque os guias que é de dentro, do nosso povoado pode mostrar um pouco das nossas beleza do lugar”.
8	Pontos negativos do turismo	“Os turistas jogam muito lixo na praia e nas ruas e prejudica o ambiente”; “A poluição. Eles jogam muito lixo nas praias. Produzindo com que esse lixo vá pro mar e as tartarugas adoecem”; “A quantidade de lixo e drogas que as pessoas usam”; “Pro povoado em geral, é o acúmulo de lixo que fica nas ruas e a grande quantidade de recursos naturais que são retirados para fazer chalés, cabanas e bares”; “Porque eles trazem muita poluição para o lugar”;

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de pesquisa, 2019.

Quadro 6 – Respostas dadas pelos meninos

	Perguntas	Respostas dadas pelos meninos
7	Pontos positivos do turismo	“Trazer trabalho para os nossos pais”; “Traz evolução para o Povoado e traz trabalho para meus pais”; Não compreensível “Ele ajuda a ganhar dinheiro, muito dinheiro, e também dá uma nova perspectiva ao turista em relação ao Maranhão”; “Traz rendas para quem não tem, uma boa condição financeira. E são pessoas legais”;
8	Pontos negativos do turismo	“Eles trazem muita droga para o povoado”; “As drogas, a poluição e outros”; Não compreensível “Ele traz lixo para o povoado e para as lagoas das dunas, e de pouco a pouco está deixando o povoado mais artificial”;

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de pesquisa, 2019.

Os pontos positivos do turismo em Atins explicitados pelos *Jovens* dizem respeito principalmente a possibilidade de as famílias terem uma fonte de renda complementar. Mas, eles também ressaltaram que o turismo é importante por proporcionar que outras pessoas ao visitarem Atins, possam conhecer a beleza do lugar. Aqui é importante falar sobre o quanto os *jovens* sentem orgulho do lugar onde moram, o quanto eles se sentem felizes em falar sobre “o lugar bonito” em que eles vivem. Além de ficarem animados com a possibilidade de conhecer novas pessoas, franceses, italianos, alemães, brasileiros de outras partes do país. Pessoas que falam outras línguas, que vêm de lugares diferentes.

Em relação aos pontos negativos, a ênfase se apresenta em torno dos resíduos, das

drogas e dos danos causados ao ambiente. O destino dos resíduos produzidos pelas pousadas, bares, restaurantes, chalés, casas de veraneio e demais estabelecimentos, são coletados uma vez por mês por um morador do povoado, de carroça e levados para Barreirinhas de canoa. Ele recebe 800,00 da prefeitura por mês para realização do serviço, não possui carteira assinada e não tem condições de dar conta de todos os resíduos produzidos, por exemplo, na alta temporada do turismo.

Por fim, sobre “grande quantidade de recursos naturais que são retirados para fazer chalés, cabanas e bares”, os moradores reclamam, por exemplo, da quantidade de areia que é retirada do leito do Igarapé para construção de pousadas, chalés. Conversando com um morador, ele disse que a areia utilizada nas construções, vem do Igarapé. Da parte em que a água do mar não toca na areia. Quem não tem como buscar a areia por conta própria, paga R\$ 200,00 para um tratorista buscar uma carrada ou R\$ 80,00 para algum dono de Toyota. Ele também comentou que esses valores correspondem ao frete acrescido de uma taxa (lucro), “como se o igarapé fosse deles”. Perguntei se era necessário pedir permissão de alguém para pegar a areia do igarapé e ele disse que não porque o igarapé não tem dono.

Essa atividade se mostrou muito importante pela possibilidade de apreender o que os *jovens* pensam a respeito do turismo. Isso levando em consideração que eles já fazem parte de uma geração que cresceu durante a intensificação do turismo na região. E, fica perceptível que eles notam as transformações ocorridas, já que eles são sensíveis aos impactos ocasionados por essa atividade.

De acordo com Rangel (2015), o termo gentrificação foi cunhado na década de 60 pela socióloga marxista Ruth Glass (1912-1990) em seu livro “London: Aspects of change”. Suas primeiras definições do conceito tratavam do mercado imobiliário e da substituição da população residente mais pobre pela nova classe média. Nesse contexto, “[...] gentrificação, então, designava as mudanças estruturais ocorridas em bairros centrais de Londres, os quais eram antes habitados pelas classes trabalhadoras e passavam a ser “invadidos” pela classe média.” (p. 40). Assim, o termo gentrificação foi cunhado em referência as mudanças ocorridas na cidade de Londres, especialmente em regiões habitadas pela classe operária, como Islington.

Ribeiro (2018), ao analisar a utilização indiscriminada do termo gentrificação, destaca que “[...] na definição dada por Glass para a gentrificação, esta corresponderia ao conjunto de dois fatores observados em determinada área: (i) um processo de desalojamento de residentes pertencentes ao proletariado, substituídos por grupos oriundos de classes sociais mais altas e

(ii) um processo de reabilitação física destas áreas” (p. 1339). Tendo em vista que a categoria gentrificação não foi formulada pensando a realidade latino-americana, sua utilização deve estar condicionada a uma análise prévia e a observação de, pelo menos, dois requisitos mínimos: “[...] a intervenção física no território e a substituição de moradores mais pobres por outros pertencentes a classes mais abastadas.” (RIBEIRO, 2018, p. 1352).

Especialmente em Atins, as interferências físicas na paisagem orquestrada por empresários externos a essas comunidades têm ocasionado problemas como especulação imobiliária e uma pressão crescente exercida sobre os moradores da região para que vendam seus terrenos, suas casas e suas estruturas de atendimento ao turismo para empresários nacionais e internacionais. Estes não se preocupam com a proibição de compra de terrenos dentro de uma unidade de conservação de tipo proteção integral e muito menos com dinâmica ambiental do lugar, compram terrenos cada vez mais próximos da praia e assumem o risco de que em pouco tempo o mar invada suas estruturas.

Foto 23 – Pousada construída a beira da praia em Atins sendo invadida pelo mar



Fonte: Ana Luiza Sousa Romeiro, Atins, 11 de junho de 2022.

De acordo com os moradores, quando esses empresários são avisados sobre a possibilidade de perderem suas estruturas devido ao avanço do mar sobre a faixa de terra costeira, eles dizem não se importar porque o risco é compensado pelo lucro rápido adquirido

com essas estruturas. Alguns moradores de Atins mudaram-se para os bairros periféricos de Barreirinhas após a venda de seus terrenos para empresários do turismo.

Ferreira, Andrade e Menezes (2019), visando analisar o processo de gentrificação em Territórios Tradicionais nas Unidades de Conservação da América do Sul, ressaltam que no contexto europeu gentrificação é um fenômeno fundamentalmente urbano que consiste em “[...] uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em centro urbanos antigos” (p. 2). Entretanto, no Brasil e em países sul-americanos, este fenômeno não ocorre apenas em áreas urbanas, mas também em áreas rurais tais como “[...] regiões costeiras com potencial turístico, áreas preservadas e até mesmo em regiões ocupadas por povos tradicionais (comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc.)” (p. 2). Assim, o processo de gentrificação e de enobrecimento dessas áreas contribui para que esses povos originários abandonem seus territórios.

Oliveira e Marquesan (2016), ao analisar o processo de gentrificação na Ilha Fernando de Noronha (PE), apresentam que a gentrificação turística caracteriza-se por poder conectar processos globais e locais. Assim, o turismo é “[...] ‘um processo globalizado que conecta as forças exógenas das corporações multinacionais e fluxos de capital, com poderes locais de moradores, elites e consumidores’” (GOTHAM, 2005, p. 1101 apud OLIVEIRA; MARQUESAN, 2016, p. 16) ao mesmo tempo que é “local” porque o consumo turístico é inerente ao espaço onde ocorre. Desse modo,

[...] o turismo ‘envolve a produção de peculiaridades, culturas e diferentes histórias locais que encantam os visitantes por serem exóticas e únicas’ (GOTHAM, 2005, p. 1102, tradução nossa), isto é, da mesma forma pela qual se busca viver experiências únicas, que só podem ser alcançadas no próprio local, os pacotes turísticos são extremamente homogeneizados: os hotéis possuem estruturas semelhantes (os das grandes redes principalmente), os meios de transportes são quase todos os mesmos, os restaurantes com culinária internacional e até os locais de tirar as fotografias são iguais para a maioria das pessoas. (OLIVEIRA; MARQUESAN, 2016, p. 16)

Especialmente em Atins, é perceptível um crescente e rápido processo de poluição da paisagem devido as construções desenfreadas de estruturas para atendimento ao turismo que destoam completamente da paisagem local. Apesar do PNLM ser propagandeado como um paraíso de belezas cênicas que possibilita uma “experiência transcendental” para os visitantes excursionistas, as estruturas construídas em Atins por empresários contam mais de um andar, ar-condicionado, chuveiro elétrico etc., que acabam por padronizar esses serviços visando o atendimento de uma classe abastada de turistas.

Assim, a utilização do conceito de gentrificação e especificamente de gentrificação turística é importante aqui porque contribui para compreensão de processos em curso na região estudada.

Portanto, o crescente desenvolvimento do turismo ocorrido nos últimos anos em Atins e Canto do Atins tem gerado implicações positivas e negativas para as famílias existentes nessa unidade de conservação. Enquanto as implicações positivas se relacionam principalmente com a geração de renda, de empregos e com a sensação de bem-estar decorrente da possibilidade de apresentar “o seu lugar” para outras pessoas - como me disseram alguns jovens da comunidade de Atins, as implicações negativas por sua vez, decorrem principalmente, da incapacidade do poder público em planejar, organizar e gerenciar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo na região, que acaba por se estabelecer de forma predatória, orquestrada por empresários externos a essas comunidades. Além disso, quando o Estado direciona para essa região uma iniciativa voltada para a exploração do potencial turístico do PNLN, por exemplo, na forma de uma concessão dos serviços turísticos (ICMBio, 2018a) através do estabelecimento de uma parceria público-privada, as famílias que se envolvem direta (com iniciativas locais voltadas para atendimento do turismo) ou indiretamente (trabalhando nas estruturas dos empresários) com o turismo, são mais uma vez excluídas das tomadas de decisões sobre essa questão que lhes afetam diretamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Atins e Canto do Atins, o envolvimento das famílias com a prática de atividades relacionadas ao turismo – seja trabalhando como empregados nas estruturas de empresários externos a essas comunidades, seja através de iniciativas locais de atendimento ao turismo, é fruto de um conjunto de modificações incentivadas pelo Estado que ao recategorizar o território tradicionalmente manejado por essas *comunidades tradicionais* em uma unidade de conservação de tipo proteção integral tem gradualmente suplantado o modo de vida dessas famílias.

Além disso, as iniciativas públicas direcionadas pelo Estado e por agentes políticos e econômicos para essa unidade de conservação de tipo proteção integral iniciada no contexto do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, evidenciam a prevalência de uma racionalidade econômica nas tomadas de decisões a respeito da exploração do potencial turístico do PNLM em detrimento da proteção ambiental e do modo de vida das *comunidades tradicionais* ali existentes. Isso é decorrente de um novo cenário em que o Estado e agentes políticos e econômicos se movimentam e incentivam a necessidade de obtenção de lucro com o potencial turístico de unidades de conservação.

Assim, a metamorfose da natureza em curso em Atins e Canto do Atins decorrentes do estabelecimento do turismo na região, tem ocasionado diferentes implicações sociais, econômicas e socioambientais para as famílias dessas *comunidades tradicionais*.

A alteração na paisagem de Atins, na parte localizada fora dos limites do PNLM, devido às construções de estruturas para atendimento do turismo por empresários que visam apenas a obtenção de lucro, sem nenhum tipo de ordenamento por parte do Estado, tem colocado em curso processos de gentrificação que tem resultado no enobrecimento dessas áreas, especulação imobiliária e consequente pressão exercida sobre as famílias que moram em áreas próximas a praia para que vendam seus terrenos para empresários do turismo, além de uma padronização das estruturas de atendimento ao turismo com características que destoam drasticamente da realidade local.

Também é notório o processo gradual de comprometimento do modo de vida das famílias dessa região, no período da alta temporada do turismo, devido a carga de horária de trabalho decorrente da prática de atividades relacionadas ao turismo nas estruturas de empresários externos a essas comunidades, as famílias acabam comprometendo as condições para desenvolver as suas atividades tradicionalmente realizadas, a exemplo da pesca e da

mariscagem. Além disso, em muitos casos, as opções de emprego oferecidas são precárias, com baixos salários e com perdas sazonais de empregos.

Ademais, a exotização da natureza pelo turismo acaba por comprometer sua preservação e reprodução. Tendo em vista que, se a criação de unidades de conservação depende do reconhecimento do Estado de que aqueles que historicamente vivem e trabalham em tais espaços cumprem um papel importante como agentes de conservação, parece contraditório condenar e proibir práticas econômicas das famílias como a criação de animais soltos próximos as pousadas por considerarem que esses animais podem incomodar os turistas excursionistas. Por outro lado, ao priorizar a intensificação do turismo evidencia-se uma certa exotização da natureza, que pode comprometer a sua própria conservação.

As implicações sociais, econômicas e socioambientais negativas do turismo em Atins e Canto do Atins evidenciam, portanto, o estabelecimento de um quadro de injustiças socioambientais, tendo em vista que os riscos e os impactos do turismo no PNLN são desigualmente distribuídos para as famílias que moram no território e não para os visitantes excursionistas, para os empresários do turismo, para políticos ou para o próprio Estado.

Assim, a reprodução social e material das famílias de Atins e Canto do Atins, devido as interferências do estado na figura do ICMBio e do crescente estabelecimento do turismo na região, depende da realização de atividades tradicionais, mas também daquelas relacionadas com o turismo. Tanto pelos adultos quando pelas *crianças e jovens*. A maior ou menor participação desses atores depende de critérios tais como renda, sexo, quantidades de membros da família, ou seja, de tomadas de decisões que partem dos diferentes, distintos e mutáveis arranjos familiares.

Diante desse cenário, as iniciativas locais de atendimento ao turismo se apresentam como uma forma de resistência das famílias que visam a permanência no território. Além disso, podemos perceber que esses diferentes tipos de iniciativas, características de um turismo de base comunitária, possibilitam aliar turismo, proteção ambiental e manutenção do modo de vida dessas famílias. Sendo, portanto, mais condizentes com os objetivos dessa unidade de conservação de proteção ambiental do que o turismo de base empresarial incentivado pelo Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Apresentação: Conflitos ambientais – a atualidade do objeto; As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 07-35.
- ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: Conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. 2 ed., 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2015.
- ANDRADE, M. P.; SOUZA FILHO, B. **Plantar, Criar, Pescar: comunidades tradicionais e modalidades de interação com a natureza no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Relatório de pesquisa. São Luís: UFMA, 2017.
- BACHTOLD, I. Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de Busca Ativa no estado do Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 273-301, dez. 2016.
- BARRETO FILHO, H. ÁREAS NATURAIS, ARTEFATOS CULTURAIS: Uma perspectiva antropológica sobre as unidades de conservação de proteção integral na Amazônia Brasileira. In: **Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro**. Orgs. Alfredo Wagner Breno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 147 – 202.
- BARRETO FILHO, H. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.) **Sociedades caboclas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: FAPESP/Anna blume, 2006, p. 109-143.
- BARRETO, M. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. p.91-135.
- BRASIL. **Decreto n. 86.060, em 02 de junho de 1981**. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86060-2-junho-1981-435499-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 de out. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 10.147, de 2 de dezembro 2019**. Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. Brasília, 02 de dezembro de 2019. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10147.htm. 15 de nov. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 26 out. 2022.
- BRASIL. **Plano de Uso Público do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ed. 66, Seção: 1, p. 581. 06 abr. 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/parna-dos-lencois-maranhenses/copy_of_plano_uso_publico_pnlm.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 99, de 18 de fevereiro de 2022**. Altera parte do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, situado no estado do Maranhão (Processo nº 02123.000221/2018-54). Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ed. 39, Seção: 1, p. 102. 24 fev. 2022a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-99-de-18-de-fevereiro-de-2022-382401186>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 465, de 2018**. Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7891159&ts=1655222306817&disposition=inline>. Acesso em: 26 out. 2022.

CUNHA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 277-300.

DESCOLA, P. As duas naturezas de Lévi-Strauss. In: **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2011, p. 35-51.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIAS, R. **Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro**: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 2008.

EVANS-PRITCHARD, E. Cap. 2 – Ecologia; Cap. 3 – Tempo e espaço. In: **Os Nuer**. A descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilótico. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 61-150.

FERNANDES, Annelise Caetano Fraga. “Conservacionismo e políticas de desenvolvimento: o legado dos Parques”. In: **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Letras, 2014, p.39-71.

FERREIRA, Marcos Vinícius Cortes; ANDRADE, Liza Maria Souza de; MENEZES, Paulo Dimas Rocha de. **Processos de gentrificação em Territórios Tradicionais nas Unidades de Conservação da América do Sul – causas e efeitos na Vila de Caraíva/BA**. Escola de Arquitetura da UFMG, 2019.

FLORIANI, Dimas. “Natureza da ética e ética da natureza: pensar, fazer, subjetivar, julgar e decidir no socioambientalismo”. In: **Ética socioambiental**. Paraná: Editora, 2015, pp. 75-106.

GERUR. **Análise Técnica do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 465-2018 que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. São Luís. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332229904_Informacao_Tecnica_Analise_Tecnica_do_Projeto_de_Lei_do_Senado_N_465-2018_que_altera_os_limites_do_Parque_Nacional_dos_Lenchois_Maranhenses. Acesso em: 26 out. 2022.

GRAÇA, Irlene Menezes. **Barreirinhas em tempo de mudança**: reconstrução de identidades nas rotas do turismo. 2010. Tese (Doutorado), Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Portugal, 2010.

ICMBio. **Projeto Básico: Concessão de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Brasília, 2018a.

ICMBio. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação federais. Princípios e Diretrizes**. Brasília: 2018b.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment** – essays on livelihood, dwelling and skill. London/New York: Routledge, 2000.

LENOIR, Remi. “OBJETO SOCIOLÓGICO E PROBLEMA SOCIAL”, in Patrick Champagne, Remi Lenoir & Dominique Merllié, **Iniciação à prática sociológica**, Petrópolis: Vozes, 1998. (p. 59-106).

LITTLE, P. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas)**. Indaiatuba, maio de 2004. <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf> acesso em: 13 nov. 2019.

LITTLE, P. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Horizontes Antropológicos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 2-32.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, col. Os pensadores, 1978, p. 17-34.

MATTEDI, Marcos Antonio. A guinada ambiental na Sociologia: considerações epistemológica, metodológica e normativa. **Diversa Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 145-154, jul./dez. 2015.

MAUSS, M. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 423-502.

OLIVEIRA, Davi Pinheiro de; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling. **Gentrificação em Fernando de Noronha**. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais – Porto Alegre, 2016, p. 1-26.

OSTROM, Elinor. “Background on the institucional Analysis and Denvelopment Framework”. In: **The Policy Studies Journal**, Vol. 39, N° 1, 2011.

PACHECO, T. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdadeinjustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em 02 de fev. 2021.

PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO Benedito. **Plantar, Criar, Pescar: comunidades tradicionais e modalidades de interação com a natureza no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Relatório de pesquisa. São Luís: UFMA, 2017.

PEREIRA, Mônica Sousa. **Namoro do Palmeiral: produção artesanal, sistemas de conhecimento e manejo das palmeiras de buriti no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Monografia de conclusão de graduação em Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2018.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. O Esvaziamento do Conceito de Gentrificação como Estratégia Política. **Cadernos Naui**, Vol. 4, nº 7. JUL-DEZ, 2015.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. **GENTRIFICAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS E PRÁTICOS DE SUA VERIFICAÇÃO NO BRASIL.** *Revista de Direito da Cidade*, 2018, vol. 10, nº 3. p. 1334-1356.

ROCHA, Marceles Oliveira. **Dilemas da proteção ambiental:** modalidades de intervenção oficial e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Monografia de conclusão de graduação em Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2018.

ROMEIRO, A. L. S. **“SÃO PEDRAS DE SURURU”:** a participação de crianças e jovens nas formas cotidianas de resistência no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Monografia de conclusão de graduação em Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

SANTOS, Lícia Cristina Viana Silva. **A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses:** o caso da mariscagem em Atins. Monografia de conclusão de graduação em Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2018.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun.2002.

SILVA, A. T. Áreas Protegidas, Populações Tradicionais da Amazônia e Novos Arranjos Conservacionistas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 99, p. 1-22, 2019.

SILVA, L. **Ambiente e justiça:** sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *E-cadernos CES (Online)*, v. 17, p. 85-111, 2012.

SOUZA FILHO, B. Introdução. In: **Os novos capitães do mato:** conflitos e disputa territorial em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 13 – 28.

SOUZA FILHO, Benedito. **Dinâmicas territoriais e conflitos socioambientais.** São Luís: EDUEMA, 2017.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas:** paisagens multiespécies no Antropoceno. Editora IEB, 2019. (Caps. 8, 9 e 10).

VILLELA, Jorge Luiz Mattar; MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha. O sangue e a política: sobre a produção de família nas disputas eleitorais no sertão de Pernambuco. *Revista Pós-Ciências Sociais*, v. 14, p. 33-51, 2017.